

ATLAS DOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS DE LONDRINA-PR

VOLUME I - REGIÃO NORTE



Ideni Terezinha Antonello (Org.)



ATLAS

DOS

TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

DE

LONDRINA - PR

"Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem".

"Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara"

(Saramago, 2002).

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty -UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio -UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Lucianne Oliveira Monteiro Andrade - IFGOIANO
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Capa: Alan Alves Alievi

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Atlas dos Territórios Vulneráveis de Londrina
[livro eletrônico] : Região Norte - Volume I /
[organização] Ideni Terezinha Antonello. -- 1. ed.
-- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2026.
PDF

Vários autores.

Bibliografia


ISBN 978-65-5417-710-8

1. Desigualdades socioespaciais na Região Norte de Londrina. 2. Vulnerabilidade social e acesso a serviços públicos. 3. Dinâmicas urbanas e expansão territorial. 4. Cartografia social e mapeamento participativo. 5. Políticas públicas e inclusão territorial . I. Antonello, Ideni Terezinha.

CDD-307.76

Índices para catálogo sistemático:

307.76 : Áreas urbanas específicas / estudos sobre cidades e suas dinâmicas

 **10.48209/978-65-5417-710-8**

Esta obra foi construída de forma coletiva, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas. As opiniões expressas nos capítulos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e não representam, necessariamente, a posição desta editora. Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APOIO

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela Bolsa Produtividade da pesquisadora Ideni Terezinha Antonello

UEL - Universidade Estadual de Londrina

CCE - Centro de Ciências Exatas

DGEO - Departamento de Geografia

PPGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado)

Geografando – Diretório de Pesquisa Geografando o Território – CNPq.



AGRADECIMENTOS

Primeiramente e essencialmente aos moradores dos territórios vulneráveis que receberam com acessibilidade e carinho a equipe do projeto para a realização das oficinas e a elaboração dos mapas afetivos.

Ao Lúcio de Oliveira, interlocutor junto à comunidade, gestor do Centro Esperança Por Amor Social de Londrina/CEPAS.

À Francesca Amaral e a Auber Silva Pereira do Movimento Por Amor Londrina que nos acompanharam no trabalho de campo no território vulnerável Nova Olinda.

À professora Dra. Sheila Castro, integrante do grupo Geografando, que apoiou no trabalho de campo no território vulnerável Nova Olinda.

E a todos/as que indiretamente contribuíram para a produção de dados de campo e momentos de reflexão sobre o fenômeno estudado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e essencialmente aos moradores dos territórios vulneráveis que receberam com acessibilidade e carinho a equipe do projeto para a realização das oficinas e a elaboração dos mapas afetivos.

Ao Lúcio de Oliveira, interlocutor junto à comunidade, gestor do Centro Esperança Por Amor Social de Londrina/CEPAS.

À Francesca Amaral e a Auber Silva Pereira do Movimento Por Amor Londrina que nos acompanharam no trabalho de campo no território vulnerável Nova Olinda.

À professora Dra. Sheila Castro, integrante do grupo Geografando, que apoiou no trabalho de campo no território vulnerável Nova Olinda.

E a todos/as que indiretamente contribuíram para a produção de dados de campo e momentos de reflexão sobre o fenômeno estudado.

PREFÁCIO

O presente volume do *Atlas dos Territórios Vulneráveis de Londrina*, organizado pela Prof^a. Dr^a. Ideni Terezinha Antonello, constitui uma contribuição relevante e oportuna para a compreensão das dinâmicas urbanas contemporâneas, especialmente no que se refere às ocupações irregulares.

No ano de 2023, a organizadora desta obra participou de momentos marcantes para a política habitacional de Londrina: as Pré-conferências Municipais de Habitação. Nessas ocasiões, contamos com a presença de 717 participantes, moradores dessas ocupações, que manifestaram reflexões e reivindicações acerca dos impactos vivenciados cotidianamente em seus territórios.

Entre as falas registradas, destacam-se expressões que sintetizam a urgência do tema: “*Moradia deveria existir a partir do nascimento da criança*”; “*Moradia digna as ocupações de Londrina*”; “*Tratar as pessoas das ocupações com mais dignidade*”. Tais manifestações evidenciam a centralidade do direito à moradia e reforçam a importância desses espaços de participação popular e controle social. Ao mesmo tempo, revelam a necessidade de mensurar, qualificar e compreender com maior profundidade os territórios ocupados informalmente no município.

Ao abordar os territórios vulneráveis de Londrina, este atlas se apresenta como instrumento fundamental para pesquisadores, gestores públicos e para a sociedade em geral. A obra evidencia como a informalidade urbana se configura como elemento estruturante das cidades brasileiras, integrando a lógica histórica de expansão urbana do país e refletindo profundas desigualdades no acesso à terra, à moradia e aos serviços básicos.

Nos artigos aqui reunidos, o conceito de vulnerabilidade social assume centralidade analítica. A vulnerabilidade não deve ser compreendida apenas como a ausência de renda ou escassez de recursos materiais, mas como uma condição complexa e multidimensional, marcada pela exposição a riscos sociais, ambientais e institucionais, bem como pela limitada capacidade de enfrentamento desses riscos.

Nesse cenário, a habitação emerge como um dos principais eixos estruturantes da vulnerabilidade social, uma vez que as condições de moradia estão diretamente relacionadas à qualidade de vida, à saúde, à segurança e ao acesso a oportunidades. O desafio permanente tem sido de construir uma base de dados confiável que contemple as dimensões e características do universo dessas ocupações em Londrina, aprofundando o conhecimento sobre as desigualdades urbanas e sobre as particularidades de cada região onde se localizam esses territórios.

As questões urbanas associadas à informalidade evidenciam, de forma contundente, as contradições inerentes ao processo de urbanização brasileiro. O crescimento das cidades, frequentemente desordenado e excludente, tem produzido espaços marcados pela precariedade e pela ausência de infraestrutura adequada. Em Londrina, observa-se a consolidação de formas irregulares de ocupação do solo urbano, que refletem tanto a insuficiência de políticas habitacionais quanto a persistência de desigualdades socioespaciais históricas.

Diante desse quadro de desigualdade no acesso à terra e à moradia, Londrina segue uma tendência nacional na forma de ocupação do solo urbano. As formas irregulares de morar manifestam-se de diversas maneiras, incluindo moradias improvisadas, ocupações em fundos de vale e às margens de córregos, além da ocupação de áreas ambientalmente frágeis.

Entre os impactos decorrentes dessa realidade, destacam-se a poluição dos recursos hídricos, resultante da ausência de saneamento básico adequado; a poluição do ar, frequentemente associada à queima de resíduos e às condições precárias de infraestrutura; e a impermeabilização do solo, que intensifica problemas como enchentes e alagamentos. Soma-se a isso o desmatamento de áreas urbanas e periurbanas, a ocorrência de incêndios em edificações deterioradas e a elevada densidade habitacional, que agravam as condições de insalubridade e vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o Atlas é organizado pela Prof^a. Dr^a. Ideni Terezinha Antonello desempenha papel fundamental ao tornar visíveis realidades frequentemente negligenciadas ou invisibilizadas. Ao mapear e analisar os territórios vulneráveis, a obra contribui para a formulação de políticas públicas

mais eficazes e sensíveis às especificidades locais, além de fornecer subsídios importantes para o planejamento urbano e para a promoção da justiça social.

Por fim, cabe destacar que este volume reafirma a importância da produção acadêmica comprometida com a transformação social. Ao articular conhecimento científico com questões concretas da realidade urbana, o Atlas contribui para o avanço do debate público e para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas.

Assim, este prefácio não apenas apresenta a obra, mas também reconhece sua relevância como instrumento de análise e intervenção, convidando o leitor a percorrer suas páginas com olhar crítico e sensível às múltiplas dimensões da vulnerabilidade social que marcam os territórios urbanos de Londrina.

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Almeida Cordeiro

Departamento de Serviço Social,
Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA),
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
METODOLOGIA.....	17
CAPÍTULO 1.....	29
CIDADE DE LONDRINA: MORAR NOS ARREDORES E NUNCA NO CENTRO?	
Ideni Terezinha Antonello, Isabelle Teixeira Bertini, Léia Aparecida Veiga	
Doi: 10.48209/978-65-5417-710-1	
CAPÍTULO 2.....	63
AS EXPRESSÕES TERRITORIAIS DA VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO ESPAÇO URBANO DE LONDRINA	
Alan Alves Alievi, Caio Cezar Cunha, Ideni Terezinha Antonello	
Doi: 10.48209/978-65-5417-710-2	
CAPÍTULO 3.....	72
A REGIÃO NORTE EM NÚMEROS: OS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS	
Gabriel Muxfeld, Alan Alves Alievi, Ideni Terezinha Antonello, Léia Aparecida Veiga	
Doi: 10.48209/978-65-5417-710-3	
CAPÍTULO 4.....	98
O SENTIR CRAVADO NO TERRITÓRIO	
Caio Cezar Cunha, Ideni Terezinha Antonello	
Doi: 10.48209/978-65-5417-710-4	
SOBRE OS AUTORES.....	119

APRESENTAÇÃO

“Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”.

“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”.

“As pessoas de alvenaria que residem perto da favela diz que não sabe como é que as pessoas de cultura dá atenção ao povo da favela”.

Carolina Maria de Jesus (2014, p.27, 31,69)

A motivação que permeou a elaboração deste projeto de pesquisa designado Atlas dos Territórios Vulneráveis da Região Norte de Londrina e que se concretiza na produção deste Atlas, foi a experiência vivida dos pesquisadores (equipe do projeto) nesses territórios da cidade de Londrina, que fez emergir a necessidade de incidir luz nesta realidade que é obscurecida perante a cidade formal.

Tal necessidade pode ser compreendida à luz da metáfora presente em Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus (2014), ao revelar a favela como aquilo que a cidade tenta manter fora de cena, ou seja, como um quarto de despejo para onde se empurra o que não se quer ver, ouvir ou reconhecer como parte constitutiva do urbano. Do mesmo modo que, em uma casa, esse cômodo costuma permanecer fechado e apartado do cotidiano daqueles que vivem na casa, os territórios populares tendem a ser social e politicamente ocultados, apesar de sustentarem, com seu trabalho e sua vida cotidiana, a própria dinâmica da cidade. Assim, produzir um Atlas é, também, abrir essa porta: deslocar o olhar do centro ordenado para a realidade silenciada, tornando visível o que a cidade formal frequentemente prefere manter invisível.

Essa realidade que é referida mediante diferentes acepções, sejam favelas, ocupações irregulares, vilas, territórios populares, entre outras, carrega uma visão com um significado específico conforme contexto geográfico que se insere. Contudo, esses territórios têm um elo que os une que é a precariedade habitacional que se desdobra na ausência de exercer de forma plena o direito à cidade, esse entendido de forma ampla que engloba os demais direitos de

acesso à saúde, educação, lazer, cultura, trabalho e, particularmente à uma moradia digna.

O espaço vivido, a experiência cotidiana das famílias que vivem na “ausência” nos fez refletir que carência a ineficiência dos equipamentos técnicos e sociais urbanos se cristaliza em “territórios vulneráveis”, os quais são a expressão das contradições socioeconômicas que afloram no espaço urbano, fruto da lógica segregacionista que direciona a produção social do espaço, negando para uma parcela da população brasileira uma vida digna, submetendo essa população a condições de vulnerabilidade social e ambiental. Por conseguinte, adota-se a designação de territórios vulneráveis para traduzir essa realidade.

Entende-se que esses territórios vulneráveis precisam urgentemente ser vistos e considerados no planejamento e na gestão urbanos. Uma vez que é a partir do conhecimento profundo (diagnóstico técnico e social) dos “territórios reais” que é crível se pensar na intervenção no território via política pública, para se alcançar os “territórios possíveis” (Bozzano, 2020), é isso que se almeja com a elaboração do presente Atlas, assim o alicerce que sustenta a sua execução é poder contribuir para transformar essa situação de vulnerabilidade, tendo como premissa que o levantamento de dados/informações quantitativos e qualitativos para mapear os usos diversificados dos territórios nas ocupações, se configura como meio de auxiliar na tomada de consciência sobre os riscos e perigos existentes produzindo um conhecimento apurado da realidade para subsidiar as políticas públicas urbanas voltadas ao desenvolvimento socialmente e ambientalmente sustentável.

A essência que centraliza a concretização deste Atlas e que remete ao intuito que motiva a equipe de pesquisadores é contribuir na elaboração das políticas públicas setoriais, tendo o planejamento urbano como política de desenvolvimento urbano integradora mediante o plano diretor municipal, fundamental para mudar a realidade vivenciada por essas famílias, ao poder direcionar o ordenamento do território visando se atingir cidades inclusivas. Nessa perspectiva, considera-se que urbanismo social é um sustentáculo para se intervir no território, pois se assenta em eixos fundamentais para se

caminhar rumo a uma transformação socioterritorial, a saber: a) o meio construído (infraestrutura urbana, social); b) o social, a essência do processo, com a participação ativa da comunidade em todas etapas da intervenção. Por conseguinte, o urbanismo social subentende “[...] reconhecer que os territórios urbanos são o lugar onde a vida efetivamente acontece e, que por isso, mesmo eles devem ser o motor da transformação social. Por meio dos territórios se constitui sentido de pertencimento, se compartilham anseios sociais, se constroem projetos concretos (Setubal; Almeida, 2023, p.XII).

E, assumindo como premissa a necessidade de tornar visível o que a cidade formal tende a ocultar e defendendo que é mediante um urbanismo social respaldando o planejamento urbano que este Atlas foi estruturado em quatro capítulos interligados.

O Capítulo 1 intitulado ‘Cidade de Londrina: morar nos arredores e nunca no centro?’ apresenta o ponto de partida necessário para compreender por que determinados grupos sociais são empurrados para fora das áreas valorizadas da cidade. Parte-se do entendimento de que a cidade não cresce de forma neutra: ela é produzida por relações desiguais de poder, de renda e de acesso à terra urbana, e isso se materializa na disputa pela localização. Ao perguntar ‘morar nos arredores e nunca no centro?’, busca-se evidenciar que a centralidade não é apenas uma posição no mapa, mas uma condição de acesso a oportunidades, equipamentos e serviços. Assim, delineou-se como processos de valorização imobiliária, seletividade dos investimentos e padrões históricos de ocupação contribuem para consolidar trajetórias de periferização, que naturalizam distâncias e tornam mais difícil o exercício pleno do direito à cidade.

Com essa base, se avançou para o capítulo 2 denominado ‘As expressões territoriais da vulnerabilidade socioeconômica das famílias no espaço urbano de Londrina’ buscando mostrar como essas desigualdades se expressam no território como vulnerabilidade concreta no cotidiano das famílias. Aqui, trata-se a vulnerabilidade como uma realidade multidimensional que se inscreve no território e organiza o cotidiano. Não se configura apenas de renda baixa ou de moradia precária isoladamente, mas de um conjunto

de carências e restrições que se combinam: trabalho informal, infraestrutura insuficiente, longos deslocamentos, ausência ou fragilidade de equipamentos públicos e exposição a riscos socioambientais. Ao longo do capítulo, buscase demonstrar que essas condições não se distribuem ao acaso: elas formam padrões espaciais e revelam como a cidade produz acessos desiguais ao que deveria ser comum. Por isso, falar em ‘territórios vulneráveis’ é reconhecer uma forma concreta de produção do espaço urbano, marcada por precariedade habitacional e por impedimentos reiterados ao direito à cidade em sentido amplo.

Na sequência, no capítulo 3 ‘A Região Norte em Números: os territórios vulneráveis’, convertemos essa leitura socioespacial em diagnóstico sistemático, com indicadores e cartografias temáticas. Para tanto, organizou-se a partir de dados e indicadores capazes de traduzir, com rigor técnico, as desigualdades que estruturam os territórios vulneráveis nessa porção da cidade de Londrina/PR. Reunimos informações quantitativas e georreferenciadas para identificar concentrações de precariedade, comparar áreas e evidenciar déficits de infraestrutura, renda e acesso a serviços urbanos. O intuito não foi reduzir a realidade aos números, mas produzir um diagnóstico que fortaleça a capacidade de planejamento e intervenção: conhecer os territórios reais para que seja possível pensar e construir territórios possíveis, apoiando a formulação de políticas públicas territorializadas. Assim, tabelas, mapas e sínteses interpretativas funcionam como instrumentos de leitura do território e de orientação para o planejamento e gestão urbanos.

Ao se entender que os dados não esgotam a realidade, incorporou-se, no capítulo final o vivido como dimensão analítica. O capítulo intitulado ‘O sentir cravado no território’, o último capítulo deste volume 1 do Atlas, assume que o território não é somente recorte cartográfico e indicador: ele é experiência, memória, estratégias de vida e sentidos atribuídos ao lugar. Ao reunir narrativas, registros e percepções, buscamos mostrar como as famílias interpretam as ausências e presenças do Estado, como reconhecem riscos, como constroem pertencimentos e como elaboram, no cotidiano, formas de permanecer e resistir. O sentir cravado no território aparece, portanto, como

parte constitutiva do Atlas: uma dimensão que qualifica a leitura dos números e evita que o diagnóstico se torne abstrato.

Ao articular a leitura histórica e espacial de Londrina, a análise das formas concretas de precarização do morar, o diagnóstico quantitativo da Região Norte e a dimensão sensível do vivido, buscamos transformar a invisibilidade em conhecimento público e conhecimento em base para a ação. Assim, mais do que reunir mapas e números, o Atlas afirma a urgência de reconhecer esses territórios como parte constitutiva da cidade e de orientar políticas públicas territorializadas com potencial de enfrentamento das carências, de reduzir riscos e ampliar, de modo efetivo, o direito à cidade para as famílias que historicamente foram mantidas à margem.

Ao final, reforça-se que tornar visível essa experiência não é apenas descrever uma realidade, mas oferecer elementos para que políticas públicas possam reconhecer, priorizar e transformar situações de vulnerabilidade.

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

METODOLOGIA

Ideni Terezinha Antonello
Léia Aparecida Veiga
Caio Cezar Cunha

Os procedimentos metodológicos que alicerçaram a elaboração do presente Atlas se pautaram em diferentes técnicas de pesquisa, que serão apresentadas a seguir:

a) Mapas Temáticos

Levantamentos junto às fontes de informações secundárias (produção científica, documentos e *sites* oficiais). Dentre as fontes oficiais destaca e os dados obtidos junto a COHAB- LD — COHAB- LD – Companhia de Habitação de Londrina, que proporcionaram traçar o perfil das famílias que vivem nos territórios foco da pesquisa e as informações disponibilizadas no site do IPPUL – O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina.

Outra fonte oficial fundamental para a elaboração dos mapas foi baseado em dados extraídos do IRSAS (Informatização da Rede de Serviços Socioassistenciais). Esse sistema está em operação desde 2005, sendo utilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina/Paraná, bem como por todos os serviços da Rede Socioassistencial, tanto governamentais quanto não governamentais. Na Secretaria de Assistência Social, o IRSAS é empregado em todas as unidades de atendimento e serviços, incluindo a gestão local dos programas de transferência de renda do Governo Federal e Municipal, além da administração de benefícios municipais.

Essa ferramenta permite que os gestores tenham uma compreensão mais precisa da realidade social, por meio da vigilância socioassistencial e da geração de diagnósticos socioterritoriais. É possível gerar relatórios e modelar os dados para que ilustrem da melhor forma a demanda de cada gestor, tendo em vista a problemática a ser abordada.

No caso das informações geradas para esta pesquisa, apenas foi possível ter acesso aos dados devido a uma parceria entre a Gerência de Gestão da Informação da Secretaria de Assistência Social de Londrina e pesquisadores (equipe deste projeto de pesquisa). Os dados foram recebidos de maneira bruta, contendo todo o universo e variáveis possíveis geradas nos serviços de atendimento à população do período de 01 de janeiro de 2024 a 01 de janeiro de 2025.

Importante mencionar que os dados do IRSAS não são referentes às informações do total populacional do município, mas sim das pessoas atendidas pelos serviços da Assistência Social. As divisões apresentadas nas representações cartográficas são territórios exclusivos da Assistência Social de Londrina que foram subdivididos pelos próprios serviços para facilitar o planejamento e dividir as demandas específicas da população de cada território de acordo com a oferta de profissionais presentes nos serviços.

Para criar um cenário de análise temporal partindo do pressuposto da vulnerabilidade, foram selecionadas as mesmas variáveis que já se faziam presentes no acervo dos autores do ano de 2016 (com a mesma referência de 01 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017).

As variáveis elencadas foram: quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família; famílias sem renda; quantidade de famílias por território; e famílias com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; todas as variáveis com dados de 2016 e 2024.

Estes dados foram organizados em planilhas de Excel e posteriormente modelados para serem trabalhados no software ArcGis 10.8. As representações temáticas foram escolhidas com as categorias que demonstram a visualização por cores quentes diretamente proporcionais à quantidade de pessoas presentes na devida variável, ou seja, quanto maior o número de pessoas, mais “quente” a cor é apresentada. Além da intensidade da cor, foi necessário rotular as camadas com o quantitativo para expressar mais precisamente as localidades com a maior demanda e/ou precariedade social do município.

Optou-se por este formato de representação por categorias e intensidade de cor para viabilizar a análise geral do município, especificamente do espaço

urbano, nos distintos anos e fornecer a possibilidade de análise temporal deste período considerado significativo nas políticas sociais atravessadas por transformações políticas, ambientais e de saúde.

b) Mapas qualitativos: cartografia social

A cartografia social tem se consolidado como um importante campo de produção de conhecimento ao incorporar dimensões qualitativas e subjetivas na representação do espaço geográfico. No âmbito dos mapas qualitativos, essa abordagem amplia a compreensão dos territórios ao considerar não apenas dados objetivos, mas também percepções, sentimentos e experiências vividas pelos sujeitos que os habitam. Para o Projeto Atlas dos Territórios Vulneráveis de Londrina (PR), a utilização de metodologias qualitativas vinculadas à cartografia social permite revelar dinâmicas territoriais invisibilizadas pelos mapeamentos tradicionais, contribuindo para uma leitura mais sensível das vulnerabilidades socioespaciais. Nesse sentido, o presente tópico fundamenta a escolha metodológica voltada à apreensão dos afetos e significados atribuídos aos territórios, articulando contribuições da Psicologia Socioambiental e da Geografia.

A investigação dos sentimentos apresenta dificuldades metodológicas relevantes, sobretudo porque afetos e emoções nem sempre são facilmente identificáveis ou nomeáveis. A tentativa de acessar tais dimensões a partir da realidade cotidiana envolve elevado grau de subjetividade, frequentemente resultando em percepções intangíveis, difíceis de categorizar ou mensurar. Diante disso, o desafio metodológico central consiste em apreender os sentimentos dos sujeitos sem reduzi-los a resultados estritamente racionais ou excessivamente objetivados.

Nesse contexto, torna-se necessário buscar abordagens metodológicas capazes de tornar tangível aquilo que, a princípio, se apresenta como intangível. A Psicologia Ambiental oferece importantes subsídios nesse sentido, ao propor instrumentos que articulam imagens e palavras na formulação de sínteses associadas aos sentimentos que os indivíduos constroem sobre seus ambientes de vida. Ainda que apresente controvérsias conceituais e limites imprecisos, a Psicologia Ambiental se caracteriza pela recusa a reducionismos arbitrários,

sendo compreendida como o estudo das inter-relações entre o ser humano e seu ambiente sociofísico, em suas dimensões individuais e coletivas (Pinheiro; Günther; Guzzo, 2014). Essas relações não apenas transformam os territórios, mas também os próprios sujeitos, evidenciando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, tal como ocorre na Geografia, ao considerar aspectos físicos, sociais, culturais e simbólicos envolvidos na relação pessoa–ambiente.

As contribuições de Zulmira Áurea Cruz Bomfim (2010; 2013; 2014) permitem aprofundar a articulação entre Psicologia Ambiental e Psicologia Social, especialmente no que se refere à compreensão da relação sujeito–ambiente mediada pela afetividade. A concepção de afetividade adotada pela autora fundamenta-se na filosofia de Spinoza (2009), segundo a qual corpo e mente constituem uma única substância, constantemente afetada por outros corpos, o que pode ampliar ou reduzir a potência de agir, produzindo estados de liberdade ou passividade.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a necessidade de interpretar subjetivamente o território, materializada por meio do Instrumento Gerador de Mapas Afetivos (IGMA), desenvolvido por Bomfim (2010). Tal instrumento visa apreender aquilo que a autora denomina de *Estima de Lugar*, definida como:

[...] uma forma específica de conhecimento, relativa ao aspecto de significado ambiental na dimensão de emoções e sentimentos sobre o ambiente construído. Como categoria social, a estima pode ser compreendida como uma forma de pensamento social que caminha em paralelo a outros de simbolismo do espaço, derivado da categoria de identidade social urbana ou de uma afetividade do lugar. (Bomfim, 2010, p. 218)

O IGMA propõe uma análise qualitativa baseada na articulação entre significados, qualidades e sentimentos atribuídos aos desenhos produzidos pelos sujeitos. As imagens e suas interpretações constituem recursos centrais da metodologia, revelando afetos associados aos territórios vividos. Fundamentado na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1991), o instrumento parte do entendimento de que os afetos constituem o subtexto da linguagem.

Nesse sentido, os desenhos e os textos produzidos pelos participantes expressam dimensões afetivas que nem sempre emergem pela linguagem verbal direta. Conforme esclarece Bomfim “[...] os desenhos e metáforas são

recursos imagéticos reveladores dos afetos que, juntamente com a linguagem escrita dos indivíduos pesquisados, nos dão um movimento de síntese do sentimento” (2010, p. 137). A autora destaca ainda que a metáfora atua como recurso de síntese, articulando significados, qualidades e sentimentos atribuídos aos desenhos, permitindo acessar o subtexto emocional da linguagem. Tal abordagem distancia-se de modelos metodológicos pautados exclusivamente na racionalidade formal e se insere em uma perspectiva crítica às tradições positivistas.

Germano (2001) ressalta que a valorização da metáfora na ciência decorre da reviravolta linguística na filosofia, ao reconhecer que todo conhecimento é mediado simbolicamente, tornando mais tênue a separação entre ciência e arte. Nesse sentido, Bomfim (2010, p. 139) afirma que “as metáforas podem ser formas eficazes de apreensão dos afetos, porque vão além da cognitividade. Seu alvo maior é a conquista da intimidade”. Lakoff (1980) destaca que os conceitos emergem da experiência concreta no mundo, reforçando a centralidade das metáforas na interpretação da realidade vivida.

A categorização dos sentimentos a partir das produções gráficas e textuais possibilita a revelação de experiências cotidianas compartilhadas, favorecendo a compreensão comunitária dos territórios. Ancorada nas reflexões de Vygotsky (1991), essa abordagem permite analisar a subjetividade a partir da linguagem e da semiótica, apropriando-se do subtexto emocional como elemento fundamental para a compreensão dos processos psicológicos envolvidos.

Após a sistematização das dimensões afetivas identificadas, a filosofia espinosana, conforme elaborada por Bomfim (2010), oferece base teórica para compreender os mecanismos de potencialização ou despotencialização da ação dos sujeitos. Tais mecanismos relacionam-se tanto a aspectos individuais, como autoestima e perspectivas de futuro, quanto a aspectos coletivos, como a construção de redes de apoio social e vínculos comunitários. A afetividade, nesse sentido, não se restringe ao sentimento individual em relação ao meio, mas envolve processos de interação, construção e transformação.

Trata-se de um fenômeno diretamente vinculado à ação humana no espaço, configurando-se como elemento relevante para a análise e implementação de políticas públicas. Conforme destaca Sawaia (2010, p. 40), “a afetividade constitui um ponto de articulação entre o social e o psicológico, entre razão e emoção, sendo fundamental para compreender as relações sociais de dominação e emancipação.”

A partir da Psicologia Socioambiental, a escolha metodológica associada ao mapeamento busca investigar os fenômenos decorrentes das relações sociais entre sujeitos e meio, bem como compreender sua distribuição espacial e dinâmica territorial. O mapeamento dessas ocorrências amplia as possibilidades analíticas e complementa os instrumentos de apreensão dos afetos, oferecendo subsídios para a gestão pública e para a formulação de políticas sociais mais sensíveis às realidades vividas.

Por fim, a adoção de metodologias interdisciplinares que valorizem a expressão subjetiva e coletiva contribui para processos de pesquisa mais humanizados, capazes de incorporar múltiplas vozes e perspectivas. Conforme afirma Sawaia (2009, p. 366), “ações transformadoras dependem do desbloqueio das potências subjetivas, orientadas pela alegria de viver e pela ampliação da liberdade”. No contexto deste Atlas, a articulação entre apreensão dos afetos e mapeamento espacial fortalece a produção de informações socialmente referenciadas, capazes de subsidiar políticas públicas mais sensíveis às realidades locais.

Essa concepção se assenta no intuito de desenvolver a metodologia de Investigação-Ação-Participativa (IAP) de Fals Borda (1981,2015), no território, mediante o diálogo de saberes que envolve o conhecimento científico e popular. Considera-se que a metodologia desenvolvida por Fals Borda (1981,2015), tem uma potencialidade enorme para o planejamento urbano, sobretudo ao defender a participação popular, no momento que valoriza o saber popular (ciência popular), mediante o diálogo de saberes, sendo que a ciência visa dar resposta às necessidades concretas da coletividade.

Assim, a IAP pauta-se na valorização do conhecimento popular, tendo como estratégias de ação: a) recuperá-lo e envolver as camadas populares

nos mais diferentes debates sobre o seu território; b) contato direto com as populações com objetivo de mapear e compreender suas demandas, bem como assegurar que tenham vez e que suas vozes sejam ouvidas nos espaços consultivos e deliberativos.

Assim, os mapas qualitativos configuram-se como ferramentas estratégicas para a leitura crítica do território e para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais a partir de uma perspectiva interdisciplinar e participativa.

c) Técnica documental: reportagens e fotografias

A análise documental possibilita adentrar em um conjunto diversificado de materiais produzidos em diferentes contextos e por distintas instituições, tais como leis, fotografias, vídeos, jornais e outros registros. Conforme Lima Júnior et al. (2021, p. 37), essa técnica se inscreve no campo da pesquisa qualitativa ao assumir como preocupação central “buscar informações concretas nos diversos documentos selecionados como corpus da pesquisa”, sendo a abordagem qualitativa compreendida como um percurso metodológico voltado à apreensão detalhada e em profundidade dos fenômenos investigados. Nesse sentido, a análise documental não se reduz à coleta de documentos, exigindo procedimentos explícitos de seleção do corpus, definição de critérios de pertinência e estabelecimento de um protocolo de leitura e categorização que assegure coerência entre problema, objetivos e evidências mobilizadas. Como destacam May (2004) e Flick (2009), documentos são evidências mediadas e situadas; sua interpretação requer justificativas metodológicas, rastreabilidade analítica e triangulação com outras fontes, de modo a fortalecer a consistência interna do estudo e reduzir inferências não controladas.

No caso da fotografia enquanto técnica documental, o rigor científico demanda tratá-la simultaneamente como linguagem e como recorte interpretativo. Toda imagem resulta de escolhas como enquadramento, foco, distância, temporalidade do registro e, eventualmente, edição, que delimitam o que se torna visível e o que permanece ausente. Rose (2016) argumenta que metodologias visuais exigem articular a análise do conteúdo imagético às condições de sua produção e circulação, incorporando dimensões discursivas, institucionais e materiais que sustentam seu “efeito de evidência”. De modo

complementar, Bauer e Gaskell (2002) indicam que imagens podem operar como dados empíricos desde que integradas a protocolos analíticos claros como a descrição sistemática, definição de categorias, comparação entre casos e triangulação com outras fontes, evitando tanto seu uso meramente ilustrativo quanto leituras impressionistas que deslocam a análise para juízos não verificáveis.

Quanto às reportagens e, de modo mais amplo, aos materiais jornalísticos, sua potência documental reside em registrar não apenas acontecimentos, mas também enquadramentos, agendas públicas e disputas de sentido que conformam o debate social em determinado período. May (2004) alerta que textos jornalísticos devem ser lidos como produções situadas, atravessadas por rotinas institucionais, interesses e escolhas editoriais; por isso, não constituem prova direta do real, mas fontes relevantes para compreender representações, narrativas e regimes de visibilidade. Nessa direção, Flick (2009) aponta que o tratamento de reportagens como evidência empírica seja fortalecido por triangulação com outros documentos, dados oficiais e/ou trabalho de campo, assegurando maior robustez interpretativa frente a vieses de seleção, omissões e variações de cobertura.

No âmbito da produção do Atlas, as fotografias e reportagens foram mobilizadas como técnicas documentais complementares ao diagnóstico quantitativo e ao levantamento de informações oficiais, compondo um corpus capaz de qualificar a leitura territorial. As fotografias contribuíram para registrar materialidades, infraestruturas e marcas espaciais da vulnerabilidade, enquanto as reportagens permitiram captar narrativas públicas, enquadramentos e visibilidades atribuídas a esses territórios ao longo do tempo. Integradas por procedimentos de seleção, categorização e triangulação com outras fontes, ambas as técnicas reforçaram o rigor metodológico do Atlas, ampliando a compreensão das condições concretas e das representações sociais que atravessam os territórios vulneráveis.

d) Trabalho de campo e observação simples

Na pesquisa científica em Geografia, o trabalho de campo e a observação simples assumem papel importante ao passo que aproximam a análise das

condições concretas em que os fenômenos socioespaciais se produzem e se manifestam. Ao permitir o contato direto com a materialidade do espaço, com seus usos, ritmos, fluxos e conflitos, esses procedimentos não apenas complementam dados secundários, mas produzem evidências capazes de qualificar categorias e hipóteses interpretativas. Assim, em Geografia, o trabalho de campo e a observação não são etapas acessórias, mas momentos constitutivos do rigor metodológico, pois conectam teoria e realidade territorial e permitem interpretar o espaço como totalidade concreta, dinâmica e historicamente produzida.

O trabalho de campo, em particular, constitui uma das práticas centrais da pesquisa, na medida em que permite confrontar categorias analíticas e hipóteses interpretativas com a materialidade concreta do espaço e com as dinâmicas que nele se realizam. Mais do que uma etapa técnica de coleta, o campo é um procedimento epistemológico que produz evidências a partir da relação direta entre pesquisador, território e fenômenos observados.

Nessa direção, Minayo (2001) destaca que, em pesquisas qualitativas, a proximidade com o contexto empírico amplia a capacidade de compreender significados, processos e relações, sobretudo quando o objetivo é apreender realidades complexas e marcadas por desigualdades socioespaciais. O estudo de campo não se limita a verificar ou confirmar informações previamente reunidas, mas contribui para refinar perguntas, reorientar recortes e tornar mais precisa a interpretação da realidade investigada e assim produzir conhecimento.

A observação simples, entendida como observação direta, não estruturada e guiada por objetivos analíticos, possui relevância particular porque possibilita registrar aspectos frequentemente ausentes em bases secundárias, como microdinâmicas do cotidiano, usos do espaço, fluxos, barreiras, formas de apropriação e condições de infraestrutura que operam como mediações do viver urbano. Gil (2019) assinala que a observação, enquanto procedimento sistemático de pesquisa, requer intencionalidade, registro e critérios para reduzir vieses de percepção, evitando que a experiência do pesquisador se confunda com mera impressão. Em perspectiva convergente, Angrosino

(2009) enfatiza que observar é produzir dados situados, o que exige atenção ao contexto, à posição do observador e às condições de ocorrência do fenômeno, reforçando a necessidade de diários de campo e descrições densas que garantam rastreabilidade e consistência interpretativa.

Do ponto de vista do rigor metodológico, a observação ganha robustez quando articulada à triangulação de fontes e procedimentos. Yin (2016) argumenta que evidências oriundas de observações, documentos e registros podem fortalecer a validade de um estudo quando convergem para padrões interpretativos consistentes, reduzindo lacunas e permitindo compreender contradições internas do fenômeno. Nessa lógica, o trabalho de campo opera como dispositivo de verificação crítica: ele confirma ou tenciona leituras baseadas em indicadores, mapas e séries estatísticas, ao mesmo tempo em que evidencia dimensões qualitativas e sensoriais da espacialidade como a acessibilidade real, riscos percebidos, precariedades infraestruturais e arranjos de sociabilidade, que dificilmente se deixam captar por dados agregados.

No contexto do Atlas dos Territórios Vulneráveis da Região Norte de Londrina, o trabalho de campo e a observação simples foram fundamentais para qualificar a cartografia e o diagnóstico territorial, aproximando o mapeamento da vida concreta nos territórios. Ao lado das informações secundárias e da análise documental, a presença em campo permitiu reconhecer usos e práticas espaciais, identificar situações de risco e carência não evidentes nos bancos de dados, e compreender como a vulnerabilidade se manifesta no cotidiano e na materialidade urbana. Desse modo, o Atlas não resulta apenas da organização de números e mapas, mas de uma leitura territorial situada, em que a observação direta contribui para tornar visível aquilo que a cidade formal frequentemente obscurece, reforçando a necessidade de políticas públicas planejadas a partir dos territórios reais.

Referências

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Tradução José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão desta edição Bernardo Lewgoy Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade: estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo**. Fortaleza: UFC, 2010.

BOMFIM, Z. A. C. et al. Estima de lugar e indicadores afetivos: aportes da Psicologia Ambiental e Social para a compreensão da vulnerabilidade social juvenil em Fortaleza. In: COLAÇO, V. F. R.; CORDEIRO, A. C. F. (Org.) **Adolescência e juventude: conhecer para proteger**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013. p. 317-341.

BOMFIM, Z. A. C. et al. Affective maps: validating a dialogue between qualitative and quantitative methods. In: MIRA, R. G.; DUMITRU, A. (Ed.). **Urban Sustainability: innovative spaces, vulnerabilities and opportunities**. Coruña: Institute of Psychosocial Studies and Research “Xoan Vicente Viqueira”, 2014. p. 131-148.

BOZZANO, H. El Método Territorii y algunos de sus resultados. In: BOZZANO, H; CANAVARI, T. (Organização). **Transformar diálogos de saberes em diálogos de haceres: Ciencia, comunidad y políticas públicas**. La Plata: Edulp, 2020, p.464-493.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul Editores, 1981. p. 19-47.

FALS BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GERMANO, I. P. Pontos de Vista, Metáforas, Ironias e as Transformações da Imaginação Sociológica. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, v. 19, n 1-2, jan/dez, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

JESUS, M. C. de. **Quarto de Despejo**. SP: Ática, 2014.

LAKOFF, G. **Metáforas de la vida cotidiana**. Madri: Catedra, 1980.

LIMA JUNIOR, E. B.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, A. C. O. dos; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36–51, 2021.

LIMA JUNIOR, E. B. et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROSE, Gillian. **Visual methodologies: an introduction to researching with visual materials**. 4th ed. London: SAGE Publications, 2016.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira**. Companhia das Letras. 24ª reimpressão, 2002.

SAWAIA, B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia F. (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez; Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais PUC SP, 2010. p. 39- 50.

SAWAIA, B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade, Online** v. 21,n. 3. p. 364 –372, 2009.

SPINOZA, B. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução Daniela Bueno; revisão técnica Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

CAPÍTULO 1

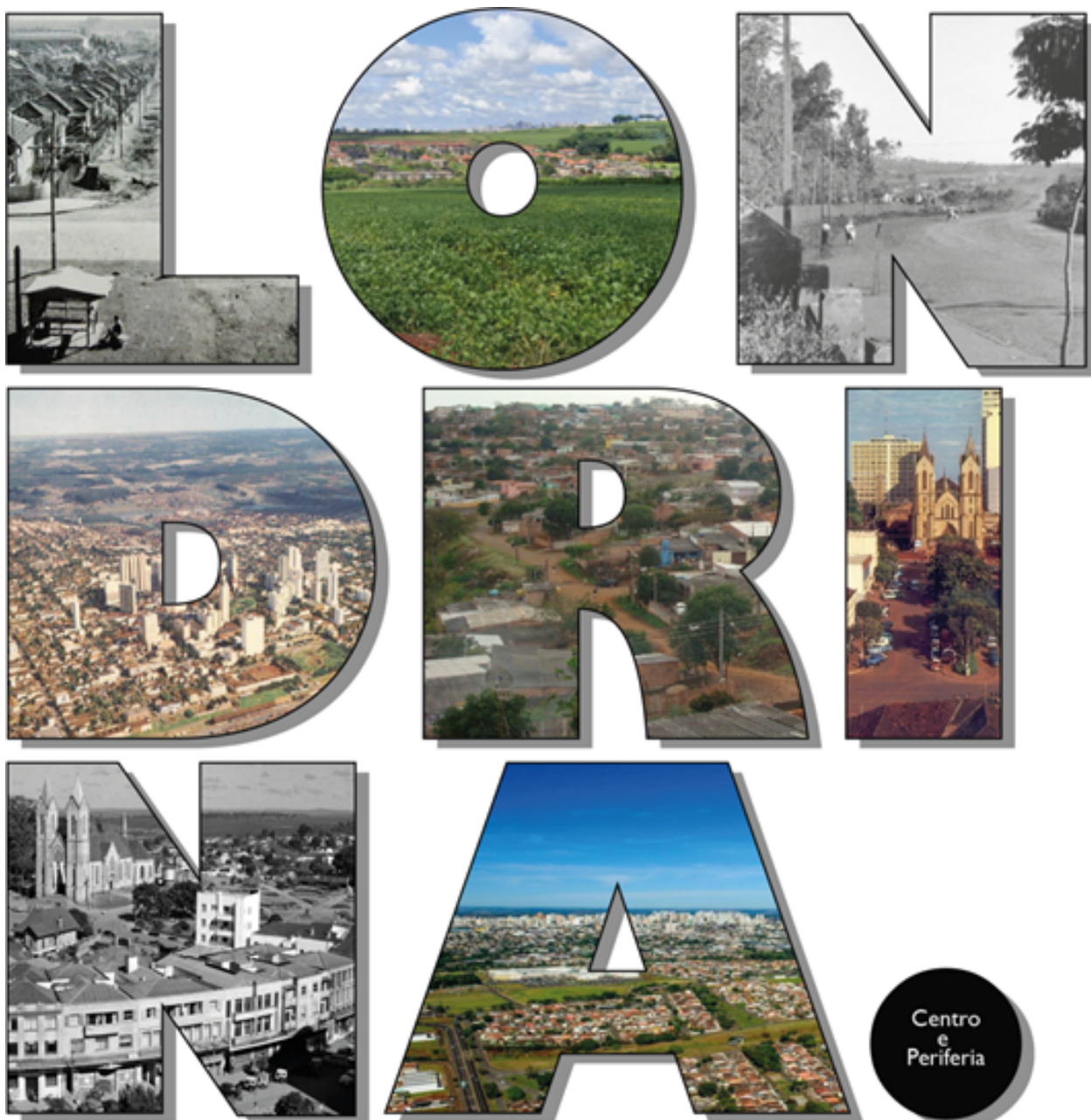
CIDADE DE LONDRINA: MORAR NOS ARREDORES E NUNCA NO CENTRO?

Ideni Terezinha Antonello

Isabelle Teixeira Bertini

Léia Aparecida Veiga

Doi: 10.48209/978-65-5417-710-1



1.1 Formação territorial da cidade de Londrina e produção habitacional: desigualdades e segregação socioespacial

Londrina, cidade localizada no norte do estado do Paraná, foi fundada em 1929, como resultado da concessão de terras pelo governo do Estado a empresas estrangeiras, como a empresa britânica Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que atuava como colonizadora e tinha como foco principal a ocupação e a exploração das terras da região (Londrina, 2019). Após cinco anos de ocupação, em 3 de dezembro de 1934, por meio da promulgação do Decreto Estadual nº 2.519, Londrina foi desmembrada de Jataizinho e tornou-se um município (Bortolotti, 2007).

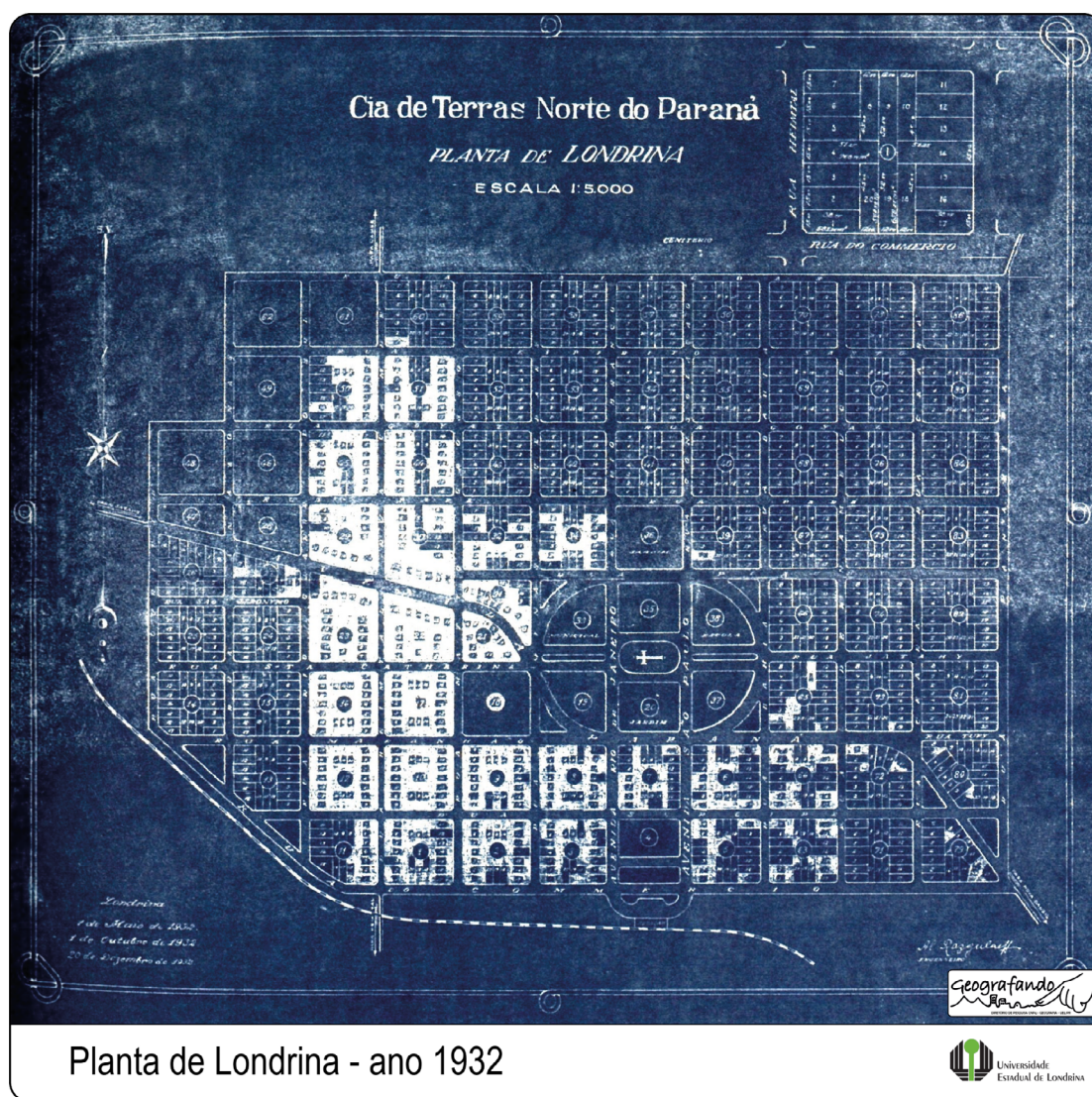
A consolidação administrativa e econômica de Londrina aconteceu de forma bastante acelerada, superando as expectativas da CNTP. Prandini (1954, p. 61/62) salienta que isso ocorreu devido à combinação de dois fatores:

[...] o fator geográfico, isto é: a posição geográfica privilegiada – no coração dessa riquíssima região agrícola; e o fator histórico, isto é: o fato de ter sido o marco inicial e a sede de onde se dirigia a colonização dessa região, Londrina já estava de antemão destinada a ter um rápido desenvolvimento e uma importância ímpar na região.

Pelo fato de Londrina ter se tornado referência na compra e venda de terras e da atividade cafeeira, a cidade passou a atrair pessoas de diversas regiões do Brasil em busca de trabalho e de melhores condições de vida (Bortolotti, 2007). Desse modo, o intenso fluxo migratório fez com que rapidamente a planta inicial da cidade projetada pela CNTP e que previa abrigar 30 mil habitantes, se tornasse insuficiente diante da velocidade da expansão urbana e do crescimento populacional.

A Planta azul (Figura 1) expressa a concepção de cidade planejada nos princípios do urbanismo modernista, como esclarece Lefebvre (2006, p. 231) “[...] introduz num espaço anterior uma forma, o mais frequente uma forma retilínea, retangular (a malha, o quadriculado) xadrez. O que tornaria a aproximar o espaço urbano de uma escrita, determinada pelo uso social. Seu espaço, ao mesmo tempo abstrato e concreto, tem isto de embaraçoso: é o espaço do Poder”.

Figura 1. Planta azul de Londrina-Pr de 1932



Planta de Londrina - ano 1932

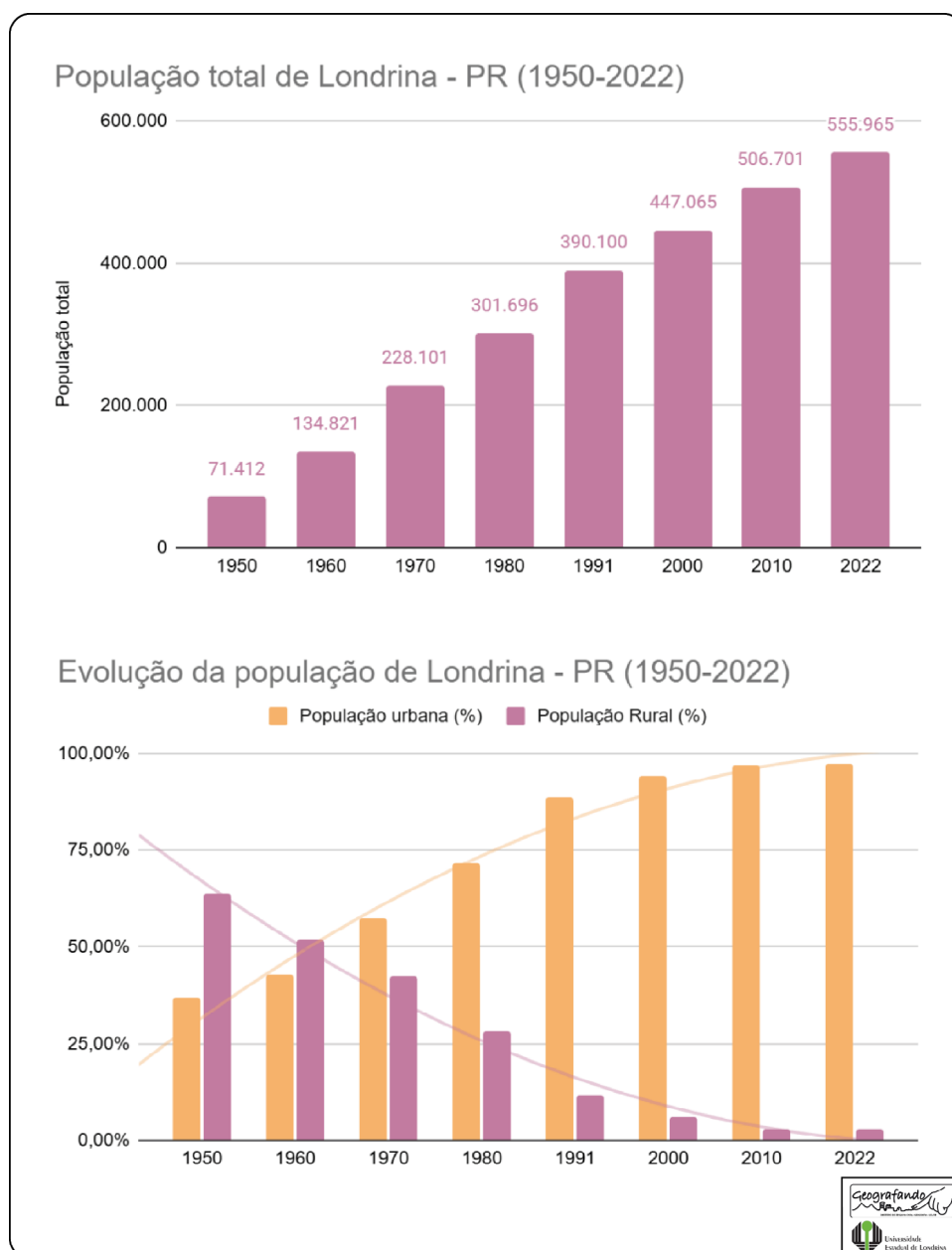
Fonte: Adaptado de Londrina - IPPUL, 2024. Org. Isabelle T. Bertini, 2025.

Esse espaço concebido, pensado e planejado da planta azul que marca o princípio de Londrina, logo passa por transformações socioespaciais, que ocorre simultaneamente ao rápido crescimento demográfico da cidade, pois, na década de 1950, a população total já ultrapassa os 70 mil habitantes, e atualmente, supera os 550 mil habitantes (IBGE, 1950, 2022). Além disso, a partir da década de 1970, a porcentagem da população que vivia nas áreas urbanas supera a rural (Gráfico 1).

Esse aumento absoluto da população e concentração crescente no espaço urbano ajuda a compreender a pressão estrutural sobre moradia, infraestrutura e serviços, sobretudo em contextos nos quais o acesso à terra

urbana e à habitação formal se mantém seletiva. Nesse sentido, a intensificação da urbanização, articulada às transformações do campo no Norte do Paraná e à modernização agropecuária que se aprofunda a partir da década de 1970 (Padis, 1981; Lopes, 1982; Graziano, 1998), contribui para ampliar deslocamentos e reconfigurar a base social da cidade, produzindo demandas habitacionais que nem sempre são absorvidas por políticas públicas no mesmo ritmo.

Gráfico 1. Evolução da população de Londrina-Pr para o período de 1950 a 2022



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.
Org. Gabriel Muxfeld, 2025.

Assim, os dados demográficos não apenas evidenciam crescimento mas permitem interpretar a formação e a persistência de territórios precarizados e, portanto, para sustentar a relevância na identificação, no diagnóstico e na proposição de intervenções territorializadas voltadas à redução das vulnerabilidades urbanas.

Apesar do crescimento de Londrina indicar um progresso econômico e social, esse desenvolvimento não contemplou de forma uniforme toda a população, pois muitos trabalhadores, principalmente os de menor poder aquisitivo e que migraram para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida, não tiveram acesso às mesmas oportunidades, fomentando a desigualdade socioterritorial. Souza (2021, p. 93) destaca que:

Muitos desses trabalhadores chegavam à Londrina com a esperança de um futuro melhor, porém grande parte acabou encontrando uma cidade em que a propaganda do progresso era maior do que suas reais possibilidades de abrigar tanta gente à procura desse afamado desenvolvimento econômico. Restava a busca pela sobrevivência, trabalhando em baixas condições de segurança e com poucas perspectivas de crescimento, vivendo em regiões com pouca ou nenhuma infraestrutura, encontrando milhares de pessoas na mesma situação, sem condições de se organizarem para lutar pelos seus direitos.

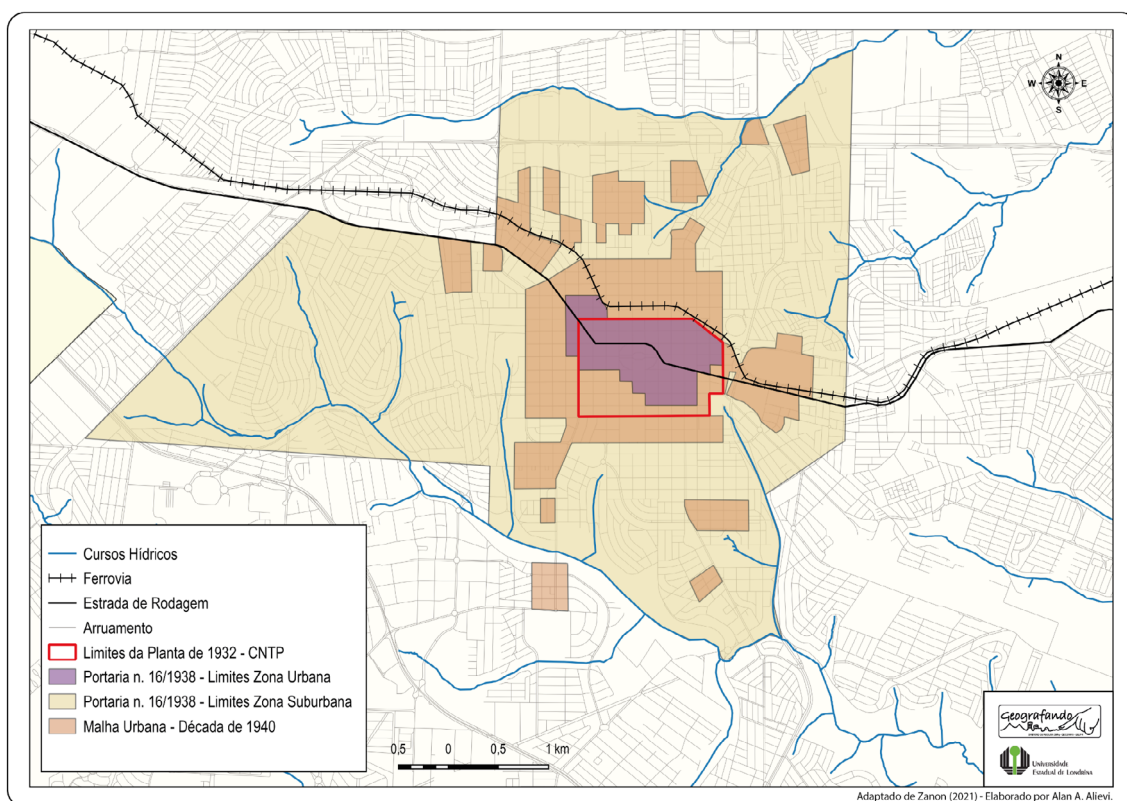
Essa desigualdade social se materializou no ordenamento territorial da cidade, pois desde a sua fundação, existem evidências de um planejamento estruturado de modo a produzir e reforçar a segregação socioespacial. A CTNP definiu loteamentos externos à planta inicial da cidade para que os trabalhadores de menor poder aquisitivo residirem, separando os locais de moradia daqueles de maior e menor poder aquisitivo. Por conseguinte, no ritmo das vidas, das temporalidades, o espaço concreto passa ser comandado pelo poder emanado do espaço abstrato, os quais se entrelaçam na produção social do espaço, contudo é “[...] também a história de sua separação, de sua contradição. O dominante conduz [o arrasta/prevalece]” (Lefebvre, 2006, p. 233).

O dominante define a divisão física, que ocorreu tendo como limite a linha férrea, sendo que os terrenos “acima da linha” eram lotes grandes e com infraestrutura adequada e “abaixo da linha” aqueles mais menores e com infraestrutura precária (Souza, 2021). Dessa forma,

[...] abaixo da linha do trem, foram surgindo novos loteamentos populares, fazendo com que as regiões norte e oeste da cidade se expandissem, tornando-se um emaranhado de casas de madeira, ruas estreitas e mal tracejadas, onde faltava água encanada, rede de esgoto e luz elétrica. (Souza, 2021, p.88)

De acordo com Zanon (2021) a Portaria nº 15 de 1938 foi responsável pela delimitação das zonas suburbanas e a Portaria nº 16 de 1938 pela delimitação das zonas urbanas. A Figura 2 apresenta a espacialização das referidas zonas, além de apresentar por meio da malha urbana (áreas realmente urbanizadas) da década de 1940, corroborando o mencionado anteriormente e demonstrando que houve um grande crescimento da ocupação fora do traçado original da cidade em um curto período. Complementando, Arias Neto (2008, p. 114) assinala que “[...] as classes dominantes produziram para si, portanto, os melhores espaços de habitação, lazer, trabalho e associação pública”.

Figura 2. Delimitação das zonas urbana e suburbana na cidade de Londrina, década de 1940



Fonte: Adaptado de Zanon (2021). Org. Alan Alves Alievi, 2025.

Outro fato que demonstra o caráter segregacionista, foi preocupação com a limpeza e estética da cidade a partir da proibição da construção de casas de madeiras na zona urbana da cidade por meio do Decreto nº 29 de 18 março de 1939, que apresentava o seguinte texto:

Considerando que a cidade de Londrina, sede deste Município tem obtido desenvolvimento invulgar: Considerando que seu desenvolvimento já atingiu um nível admirável; considerando a necessidade de ser proibida a construção de casas de madeira nos principais trechos de sua zona urbana, para melhorar seu aspecto de urbs moderna. (Londrina, 1939 *apud* Bortolotti, 2007, p. 89)

Percebe-se que o tom do discurso era higienista e modernista, o qual não priorizava o bem-estar popular. Nesse contexto, Arias Neto (2008, p. 101) destaca que entre os anos de 1936 e 1939, surgiram as três primeiras vilas na zona suburbana, ou seja, logo após o surgimento da cidade. Número que cresceu substancialmente nos anos seguintes, pois, de acordo com Prandini (1954), entre os anos de 1944 e 1947, já haviam se instalado na zona suburbana 53 vilas. Além disso, observa-se um abandono nestas áreas, porquanto a prefeitura realizava melhorias de infraestrutura urbana apenas nas áreas que estavam acima da linha do trem, já as vilas, apesar do crescimento constante, recebiam pouca ou nenhuma atenção por parte da administração municipal (Souza, 2021).

A construção de vilas fora do traçado original também evidencia a prática da especulação imobiliária, pois, “[...] ao mesmo tempo que a cidade ia se espalhando, a área propriamente urbana permanecia com quadras inteiramente vazias, pois eram mais caras” (Prandini, 1954, p. 66).

O processo de produção social de espaço urbano marcado pela desigualdade socioeconômica se aprofunda com a crise da atividade cafeeira, dos aluguéis caros que faz avançar exclusão social, engendrando o surgimento das primeiras favelas (territórios vulneráveis) na cidade de Londrina. Consequência direta da junção de fatores econômicos, políticos e sociais, além de ser uma expressão direta dos desequilíbrios presentes na estrutura da sociedade (IPPUL, 1996).


Realidade constatada em notícia publicada na Folha de Londrina do dia 15 de agosto de 1956, na qual é comparada Londrina a cidades como São Paulo e Rio de Janeiro pelo fato do surgimento de favelas na cidade: “[...] é o problema da habitação, cruciante e doloroso, desafiando o poder público” (Folha de Londrina, 1956).

De acordo com informações apresentadas pelo IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (1996) e como pode ser visto no Quadro 1, as primeiras favelas construídas na cidade de Londrina na década de 1950 foram: a Pito Aceso em 1953, a Vila do Grilo em 1955, Vila Esperança no ano de 1958 e a da Caixa Econômica Federal em 1959. Grande parte dos primeiros moradores era oriundos de movimentos migratórios regionais, da área rural do Paraná, assim como de outros estados e da Região Nordeste.

Quadro 1. Primeiras favelas de Londrina-PR na década de 1950

Nome	Localização	Ano de Início	Procedência do Primeiros Moradores
Pito Aceso	R. Riachuelo, atual cemitério João XXIII	1953	Área rural do PR e outros estados, principalmente do NE
Vila do Grilo/ Fraternidade	Ao lado do “Marco Zero” C.H. Pindorama	1955	Área rural do PR e outros estados, principalmente do NE
Vila Esperança	Final da Rua Sta. Catarina, próx. à linha férrea	1958	Área rural do PR e outros estados
Caixa Econômica Federal/Ns. Sra. da Paz/Grilinho	R. das Seringueiras, ao lado do C.H. Charruá I	1959	Área rural do PR e região norte do PR

Primeiras favelas de Londrina-PR na década de 1950.



Fonte: Adaptado de Londrina - IPPUL, 1996. Org. Alan Alves Alievi, 2025.

Ainda em relação a origem das famílias das primeiras favelas de Londrina (Quadro 1), é importante pontuar que embora seja recorrente

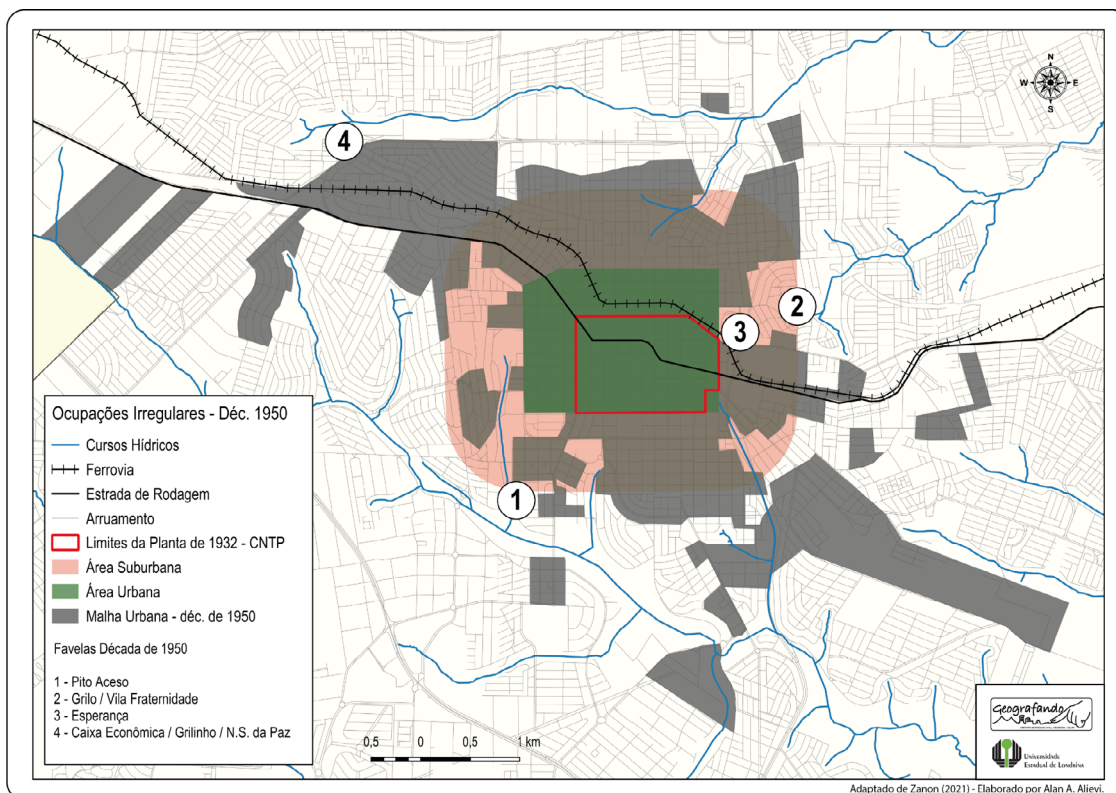
identificar o êxodo rural campo–cidade no Norte do Paraná como um processo que intensificado a partir da década de 1970 frente à reestruturação produtiva, à substituição de culturas e à intensificação de práticas mecanizadas vinculadas à produção e reprodução do capital industrial (Padis, 1981; Lopes, 1982; Graziano, 1998), é importante situá-lo em uma temporalidade mais longa, marcada por transformações anteriores que já reconfiguravam, desde os anos 1950, as relações entre povoamento, produção agrícola e formação urbana. A propaganda das ‘terras roxas’ e a valorização do potencial agrário regional impulsionaram fluxos migratórios significativos, atraindo famílias provenientes de outras porções do Paraná e também de outros Estados. Esse movimento, ao mesmo tempo em que ampliou a ocupação produtiva e a abertura de frentes agrícolas, estimulou a constituição de núcleos urbanos, redes de comércio e serviços e um padrão de organização territorial, no qual cidade e campo se estruturam de forma interdependente.

Nesse contexto, a migração dos anos 1950 e 1960, não pode ser reduzida a um antecedente ‘demográfico’ do êxodo posterior: ela já expressava um modo de produção do espaço regional em que a expansão agrícola e a formação de cidades caminhavam juntas. Assim, ainda que a permanência no campo fosse majoritária e o trabalho agrícola organizasse o cotidiano social, em Londrina, a urbanização já se desenhava como condição funcional em meio a produção no campo, preparado do ponto de vista territorial, as condições para deslocamentos futuros em maior escala.

Assim, na década de 1950, famílias de trabalhadores que se dirigiram à Londrina, sem condições de adquirir ou alugar moradias na área urbana central e, muitas vezes, nem mesmo nas porções periféricas denominadas áreas suburbanas, acabaram recorrendo a formas precárias de assentamento, contribuindo para a conformação de favelas como expressão territorial da exclusão habitacional e do acesso desigual à cidade. A localização dessas áreas com moradias sem condições mínimas de habitabilidade e segurança encontravam-se distantes da área central, estando a favela do Pito Aceso no extremo sudoeste da área suburbana e a favela do Vila do Grilo/Fraternidade no extremo leste. E a favela Caixa Econômica/Grilinho/Nossa Senhora da Paz,

localizada para além da área suburbana, estando no limite da malha urbana e zona rural. A exceção ficou por conta da favela Esperança, que encontrava-se próxima do limite entre a área suburbana e a central, conforme o mapa na Figura 3.

Figura 3. Localização das primeiras favelas em Londrina na década de 1950



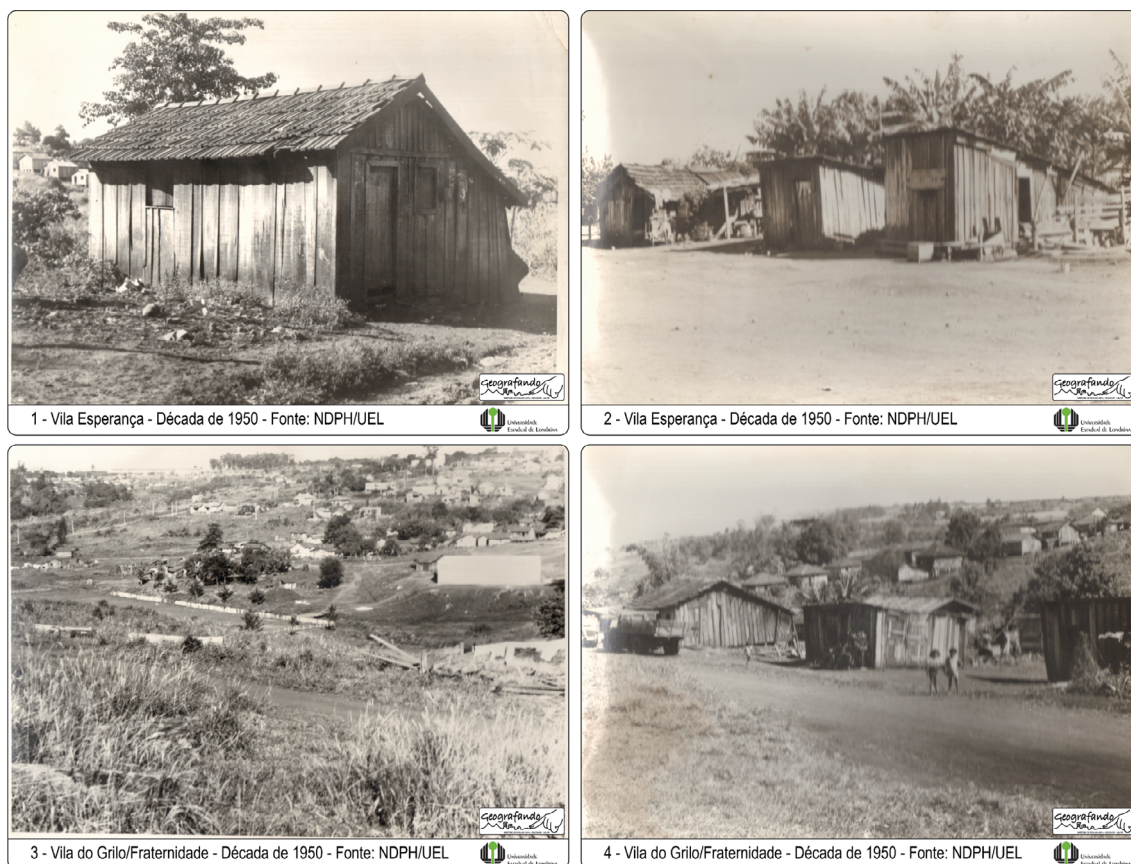
Fonte: Adaptado de Zanon (2021). Org. Alan Alves Alievi, 2025.

Esses territórios vulneráveis já apresentaram desde sua gênese moradias precárias e ausência de infraestrutura mínima, como asfalto e saneamento básico, como pode ser observado na Figura 4.

As imagens de 1 a 3 (Figura 4) evidenciam como se configuraram as moradias presentes nas favelas da Vila Esperança e da Vila do Grilo/Fraternidade, na década de 1950. Trata-se de uma vista panorâmica de duas áreas de moradias precárias localizadas na área suburbana (Figura 4). A porção denominada Grilo/Fraternidade, em área de relevo suavemente ondulado/vales e com vegetação em primeiro plano, apresentava ao fundo, um conjunto disperso de moradias e caminhos de terra que recortam a paisagem bem como pessoas no espaço da rua, o que evidenciava a rua como extensão do cotidiano doméstico. Não se

observam calçadas, pavimentação ou drenagem formal. Pode-se observar ainda uma ocupação esparsa, com moradias distribuídas em diferentes cotas e uma malha viária pouco estruturada (imagem 3 e 4 da Figura 4).

Figura 4. Vista parcial das moradias nas primeiras favelas em Londrina na década de 1950



Fonte: Desfavelamento Vila Fraternidade e outros- Coleção José Divino Gonzaga. NDPH - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica/UUEL. Org. Isabelle T. Bertini, 2025.

A outra área chamada na época de Esperança, traz em primeiro plano a imagem de uma moradia de pequeno porte, construída com tábuas de madeira, cobertura em telhas e poucos vãos (porta e aberturas discretas). O entorno imediato apresenta solo exposto, ausência de calçamento e marcas de ocupação em terreno irregular, com vegetação dispersa e outras construções ao fundo. Observa-se na imagem 2 um conjunto de construções desprovidas de projeto estrutural, construídas apenas com tábuas e pedaços de madeira, dispostas em área ampla de solo nu, com pouca definição de vias e sem elementos visíveis de infraestrutura urbana, tendo ao fundo, vegetação esparsa e sinais de quintais/roçados (imagem 1 e 2 da Figura 4).

Nesse contexto, a precariedade habitacional não pode ser lida como exceção, e sim como expressão de um padrão estrutural: quando a terra urbana se converte em mercadoria e a centralidade se valoriza, parcelas da população são empurradas para soluções de autoconstrução e assentamentos informais, produzindo territorialmente a desigualdade (Santos, 1993; Kowarick, 1979; Bonduki, 1998).

Assim, as favelas e vilas precárias que se formaram na década de 1950 e também foram criadas nas décadas seguintes, devem ser compreendidas como resultado de duas dinâmicas combinadas. De um lado, a urbanização seletiva: investimentos e equipamentos tendem a se concentrar em áreas valorizadas, enquanto as bordas urbanas, muitas vezes ambientalmente frágeis ou juridicamente instáveis, tornam-se a única opção para os trabalhadores que não conseguem acessar o circuito formal da moradia. De outro, a ausência (ou insuficiência) de políticas públicas de habitação e urbanização capazes de acompanhar o ritmo do crescimento populacional, acaba produzindo uma cidade que se moderniza para alguns e se precariza para outros, com impactos diretos sobre o direito à cidade em sentido amplo.

Os registros fotográficos do acervo do NDPH/UEL referentes à Vila Esperança e à Vila do Grilo/Fraternidade (década de 1950) materializam esse processo ao evidenciar padrões recorrentes de moradia precária: construções frágeis em termo de estrutura arquitetônica, predominantemente em tábua e retalhos de madeira, implantadas em terrenos com ruas de terra, com carência de drenagem e infraestrutura básica, além de sinais de ruralidade persistente no entorno imediato.

Esses territórios que já encontravam-se à margem da representação oficial da cidade próspera e organizada, foram sendo multiplicados nos anos seguintes, conforme o processo de mecanização da lavoura no norte paranaense avançava e o êxodo rural era intensificado a partir de 1960 e 1970.

Nas décadas seguintes, surgiram novas favelas. Em notícia publicada na Folha de Londrina, em 7 de outubro de 1960, a preocupação com esta situação e a falta de soluções são evidenciadas. Destacam-se os trechos:

[...] No mesmo ritmo em que são erguidos edifícios suntuosos e de grande porte, surgem, em Londrina, pelos quatro cantos, as favelas e o tempo urge, reclamando atividade imediata. Necessário encontrar, com os recursos mais à mão, as primeiras soluções para o problema. (Folha de Londrina, 1960, p. 2)

Após seis anos, em 18 de setembro de 1966, uma nova notícia publicada na Folha de Londrina demonstra que a inquietação continua presente, pois é noticiada o surgimento de uma nova favela revelando “[...] uma demonstração eloquente de que se agrava o problema habitacional de Londrina, reclamando medidas urgentes das autoridades, que não tem dado muita atenção a esse entristecedor aspecto da Capital do Café” (Folha de Londrina, 1966, p. 16).

A ocupação em questão era conhecida como a Favela do Grilinho/ Caixa Econômica Federal (imagem 4 da Figura 4), pois estava em um terreno pertencente a essa instituição financeira. Por estar localizada em uma propriedade privada, os moradores da ocupação sofreram diversas ameaças de despejo, pois a Caixa Econômica Federal solicitava a reintegração da posse, desde 1967. Em notícia publicada, no dia 10 de julho de 1969, que tinha como manchete “Favela está ameaçada: 400 famílias podem ser despejadas hoje ou amanhã”, na qual é divulgada as ações que seriam adotadas para que o despejo ocorresse.

De acordo com Gavetti (1998, p. 48) a solução encontrada foi a desapropriação do terreno “em caráter amigável com valor simbólico”. Proposta que foi aceita pela Caixa Econômica Federal e o terreno foi entregue a Companhia de Habitação de Londrina – Cohab-LD e posteriormente no local foi construído o Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Paz.

Em 1970, Londrina já somava 09 favelas, sendo elas: Bom Retiro, Grilo, Esperança, Pito Aceso, Grilinho, Boa Vista, Novo Mundo, Vila Paulista e Marísia, somando “[...] 600 barracos e cerca de 3 mil habitantes, em mais de 60 por cento constituídos de crianças e na sua maioria mulheres” (Gavetti, 1998, p. 143).

De acordo com o IPPUL (1996, p. 29)

A existência das favelas, por longo período, foi tolerada pelo poder público por não possuir recursos para empreender uma ação globalizante, pelo fato de os terrenos não possuírem importância no mercado imobiliário e, ainda, porque as favelas eram centros de interesses político-eleitorais.

As informações apresentadas demonstram que os interesses econômicos e políticos estavam sobrepostos à qualidade de vida e o bem-estar dos moradores que viviam em condições precárias. Esta realidade passa a ser alvo de atenção da gestão local quando os terrenos adquirem interesse comercial, e a partir deste momento, tem-se a ideia de erradicá-las.

Desse modo, a solução encontrada para lidar com esta situação foi o desenvolvimento de um plano de “desfavelamento” da cidade de Londrina, que tinha como objetivo erradicar todas as favelas da cidade. De acordo com notícia veiculada na Folha de Londrina, de 4 de agosto de 1971, o plano contou com a parceria da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-Londrina) e com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) e previa que até o ano de 1972, todas as favelas da cidade teriam sido erradicadas (Folha de Londrina, 1971).

Na notícia publicada, no dia 17 de agosto de 1971, na Folha de Londrina intitulada como “Reunião hoje à noite para estudar o desfavelamento total de Londrina” é apontado o início do processo de retirada da população e o anúncio de que estas famílias seriam realocadas no Conjunto Habitacional Barravento, com 34 unidades habitacionais.

Já na edição do dia 18 de agosto de 1971, a Folha de Londrina evidencia a ampla divulgação e propaganda do plano de desfavelamento, destacando o apoio do BNH para sua implementação. A primeira favela a ser escolhida para o plano de “desfavelamento” foi a do Córrego Bom Retiro por conta dos seguintes fatores:

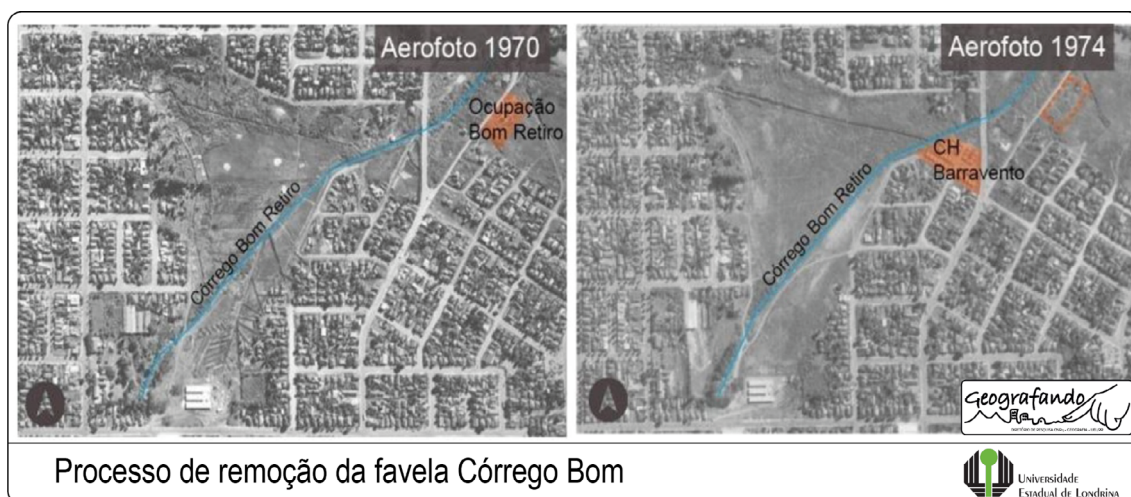
- Dado ao número menor de favelados, o que possibilitaria melhor condições para a experiência.
- Por ser uma favela pertencente a um proprietário particular que explorava o aluguel dos barracos ou cortiços.
- Por estar completamente desprovida de água ou qualquer outro princípio de higiene
- Por se encontrar nas proximidades de um terreno que necessitava a atenção dos poderes constituídos, para a sua higienização e saneamento. (Gavetti, 1998, p. 58)

Na Figura 5 é possível visualizar a localização da favela do Córrego Bom Retiro e o local onde foi construído o Conjunto Habitacional Barravento.

E na Figura 6 é possível visualizar as moradias do respectivo Conjunto na década de 1970.

Antonello, Veiga e Bertini (2024) apoiadas em registros de Gavetti (1998), destacam que a população do Córrego Bom Retiro foi a primeira a passar pelo processo de desfavelamento pelo fato de ter naquele momento o menor número de ocupantes e, principalmente, por estar em um terreno particular cujo o proprietário estava recebendo mensalmente aluguel dos barracos, mesmo sem os mesmos estarem dotados de água potável e saneamento básico. Em 1971, os moradores foram realocados no Conjunto Habitacional Barravento construído com recursos do BNH na Vila Portuguesa, localizada na porção leste da cidade.

Figura 5. Localização da favela do Córrego Bom Retiro em 1970 e 1974



Fonte: Zanon, 2021, p. 12. Org. Isabelle T. Bertini, 2025.

No Conjunto Barravento, foram edificadas 34 unidades habitacionais. A proposta não se limitava à entrega das casas, mas buscava assegurar às famílias realocadas o acesso às infraestruturas básicas e a realização de acompanhamento social durante e após a ocupação das moradias (IPPUL, 1996). Nesse acompanhamento as famílias eram submetidas a exames médicos e recebiam orientações relacionadas ao cuidado com a nova residência e a práticas de higiene (Gavetti, 1998; Antonello; Veiga; Bertini, 2024).

A Figura 6 é o registro da vista parcial de algumas casas no Conjunto Habitacional Barravento – Vila Portuguesa, em 1971. O enquadramento

centraliza a placa ‘COHAB-LD BARRAVENTO’, funcionando como marcador de autoria e presença estatal/municipal no território, ao mesmo tempo em que anuncia a passagem de uma forma precária de assentamento para um arranjo residencial formalizado, planejado e identificado.

Do ponto de vista morfológico, a fotografia mostra casas padronizadas, de pequeno porte, implantadas em alinhamento regular ao longo de uma via central, com lotes delimitados e cercas simples. Observam-se elementos mínimos de urbanização e infraestrutura como postes e rede elétrica assim como um traçado que organiza circulação e fruição do espaço, ainda que a rua aparente ser de revestimento simples (terra/brita) e o paisagismo seja incipiente. A presença de moradores na frente das unidades reforça a dimensão cotidiana do reassentamento: trata-se de um espaço em processo de apropriação e de adaptação, no qual a casa passa a operar como referência material de novo (re) começo, mas também como ajuste a padrões normativos de uso em relação ao quintal, fachada, recuos e rotinas domésticas.

Figura 6. Conjunto Habitacional Barravento – Vila Portuguesa, 1971



Fonte: Zanon, 2021, p. 12. Org. Isabelle T. Bertini, 2025.

Seu Joaquim narrou no trecho a seguir os elementos do cotidiano que presenciou ao morar por pouco mais de duas décadas (desde a criação do conjunto até 1999) no Barravento, explicitando as mudanças que ocorreram com o passar do tempo:

[...] O córrego e uma antiga seringueira são as únicas coisas que resistiram ao tempo no Barra Vento”, segundo seu Joaquim Martinho Bueno, de 93 anos, morador do bairro há mais de 25 anos. “Isso aqui mudou e muda dia após dia”, diz. Sentado na cadeira da varanda de sua casa, seu Joaquim conta como presenciou o crescimento da região. “Era um taboal só. A gente atolava até a canela no barro, lembra”. Joaquim é um morador solitário do Barra Vento. **“Aqui eu fico vendo a vida passar e chegar, reflete.** (Barba, 1999, grifo nosso)

A Figura 7 apresenta fotos de janeiro de 2026, desse conjunto habitacional, evidenciam elementos que corroboram com as memórias de seu Joaquim. O painel à esquerda informa que uma placa de bronze registra o Barravento como primeiro passo associado ao processo de desfavelamento em Londrina, com inauguração em 18 de março de 1971, vinculando Prefeitura Municipal e COHAB. Assim, essa imagem não é apenas ilustrativa pois a mesma opera como evidência de memória institucionalizada no próprio território, materializada na placa.

Figura 7. Conjunto Habitacional Barravento em janeiro de 2026



Fonte: Trabalho de Campo, 2026. Org. Ideni T. Antonello

As fotografias à direita (Figura 7) registram marcas de consolidação urbana e de transformação do conjunto ao longo do tempo. Observam-se ruas asfaltadas, calçadas e muros altos, além de ampliações e adaptações nas edificações, sugerindo a passagem de um conjunto originalmente padronizado para um tecido residencial mais heterogêneo, resultado de reformas, acréscimos e estratégias familiares de adequação da moradia às necessidades cotidianas. A presença de infraestrutura urbana (pavimentação, postes, redes e delimitações mais rígidas dos lotes) indica maior estabilização do espaço e integração à malha urbana, ainda que persistam indícios de desigualdade na qualidade do espaço público e na uniformidade das melhorias.

A Figura 7 evidencia a temporalidade do reassentamento: o Barravento aparece como produto de uma política urbana que buscou substituir a favela por moradia formal e, ao mesmo tempo, como território que, décadas depois, foi reconfigurado por práticas sociais e incrementos incrementais, expressando a territorialidade dos sujeitos que ali residem. Em uma leitura territorial, as fotos no contexto desse Atlas, nos levam a entender por um lado que, a política de desfavelamento produziu uma forma urbana planejada, mas sua consolidação depende de processos longos de apropriação, reforma e investimento e, por outro lado que, a história do lugar permanece inscrita no espaço tanto na memória oficial (placa) quanto nas materialidades atuais (ruas, muros, ampliações), permitindo articular passado e presente para discutir como políticas habitacionais podem mitigar precariedades imediatas, mas também deslocar e reconfigurar vulnerabilidades na cidade.

E essa política de ‘desfavelamento’ não ficou restrita à esse período, tendo continuidade nas décadas seguintes com outras favelas. A sequência, do plano político previa a remoção de três favelas: a do Pito Aceso próximo ao Córrego Água Fresca, a Vila Esperança localizada próxima a linha do trem e a Vila do Grilo (Fraternidade), localizada próxima à mata do Marco Histórico. O destino dos moradores foi o Conjunto Habitacional Pindorama I e II, construído onde estava localizada a Vila do Grilo (Zanon, 2021; Antonello, Veiga, Bertini, 2024).

É importante mencionar que nem sempre os moradores eram a favor das mudanças, como foi o caso da favela da Esperança (Gavetti, 1998). Porém, é perceptível que o interesse não estava no bem-estar e diálogo com a população afetada, realidade que se constata no trecho narrado por Gavetti (1968, p. 68),

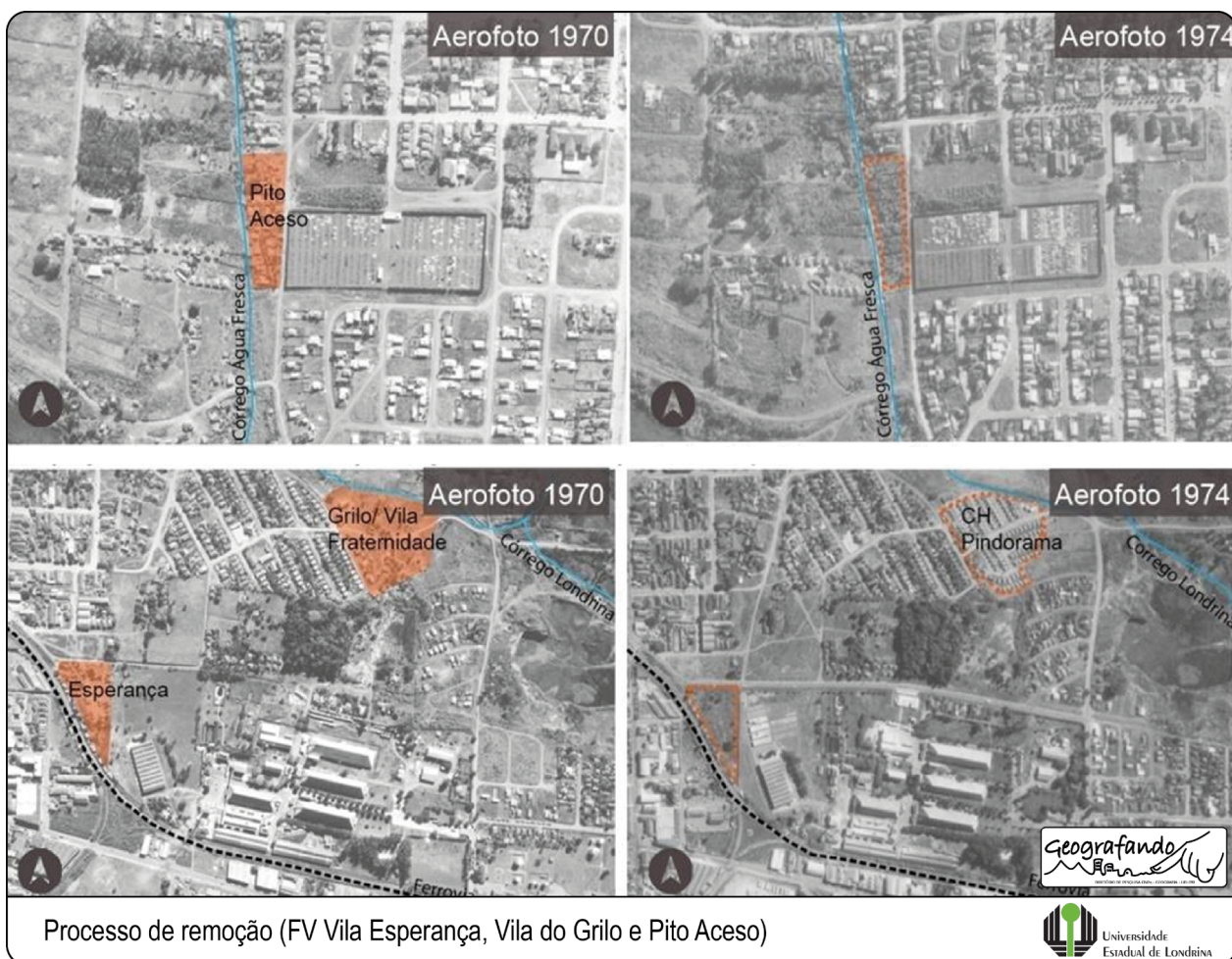
A medida que os primeiros barracos foram sendo desocupados, mandei que uma máquina de terraplanagem de alta capacidade derrubasse os mesmos e amontoando-os em lugares estratégicos, a fim de serem queimados quando fosse seguro, e que a máquina fizesse bastante barulho, esse comportamento fez com que os indecisos também fossem aderindo ao abandono de seus alojamentos.

O trecho acima evidencia uma postura higienista e aliada aos interesses econômicos e imobiliários, pois era importante retirar “a mancha da paisagem urbanística da cidade” (Gavetti, 1998, p. 67). A esse respeito Zanon (2021, p. 14) destaca que:

Tal ação coercitiva fazia parte do processo de desfavelamento, pois todos eram impelidos à mudança. Entretanto, não se tratava somente do deslocamento da casa, mas também da inserção desta população no sistema financeiro preconizado pelo BNH, o que, a partir daquele momento os ocupantes assumiram a dívida do imóvel como mutuários. Todavia, neste processo os que não podiam pagar deveriam ser realocados em “núcleos de triagem”, ou seja, casas de madeira nos conjuntos habitacionais.

Na Figura 8 é possível identificar por meio de fotografias ações do plano de “desfavelamento” realizado pela Prefeitura Municipal de Londrina e a remoção das favelas e como cada área ficou quatro anos após a remoção das famílias.

Figura 8. Processo de remoção das favelas Vila Esperança, Vila do Grilo e Pito Aceso



Fonte: Zanon, 2021, p. 12. Org. Isabelle T. Bertini, 2025.

No ano de 1972, as famílias das favelas Vila Esperança e Pito Aceso que estavam localizadas nas proximidades do Córrego Água Fresca foram realocadas em um terreno na zona Leste, nas margens do Córrego Londrina ao lado do Marco Zero que, até então, estava localizada a favela do Grilo/Gratunidade (Figura 8), sendo o escolhido para receber o novo conjunto habitacional.

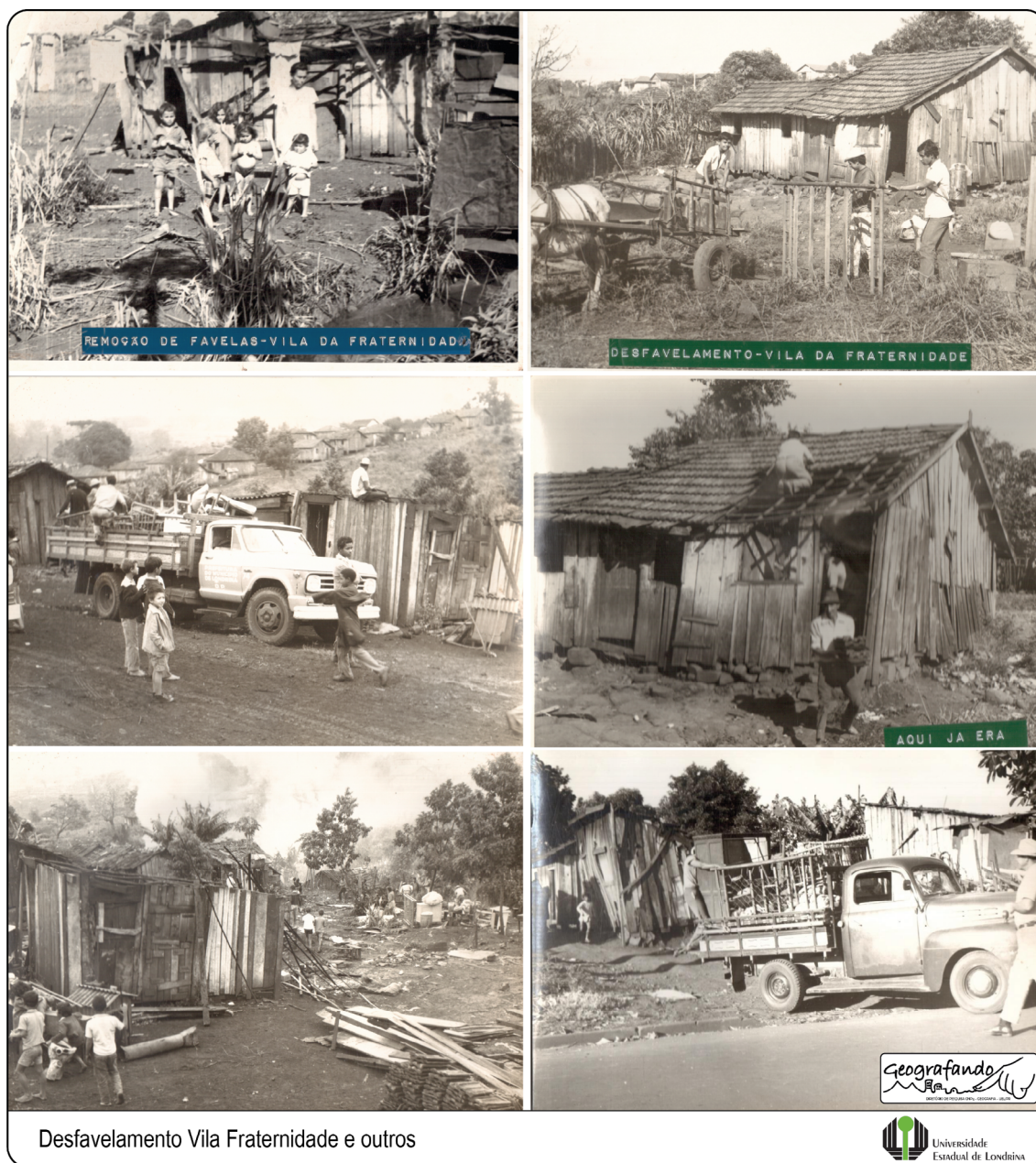
Assim, junto com as famílias da Vila do Grilo/Gratunidade passaram a ocupar na porção leste da cidade o recém construído Conjunto Habitacional Pindorama, com 116 unidades habitacionais, construído com recursos advindos do BNH. Há relatos de que para atender as famílias foi construído um centro comunitário, no qual os moradores passaram a receber o acompanhamento

social antes e após a construção das moradias (Gavetti, 1998; Ippul, 1996; Antonello; Veiga; Bertini, 2024). E a área onde havia a Pito Aceso passou a ser ocupada por vegetação por ser muito próxima ao córrego Água Fresca. E no terreno da antiga favela Esperança, atualmente predominam atividades comerciais, principalmente de fins automotivos (autoescola, martelinho de ouro) e alguns prédios residenciais.

As fotografias dispostas na Figura 9 registram o processo de desfavelamento Vila Fraternidade e outras, ao mesmo tempo, remete o leitor a visualizar o espaço vivido das famílias londrinenses desta temporalidade (década de 1970), que buscam sua sobrevivência em moradias precárias.

Na primeira foto (Figura 9), cuja legenda é remoção de favelas – Vila da Fraternidade, é possível visualizar um grupo de moradores, incluindo crianças, em frente a moradias de madeira; o terreno aparece irregular, com solo exposto e sinais de desorganização/remoção no entorno imediato. A imagem registrou o momento da retirada, da saída. Essa imagem pode ser sentida como o momento no qual a permanência no lugar é atravessada pela iminência da retirada e pela desestruturação do cotidiano.

Figura 9. Fotografias retratando momentos do processo da remoção das favelas na década 1970



Fonte: Desfavelamento Vila Fraternidade e outros- Coleção José Divino Gonzaga. NDPH - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica/UEL. Org. Isabelle T. Bertini, 2025.

A foto 2, na parte superior direita, com menção ao desfavelamento – Vila Fraternidade, apresenta em segundo plano casas de madeira e, em primeiro, as cercas improvisadas e utensílios/estruturas de trabalho (como carrinho de mão), com presença de moradores. Esse arranjo capturado pelas lentes da fotografia, evidencia a interface entre moradia e reprodução da vida (pequenos cercamentos, materiais e instrumentos), sugerindo que a remoção não incide apenas sobre a “casa”, mas sobre um arranjo territorial de sobrevivência.

As fotografias do meio (Figura 9) ao destacarem um caminhão parado em via de terra, carregando madeiras/partes de construção com moradores ao redor de barracos alinhados à margem da via bem como outros barracos de madeira com sinais de desmontagem e pessoas desmontando e juntando os entulhos, expõem o caráter logístico do desfavelamento, ou seja, a retirada, o transporte e o reaproveitamento de materiais, indicando uma remoção que se realiza no espaço público, sob visibilidade e tensão.

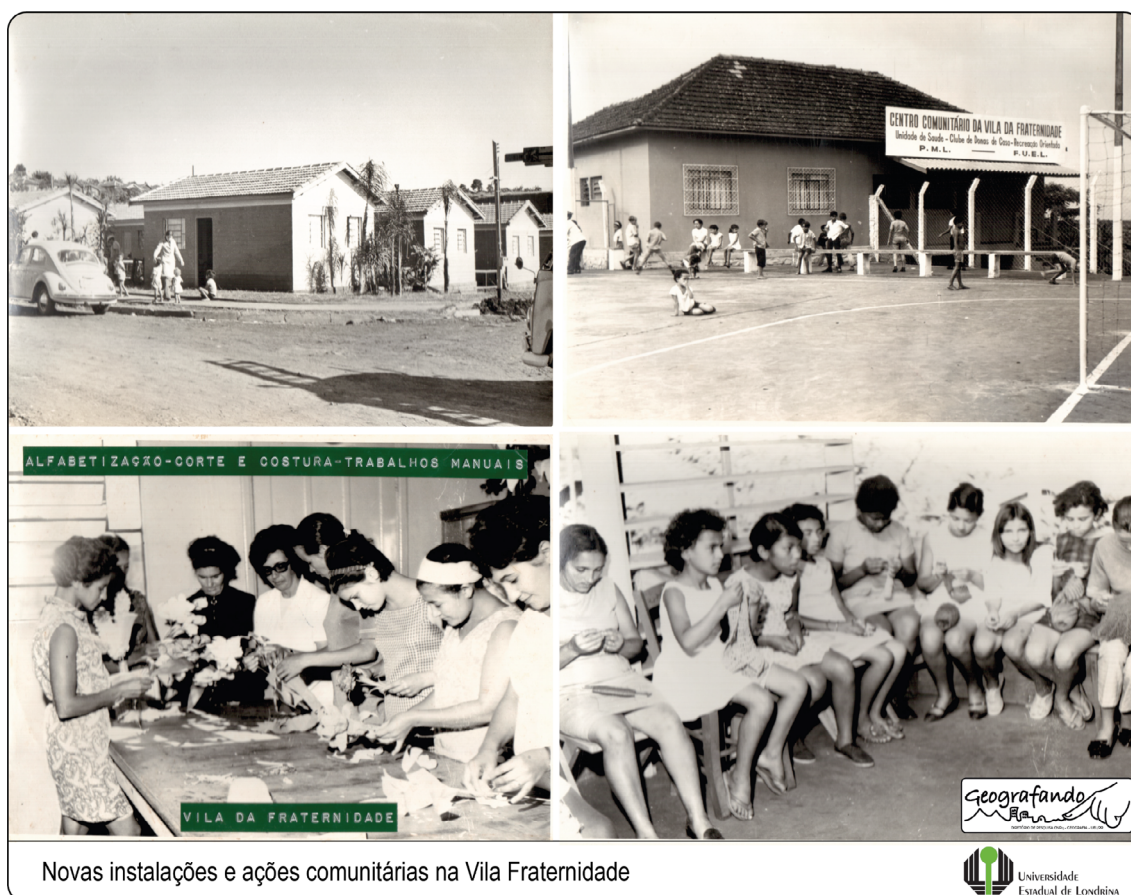
E, por fim, as duas últimas fotografias na parte inferior, capturaram a desestruturação física da unidade habitacional, destacando o momento da ruptura, ou seja, quando a moradia deixa de ser abrigo e torna-se material desmontável, evidenciando a precariedade do suporte construtivo e a urgência do deslocamento. É a fase avançada do processo, com desmobilização do assentamento e retirada de entulhos da área, materializando o objetivo de desocupar a área (Figura 9).

Nas fotografias da Figura 10 é possível visualizar as novas moradias e do Centro Comunitário da Vila da Fraternidade após a remoção das favelas e construção do Conjunto Habitacional Pindorama.

As fotos da Figura 10 evidenciam um deslocamento importante no modo de representar a moradia das famílias em processo de remoção. Saiu de cena a imagem exclusiva da precariedade do barraco e entra a visualidade das novas instalações e das ações comunitárias articuladas ao processo de reassentamento/urbanização. O foco passou a ser a materialidade do morar (casas, rua, equipamentos) e as práticas sociais que sustentam a vida coletiva (esporte, alfabetização, oficinas e atividades com crianças), compondo uma narrativa documental de reorganização do cotidiano no território.

Na primeira foto na parte superior esquerda tem-se a vista parcial das casas alinhadas em um trecho de rua, frutos da implantação regular, com coberturas em telha e fachadas simples, sugerindo um padrão habitacional mais estabilizado em comparação às formas anteriores de moradia precária. A via aparece sem pavimentação, com amplo leito de terra e pouca infraestrutura visível, enquanto a presença de pedestres e de um automóvel reforça a rua como espaço de circulação e de convivência. O enquadramento privilegia a paisagem residencial e indica a conformação de uma nova espacialidade do morar, agora marcada por maior ordenamento do lote e da edificação.

Figura 10. Fotografias retratando as novas instalações do Conjunto Habitacional Pindorama em 1972



Novas instalações e ações comunitárias na Vila Fraternidade

Fonte: Desfavelamento Vila Fraternidade e outros- Coleção José Divino Gonzaga. NDPH - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica/UUEL. Org. Isabelle T. Bertini, 2025.

Na fotografia superior direita, o destaque é o Centro Comunitário da Vila da Fraternidade, identificado por placa, diante do qual se desenvolve uma cena de uso coletivo: crianças e jovens ocupam uma quadra (com trave e demarcações), em situação de jogo e recreação. Os equipamentos comunitários estão em primeiro plano como referência territorial e evidenciam o espaço público não apenas como apoio urbano, mas como instância de sociabilidade e formação cotidiana. A ideia a ser transmitida é que a consolidação territorial não se trata somente de casa e rua, mas também de lugares de encontro, atividades e organização comunitária.

Nas demais fotografias somos levados a observar o centro comunitário e o trabalho realizado no mesmo, tendo em uma das fotos o registro de uma atividade formativa: um grupo de mulheres participa de oficina, com materiais

e gestos de trabalho manual ao redor de uma mesa. A legenda explicita o caráter das ações ‘Alfabetização – corte e costura – trabalhos manuais’, reforçando a dimensão socioeducativa e produtiva do processo comunitário. Pode-se depreender desse registro que as práticas associadas à aprendizagem e à geração de habilidades, são um indicativo de que a reestruturação do território é acompanhada por iniciativas de formação, cuidado e fortalecimento de vínculos.

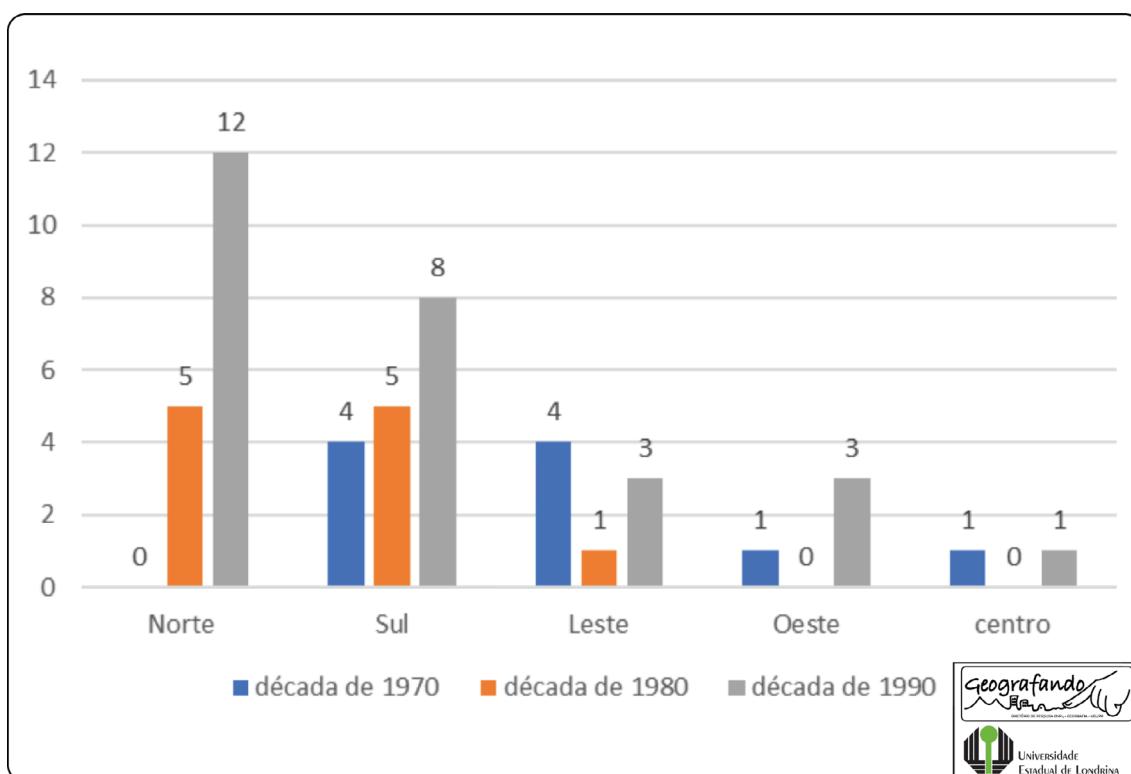
E, por fim, na fotografia inferior direita, tem-se crianças sentadas em sequência, em ambiente interno, participando de uma atividade coletiva, com posturas e expressões que remetem a um momento de orientação ou recreação organizada. Foi enfatizado o grupo e a interação como parte do cotidiano comunitário.

Essas fotografias permitem entender que a história territorial não se esgota na remoção e na moradia, isso porque inclui também a construção de equipamentos e rotinas coletivas que reconfiguram o viver no território e ajudam a compreender a vulnerabilidade (e suas superações parciais) como processo social e espacial.

Apesar da tentativa da erradicação das favelas, a questão não foi resolvida, Gavetti (1998) salienta que das 9 favelas que existiam no período, apenas 4 foram erradicadas. Antonello, Veiga e Bertini (2024, p. 96) destacam que “[...] no momento havia um número reduzido de favelas, o que propicia atacar diretamente a “raiz” do problema, na prática o problema habitacional na cidade de Londrina não foi resolvido, muito pelo contrário, se intensificou”.

Esse processo atrelado ao avanço da mecanização agrícola e ao fortalecimento da migração campo-cidade nos municípios do Norte do Paraná e a insuficiência da oferta de habitação social diante do crescimento populacional de Londrina e da demanda por moradia, o número de favelas se ampliou entre as décadas de 1970 e 1990, sobretudo nas porções Sul, Leste e Norte da cidade (Gráfico 2).

Gráfico 2. O número de favelas em 1970, 1980 e 1990 - Londrina



Fonte: Revista Perfil – Prefeitura Municipal de Londrina, décadas de 1970, 1980 e 1990.
Org. Isabelle T. Bertini, 2025.

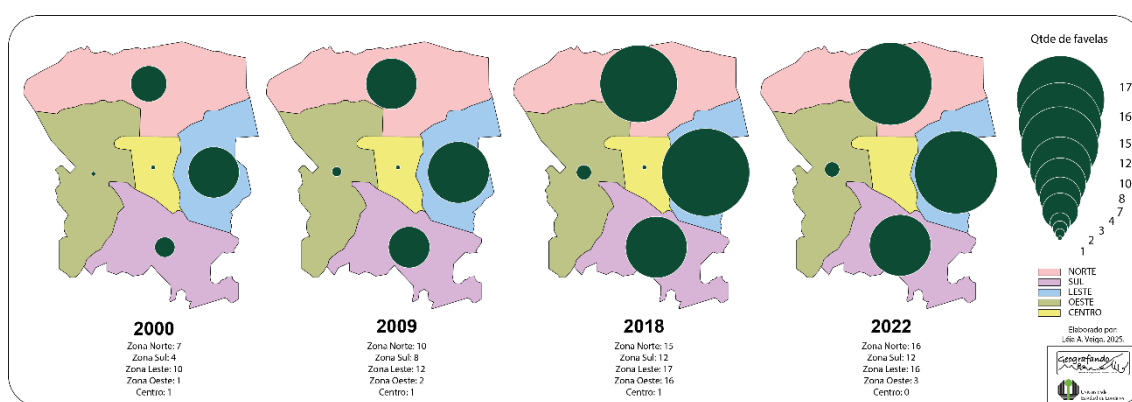
Em 1970, Londrina contabilizava 10 favelas, das quais 4 localizavam-se na porção Sul e 4 na porção Leste, ao passo que as porções Oeste e Central registravam 1 favela cada. A porção Norte ainda não apresentava favelas, uma vez que se encontrava em processo de implantação de conjuntos habitacionais destinados a famílias com renda mensal a partir de 3 salários mínimos, por intermédio da Cohab-Londrina (Martins, 2007).

Nas décadas seguintes, em um cenário marcado por recessão econômica, elevação das taxas de juros no mercado internacional e intensificação da inflação interna, o Brasil não conseguiu restabelecer equilíbrio diante da crise (Martins, 2007). Esse contexto recessivo, por um lado, contribuiu para o enfraquecimento das políticas de habitação social em diferentes escalas (nacional, estadual e municipal), levando famílias empobrecidas a ocupar áreas precárias como estratégia de permanência na cidade. Por outro lado, os agentes do mercado imobiliário direcionaram seus investimentos para a produção de moradias verticais voltadas à demanda solvável.

No que diz respeito à expansão das favelas em Londrina, os dados expressos no Gráfico 2 indicam que as moradias precárias se intensificaram em diferentes porções da cidade ao longo das décadas de 1980 e 1990, com destaque para a Norte, que passou a contar com 17 áreas de favela, e para a Sul, com 13 áreas nesse intervalo.

Com o início dos anos 2000, a porção Leste tornou-se a área de maior concentração de favelas (Figura 11), registrando crescimento de 20% em 2009, em comparação com o ano 2000, e aumento de 41% na década seguinte.

Figura 11. Evolução dos territórios vulneráveis de Londrina - 2000-2022



Fonte: Revista Perfil – Prefeitura Municipal de Londrina, 2000 a 2022. Org. Alan Alves Alievi, 2025.

As Zonas Norte e Sul também ampliaram o número de favelas, apresentando, respectivamente, crescimento de 42% e 100% em 2009 em relação ao ano 2000, além de incremento de 50% para ambas na década seguinte. Para o ano de 2022, quatro anos após 2018, os levantamentos realizados pela Cohab-Londrina, em contexto pandêmico, apontaram aumento discreto no número de favelas apenas na Zona Norte, em comparação ao levantamento anterior.

Ainda em relação a Figura 11, é importante destacar que o aumento de favelas em Londrina continuou após 2009, quando no país foi implantada a política habitacional que abriu a possibilidade de incluir famílias com renda zero, que receberam subsídios do governo federal. Em Londrina, embora tenham sido construídos conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda via PMCMV, a quantidade não atendeu a demanda represada por décadas. Ou seja, assim como outros programas implementados desde a década de 1960 (BNH, FICAM, FGTS, HBB, PCVA, PAR, COHAPAR, dentre outros), o

PMCMV acabou por não atender a maioria das famílias das favelas. Isso porque as unidades habitacionais construídas em diversas zonas da cidade (exceto na porção central), foram destinadas à população de maior poder aquisitivo (Bertini; Antonello, 2024).

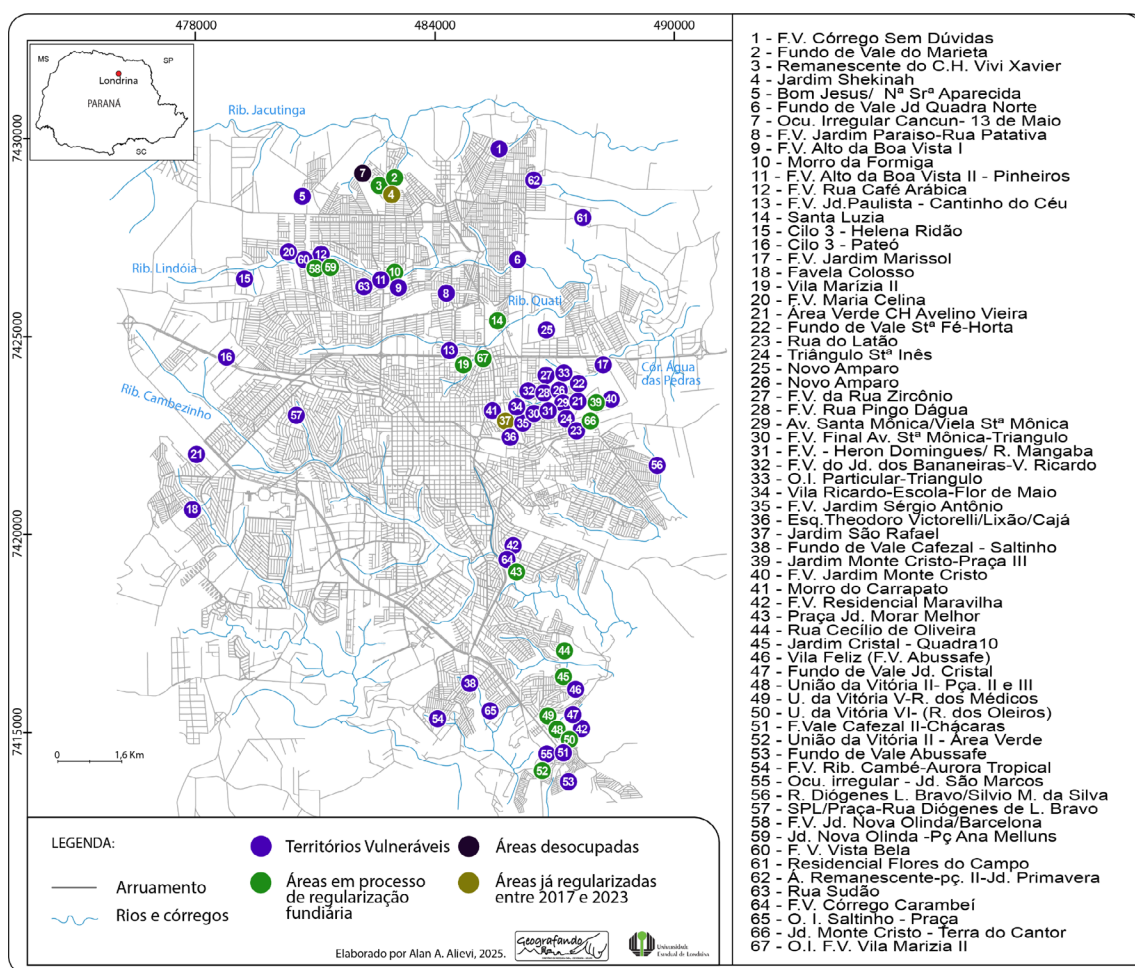
Em se tratando da quantidade de pessoas vivendo em favelas na área urbana de Londrina (distrito sede), entre 2000 e 2022 (Figura 11), os levantamentos indicam que embora tenha ocorrido um decréscimo de 16% entre 2000 e 2009, nos demais períodos houve um discreto aumento seguido por uma sensível queda. Mas em se tratando de famílias o mesmo não pode ser afirmado, tendo em vista que houve aumento de 171% quando comparado o total de pessoas de 2022 com 2000 (Figura 11). Ainda em relação à quantidade de famílias e pessoas vivendo em favelas, os levantamentos realizados pela Cohab-Ldna indicaram a presença de favelas nos distritos rurais de Londrina.

O maior número de pessoas vivendo em favelas até 2022 encontrava-se na Zona Norte da cidade de Londrina, embora a Zona Leste tenha apresentado o maior número de áreas de favelas. E, a maior parte dessas famílias se encontra localizada em fundos de vale, ou seja, nas proximidades de córregos e de nascentes, em meio a vegetação de mata ciliar. Ressalta-se que o predomínio de construção de favelas em fundos de vale ocorre nas demais porções da cidade.

Essas famílias, entendidas como grupos excluídos -agentes produtores do espaço urbano- (Corrêa, 2000), ocupam terrenos públicos em áreas de várzea e encostas íngremes nas margens de córregos urbanos, ou então, áreas distantes sem infraestrutura.

Desse modo, com o passar dos anos a quantidade de territórios vulneráveis (favelas) na cidade de Londrina-Pr foi crescendo substancialmente. Segundo dados da COHAB-LD, em 2023, foram identificadas 50 favelas, seis delas remanescentes da década de 1970, com um total de 2.414 famílias, totalizando 9.615 pessoas afetadas (Figura 12). E se computar as favelas dos distritos rurais, o número de famílias corresponde a 3.776. Cabe salientar que 17 favelas são alvo de estudo para regularização fundiária.

Figura 12. Localização e situação dos Territórios vulneráveis de Londrina até 2025



Fonte: Londrina - Cohab, 2025. Org. Alan Alves Alievi, 2025.


Chama-se a atenção para a presença recorrente de denominações como ‘fundo de vale’, indicando a importância dos condicionantes físico-ambientais (drenagem, risco de inundação/erosão e restrições de ocupação) na localização de parte desses assentamentos, aspecto central para a leitura socioambiental da vulnerabilidade.

Outro elemento que é importante salientar são os dados das pessoas cadastradas para a aquisição de moradia em Londrina, entre os anos de 2018 a 2024, na COHAB-LD (Quadro 2). Dados estes que chamam a atenção, pois o número de inscritos vêm aumentando a cada ano e por outro lado, o número de contemplados não representa 1% do total de cada ano analisado, com exceção do ano de 2022. Essa informação é preocupante, pois é aproximadamente 11% da população municipal na perspectiva de obter uma moradia, sem levar em consideração que 1 pessoa cadastrada envolve uma família.

Quadro 2. Número de inscritos para cadastro de aquisição de moradia e número de contemplados – Londrina – 2018 a 2024¹

Ano	Número de Inscritos	Número de Contemplados
2018	51.440	52
2019	53.214	211
2020	55.369	110
2021	57.112	179
2022	58.799	1.250
2023	59.657	536
2024	61.633	1.188

Número de inscritos e contemplados para cadastro de aquisição de moradia - Londrina (2018 a 2024)



Fonte: Perfil do Município de Londrina, 2025. Org. Alan Alves Alievi, 2025. Notas: 1. Total de inscritos até 31/12. Cadastros ativos, descontados os atendidos por iniciativa privada, segundo informação da Caixa Econômica Federal (Maio/2018).

Os dados podem evidenciar duas problemáticas: a dificuldade de resolução da questão e a falta de moradia, cria a possibilidade de aumento dos territórios vulneráveis no espaço urbano, contudo essa realidade se faz presente nos distritos rurais de Londrina. Nesse contexto, se depreende o gigantesco desafio que a gestão local tem enfrentado visando atacar essa problemática habitacional e que envolve a elaboração de um plano municipal de habitação de interesse social, que até esse ano corrente (2026) é inexistente.

Este capítulo introdutório do presente Atlas teve o escopo de refletir a temporalidade das territorialidades produzidas em Londrina, para aflorar a questão que nomeia o capítulo: Cidade de Londrina: morar nos arredores e nunca no centro?, pois percebe-se que ao longo do tempo da produção social do espaço urbano de Londrina sobressai a lógica segregacionista que destina a periferia – os arredores – para a população com baixo poder aquisitivo, sedimentando uma cidade excludente, que tem que ser repensada mediante o olhar dos que são excluídos do “centro” os que vivem os “arredores” mediante o mapeamento e valorização das suas demandas, as quais trazem a matiz da “ausência”, portanto, a produção deste Atlas visa caminhar junto

com os despossuídos do direito a uma moradia digna, sendo esse caminho iluminado pelo princípio defendido por Fals Borda (2015) de se colocar em prática uma ciência que emerge do povo via atuação como um “*pesquisador sentipensante*”.

Referências

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A.; BERTINI, I. T. Territórios Vulneráveis e de Resistência na luta por uma habitação digna em Londrina/PR. **Revista Territorial**, Goiás, GO. Edição Especial, 2024, p. 76-103.

ARIAS NETO, J. M. **O Eldorado**: Representações da política em Londrina (1930-1975). 2ed. Londrina, EDUEL, 2008.

BARBA, M. D. Barra Vento foi ‘barra-pesada’ no passado. **Cidade. 12 de novembro de 1999**. Disponível em: Barra Vento foi ‘barra-pesada’ no passado | Folha de Londrina . Acesso em: 10 dezembro de 2025.

BERTINI, I. T; ANTONELLO, I. T. Década a década: as políticas habitacionais e a produção do espaço urbano de Londrina-PR. **Raega**, Curitiba, v. 60, n. 1, p. 70-91, ago. 2024.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BORTOLOTTI, J. B. **Planejar é preciso – Memórias do Planejamento Urbano de Londrina**. 1ed. Londrina: Midiograf, 2007.

BOZZANO, H. El Método Territorii y algunos de sus resultados. In: BOZZANO, H; CANAVARI, T. (Organização). **Transformar diálogos de saberes em diálogos de haceres**: Ciencia, comunidad y políticas públicas. La Plata: Edulp, 2020, p.464-493.

CORRÊA, R. L. **Espaço**: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul Editores, 1981. p. 19-47.

FALS, BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 15 de agosto, 1956.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 7 de outubro, 1960.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 18 de setembro, 1966.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 10 de julho, 1969.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 4 de agosto, 1971.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 17 de agosto, 1971.

FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 18 de agosto, 1971.

GAVETTI, N. **A dignidade política administrativa: por que tem que ser assim?**. Londrina, Cotação, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Censo Demográfico 1950 - Estado do Paraná: seleção dos principais dados**. 1953. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_pr.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Censo Demográfico 1960 - Estado do Paraná: seleção dos principais dados**. 1960. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000363/censodem1960rvol1t14/censodem1960rvol1t14.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Censo Demográfico 1991: resultados preliminares**. 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22894.pdf>. Acesso em 20 jul. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Censos – Séries Históricas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/pesquisa/43/30281?tipo=grafico&indicador=30281> Acesso em: 10 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Cidades:** Londrina. 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina>. Acesso em: 10 set. 2025.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [Belo Horizonte], 2006. Do original: *La production de l'espace*. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LONDRINA. **Decreto nº 29, de 18 de março de 1939.** Dispõe sobre a proibição do uso de madeira em construções urbanas. Londrina, PR, 1939.

LONDRINA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina/IPPUL. **Habitação de baixa renda no âmbito municipal em cidades médias – o caso de Londrina.** Londrina: IPPUL, 1996.

LONDRINA. **História da cidade de Londrina.** 2019. Disponível em: <https://portal.londrina.pr.gov.br/historia-cidade>. Acesso em: 10 set. 2025.

LONDRINA. **Planta Azul.** 2024. Disponível em: <https://ippul.londrina.pr.gov.br/index.php/mapa-de-londrina-cadernao-de-mapas/331-plantamunicipio-londrina-ano-1932.html>. Acesso em: 10 set. 2025.

LONDRINA. Perfil do Londrina 2025. Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-planejamento/gpi/perfil-de-londrina-2025?limit=20&limitstart=40>. Acesso em: 10 set. 2025.

LOPES, A. Y. D. P. **Pioneiros do capital: a colonização do norte do Paraná.** 1982. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARTINS, V. **Habitação, Infra-Estrutura e Serviços Públicos: Conjuntos Habitacionais e suas temporalidades em Londrina-Pr.** 2007. 175p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.

PRANDINI, N. Aspectos da geografia urbana de Londrina. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, v.6, t.1, 1951-1952. São Paulo: AGB, 1954.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SETUBAL, M. A; Almeida, M. N. de S. Território importa: superando as desigualdades com intersetorialidade, continuidade e protagonismo social. In: LEITE, C. **Guia de urbanismo social** (livro eletrônico) .1. ed.-- São Paulo: Editora:Núcleo de Urbanismo Social do Laboratório Arq.Futuro de Cidades do Insper e Diagonal, 2023, (prefácio).

SOUZA, E. C. **Excluídos do café: Planejamento urbano e conflitos sociais em Londrina nas décadas de 1950 e 1960**. 1ed. Londrina: EDUEL, 2021.

UEL. Universidade Estadual de Londrina, NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA (NDPH). **Desfavelamento Vila Fraternidade e outros. Coleção José Divino Gonzaga**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (UEL), [ca. 1970–1972].

ZANON, E. **Segregação social e desigualdade espacial: o início das ocupações irregulares em Londrina**. 2021. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT2_SEM_1022_308_20211216223056.pdf
Acesso em 15 set. 2025.

CAPÍTULO 2

AS EXPRESSÕES TERRITORIAIS DA VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS NO ESPAÇO URBANO DE LONDRINA

Alan Alves Alievi
Caio Cezar Cunha
Ideni Terezinha Antonello
Doi: 10.48209/978-65-5417-710-2

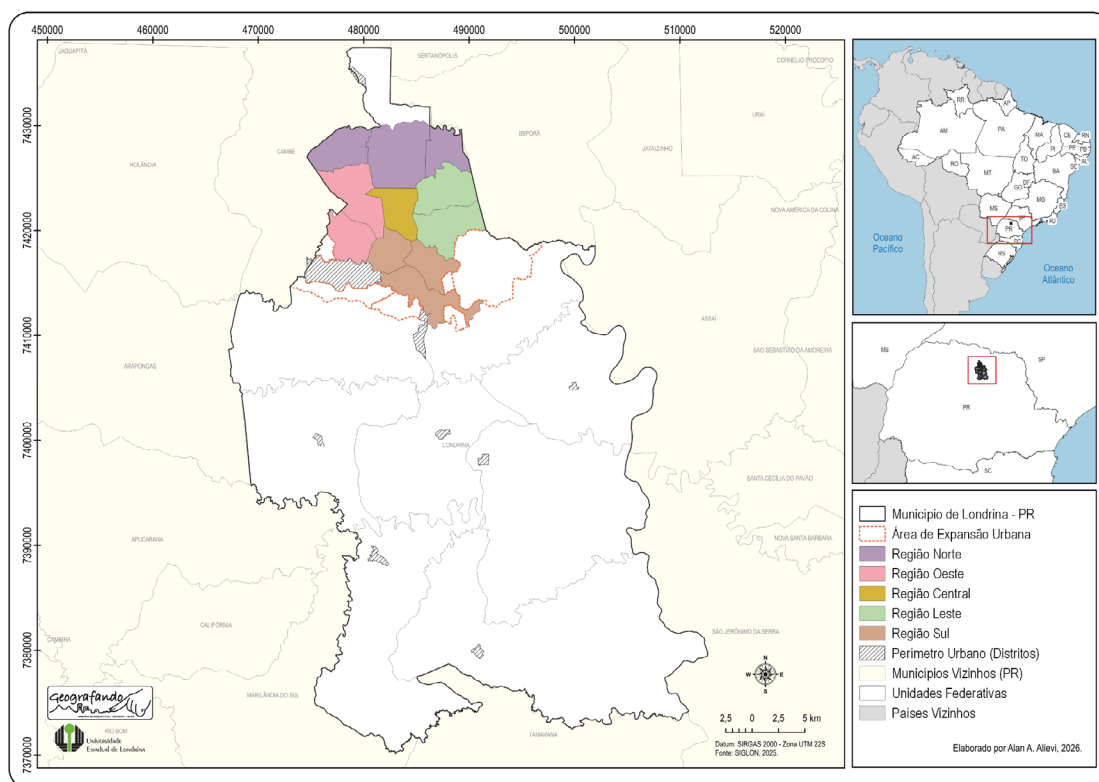


2.1 Diagnóstico territorial da vulnerabilidade: indicadores e espacialização

O município de Londrina, localizado na porção Norte do estado do Paraná (Figura 13), além do distrito sede, a cidade de Londrina, apresenta 08 distritos rurais que concentram apenas 13.696 habitantes (IBGE, 2022), ou seja, 3,07% da população municipal total.

Em se tratando da área urbana de Londrina, que tem concentrado nas últimas décadas as dinâmicas de urbanização, a oferta de serviços e a maior parte das interações cotidianas que estruturam a vida urbana, chama-se atenção para a divisão em grandes porções denominadas regiões conforme Lei nº. 13718/2023, que adotou região como termo técnico para designar “[...] unidade territorial inserida no perímetro urbano com função de planejamento e gestão urbanos, composta por mais de um bairro, sendo definida conforme sua localização geográfica e delimitada por estruturas urbanas e elementos notáveis na paisagem” (Londrina, 2023, s/p).

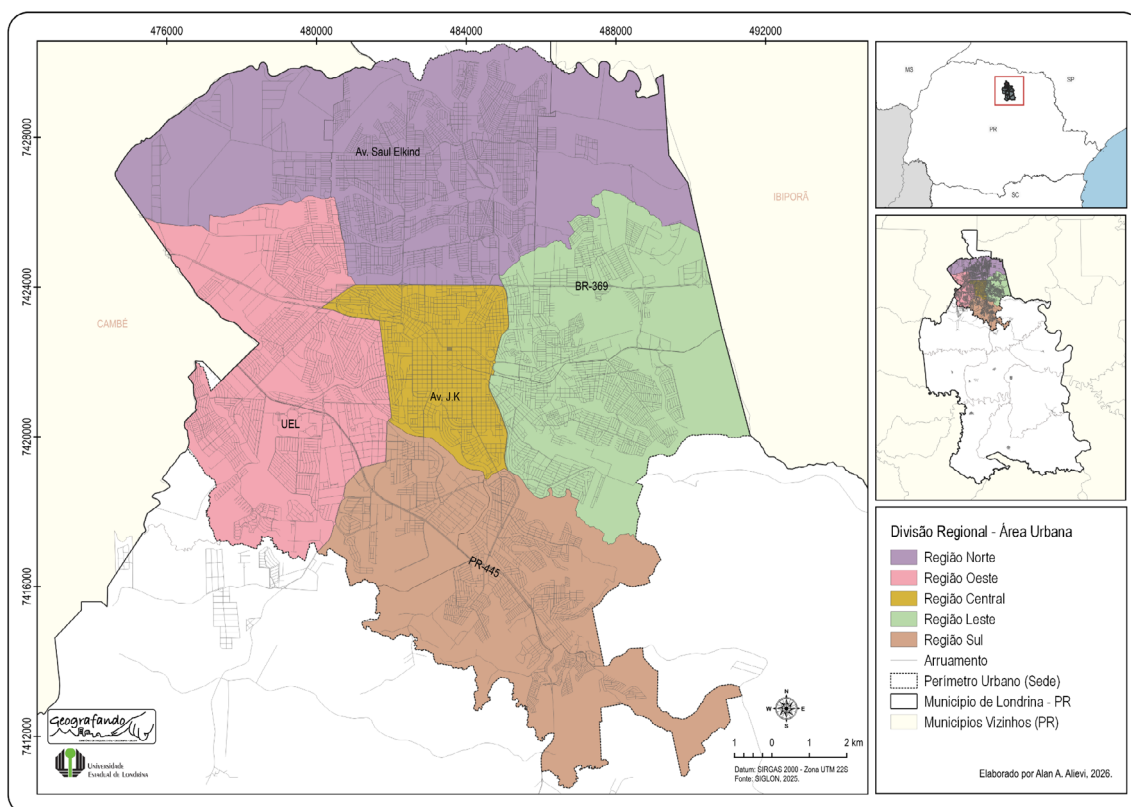
Figura 13. A localização de Londrina no norte do Paraná e a divisão do distrito sede em regiões



Fonte: Adaptado de LONDRINA - SIGLON, 2025. Elaborado por Alan Alves Alievi, 2025.

Importa destacar que essas porções que compõem o zoneamento da cidade eram denominadas de Zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e Central até o ano de 2022 e passaram a ser nomeadas de regiões pela equipe técnica do IPPUL em 2023, no momento de revisão e aprovação das leis específicas no contexto de revisão do Plano diretor municipal (2018-2028).

Figura 14. A delimitação das porções denominadas regiões de Londrina

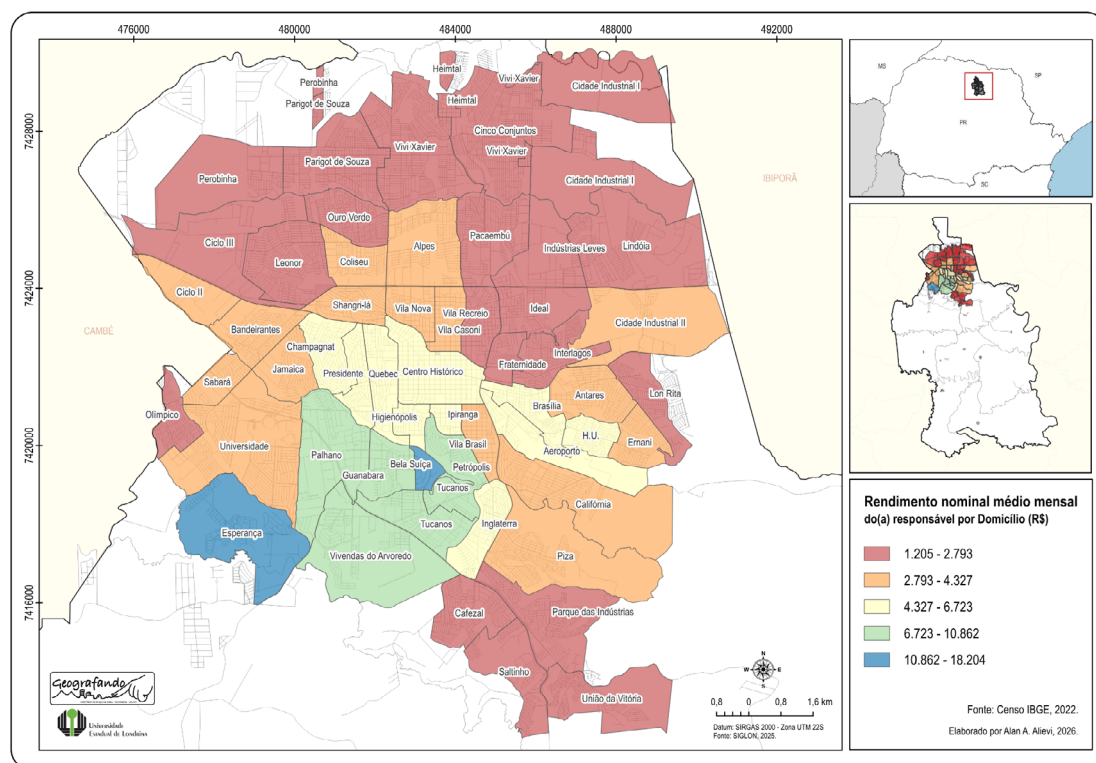


Fonte: Adaptado de LONDRINA - SIGLON, 2025. Elaborado por Alan Alves Alievi, 2025.

Na Figura 15 tem-se representado os domicílios com maior e menor renda na cidade de Londrina, com uma concentração de responsáveis por domicílios com rendas mais altas (de 10.862,00 a 18.204,00 reais na cor azul e, entre 6.723,00 a 10.861,00 na cor verde clara) no corredor centro–sul/sudoeste, com destaque para bairros com valorização recente e de forte produção imobiliária, como Bela Suíça, Esperança, Palhano, Guanabara, Tucanos, Vila Brasil. Essa porção conforme o censo demográfico de 2022 apresentou os maiores rendimentos médios, indicando a maior presença de domicílios com capacidade de consumo, melhores condições de infraestrutura e maior acesso a centralidades, equipamentos e amenidades urbanas. Em termos de leitura

territorial, trata-se de uma porção na qual o solo urbano apresentou, em 2022, os maiores preços de mercado e a concentração do mercado formal de moradia e os investimentos privados de padrão mais elevado.

Figura 15. Espacialização da renda por domicílios na cidade de Londrina.

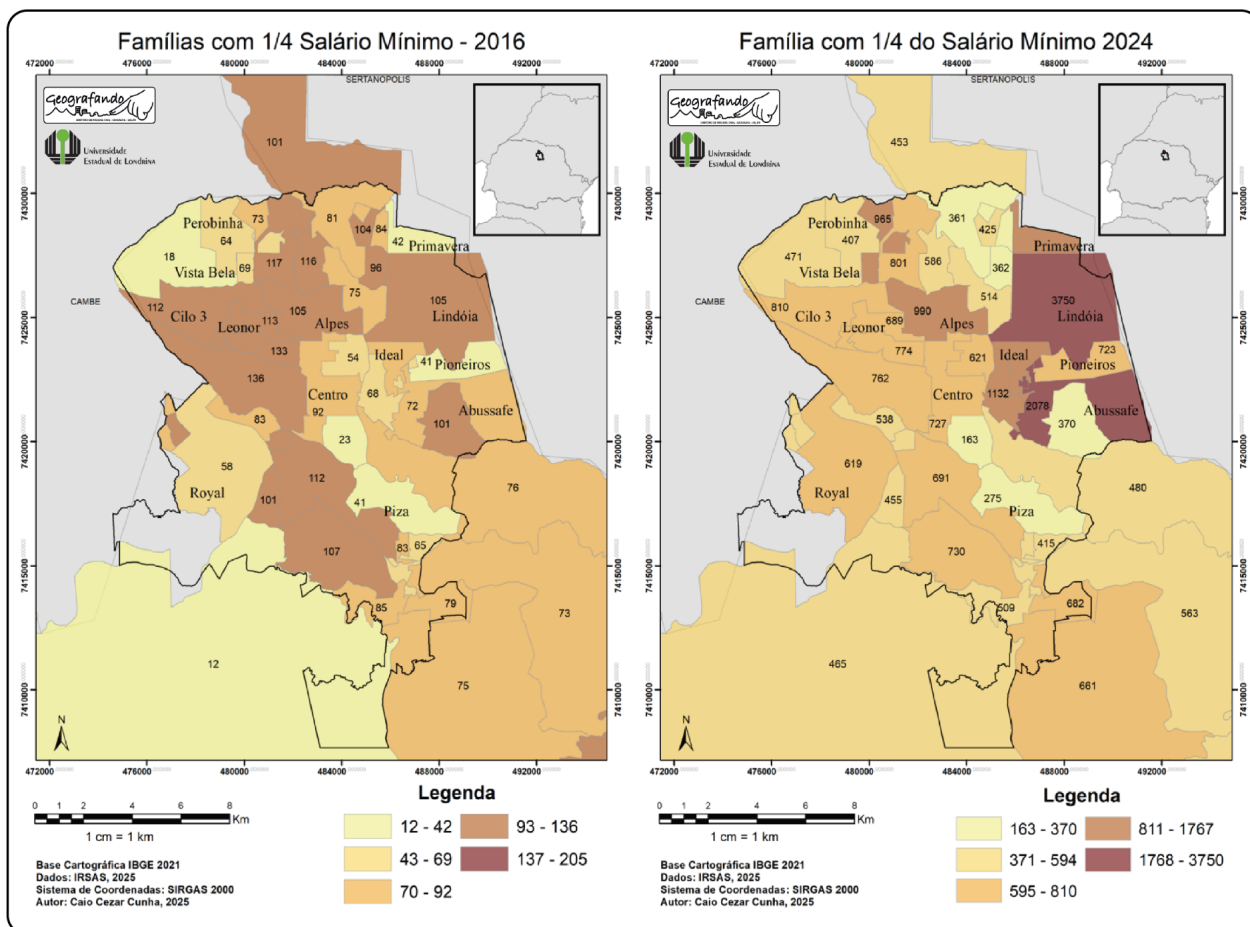


Fonte: IBGE, 2022. Elaborado por Alan Alves Alievi, 2025.

Em contraste, as rendas mais baixas encontravam-se distribuídas em 2022 de maneira ampla nas bordas urbanas, com forte presença na porção Norte e também em partes das porções Leste e Sul da cidade. Esse padrão é compatível com a urbanização seletiva: áreas periféricas e de expansão concentram domicílios com menor renda média, frequentemente associados a conjuntos habitacionais, loteamentos populares, ocupações e territórios com maiores *déficits* de infraestrutura e serviços (ou maior distância dos principais polos de emprego e equipamentos). Assim, o mapa (Figura 15) expressa uma lógica de periferização das camadas populares e de concentração relativa de renda nos setores mais valorizados.

Entre esses extremos, aparecem faixas intermediárias (classes médias) que tendem a formar uma espécie de ‘anel’ de transição, articulando bairros com rendas medianas e maior heterogeneidade interna. Essas áreas costumam

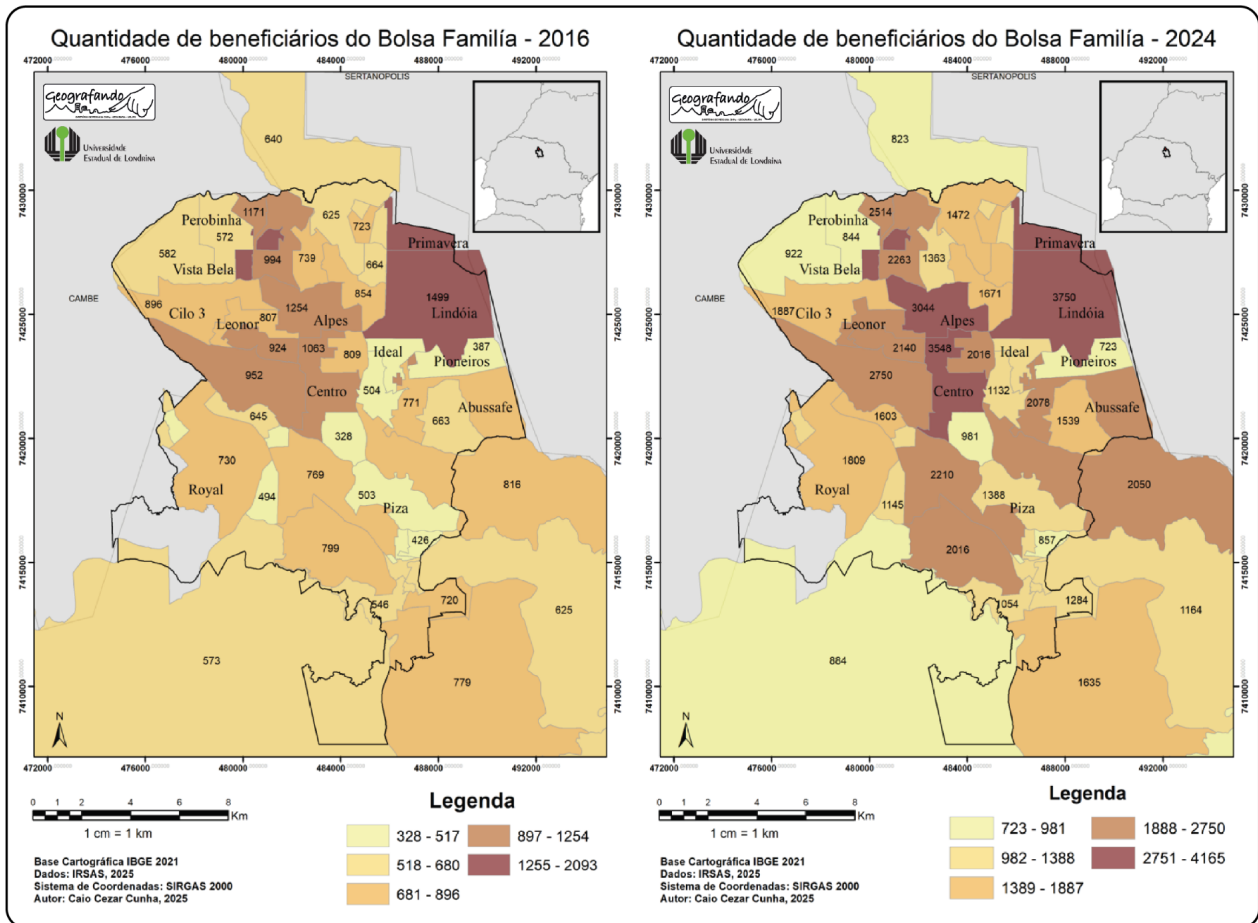
Figura 17. Famílias com renda de até 1/4 do salário mínimo por território em Londrina para os anos de 2016 e 2024



Em 2016, o salário mínimo era de R\$880,00 e um quarto correspondia a \$220,00 (Brasil, 2015). Nesse ano, os territórios da região Norte concentravam índices elevados, entre 176 a 437 famílias com esse rendimento. Merece destaque a Região Sul e Leste, que possuem territórios com índices entre 176 a 247 famílias. Observa-se o agravamento significativo dessa realidade em 2024, ano em que o salário mínimo foi de R\$1412,00 e um quarto equivalente a R\$353,00 (Brasil, 2023). Os territórios mais afetados continuam sendo os da Região Norte, Sul e Leste. Um exemplo marcante é o território do Lindóia, que passou de 105 famílias, em 2016, para 3.750 em 2024.

Fonte: Londrina - IRSAS, 2016 e 2024. Elaborado por Caio Cesar Cunha, 2025.

Figura 19 - Quantidade de beneficiários do Bolsa Família em Londrina para os anos de 2016 e 2024



Se evidencia que entre, os anos de 2016 e 2024, o número de beneficiários do Bolsa Família triplicou. Essa realidade se manifesta de forma clara ao compararmos os dois mapas: em 2016, o teto de beneficiários era de 712; já em 2024, esse número chega a 2093, sendo que os maiores índices de beneficiários do Bolsa Família se concentram majoritariamente na Região Norte da cidade, que corresponde a região com maiores problemas de infraestrutura técnica e social.

Fonte: Londrina - IRSAS, 2016 e 2024. Elaborado por Caio Cezar Cunha, 2025.

Referências

LONDRINA. Câmara Municipal de Londrina. Lei da Divisão Territorial do Município de Londrina. **Lei ordinária nº. 13718/2023**. Londrina, Paraná, 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2022.

CAPÍTULO 3

A REGIÃO NORTE EM NÚMEROS: OS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

Gabriel Muxfeld

Alan Alves Alievi

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Doi: 10.48209/978-65-5417-710-3

REGIÃO NORTE EM

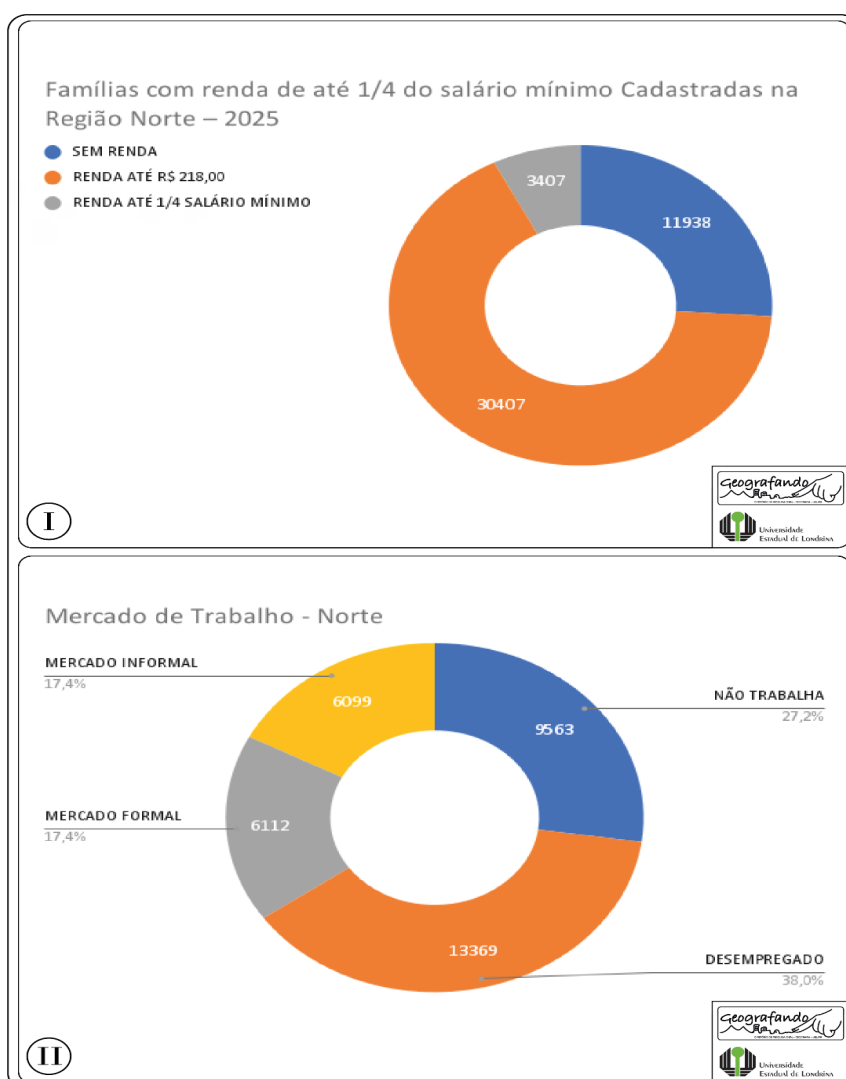


OS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

3.1 Expressões territoriais da vulnerabilidade socioeconômica das famílias da Região Norte – Londrina

O Gráfico 3 sintetiza, para a Região Norte de Londrina no ano de 2025, dois aspectos que se articulam diretamente na produção da vulnerabilidade: (I) renda familiar extremamente baixa e (II) inserção precária no mercado de trabalho.

Gráfico 3. Renda das Famílias com até ¼ do salário mínimo e Mercado de trabalho na Região Norte, 2025



No gráfico I há registros em três situações para 45.502 famílias: maior concentração de famílias, cerca de 66,8% apresentou até 2025 renda de até R\$218,00. Em segundo lugar as famílias sem renda, com aproximadamente 25,0% do total. E famílias com renda até 1/4 do salário-mínimo perfizeram apenas 8,1%. E o gráfico II organizou os 33.573 registros que evidenciam a inserção no mercado de trabalho, apontando quatro situações: o percentual de desempregados atingiu 41,4% em 2025. E dentro o grupo que declarou não trabalhar o percentual foi de 22,5%. Inseridos no mercado formal cerca de 18,2% e no mercado informal 17,9% para o ano de 2025.

Fonte: LONDRINA - IRSAS (2025). Org. Gabriel Muxfeld, 2025.

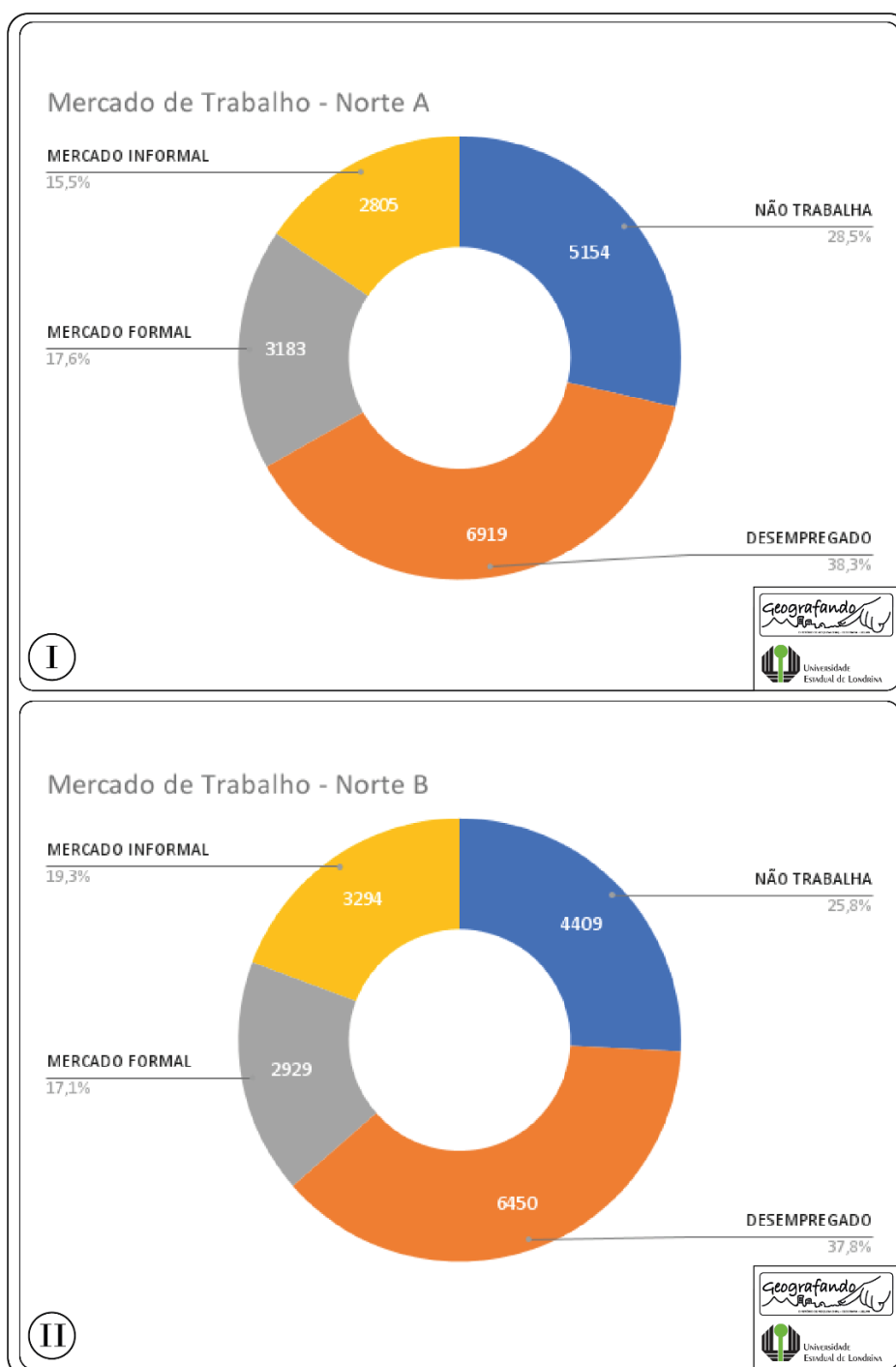
Os dados I (Gráfico 3) indicam forte concentração de famílias em condição de extrema restrição de renda, com um contingente expressivo sem renda e a maioria sobrevivendo com valores mensais muito baixos, o que tende a ampliar inseguranças alimentares, endividamento e dependência de redes de apoio e políticas de transferência.

No gráfico II (Gráfico 3) o que se destaca é que o grupo de desempregados e de pessoas que não trabalham representa a maior parte do total, enquanto as inserções formal e informal aparecem com pesos semelhantes e relativamente menores, sugerindo um quadro em que o trabalho é, para muitos, intermitente, insuficiente ou ausente.

Os dados indicados nos dois gráficos reforçam que a vulnerabilidade na Região Norte de Londrina não é apenas “baixa renda” em abstrato: ela se estrutura pela combinação entre renda muito reduzida e fragilidade no mercado de trabalho (desemprego elevado, informalidade e parcela significativa fora do trabalho). Essa constatação é importante na medida que ajuda a explicar por que a precariedade habitacional e urbana tende a se concentrar nesses territórios: quando renda e trabalho são instáveis, aumentam as dificuldades de acesso a moradia formal, manutenção da casa, transporte, saúde e educação, aprofundando desigualdades e expondo as famílias a riscos sociais e ambientais.

O Gráfico 4 compara a situação do mercado de trabalho em 2025 entre dois recortes territoriais: Região Norte A e Região Norte B. Em ambos os casos, os gráficos distribuem a população em quatro condições: não trabalha, desempregado, mercado formal e mercado informal, permitindo visualizar o peso relativo do não acesso ao trabalho e da precarização ocupacional.

Gráfico 4. Mercado de trabalho na Região Norte A e Norte B, 2025



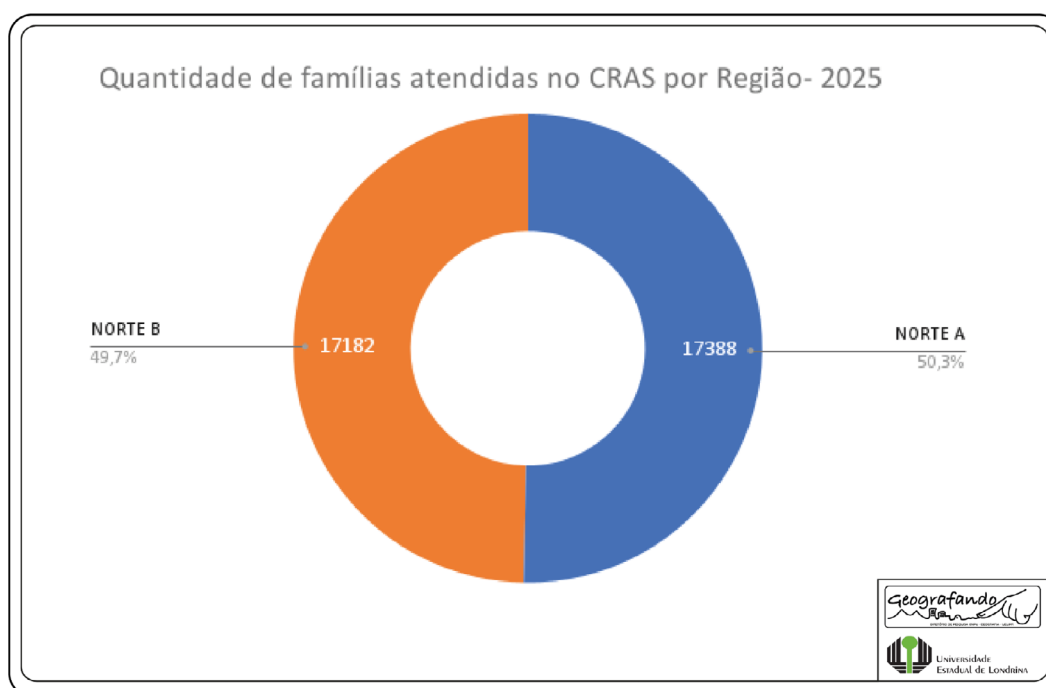
No gráfico I há registros sobre o mercado de trabalho na Região Norte – território norte A, indicando a concentração de uma parcela muito elevada de pessoas sem inserção ocupacional (desempregados e não trabalha) que perfizeram 66,8% em 2025. As inserções formal e informal são minoritárias, indicando fragilidade da base de renda do território e maior propensão à instabilidade econômica das famílias. E o gráfico II os dados do mercado de trabalho na Região Norte - no território norte B, indicam um padrão semelhante de vulnerabilidade ocupacional, com 64,3% fora do trabalho (desempregado e não trabalha). Em comparação ao Norte A, há maior participação do mercado informal (18,5% contra 15,5%), o que sugere maior presença de ocupações sem proteção trabalhista e com renda mais incerta.

Fonte: LONDRINA - IRSAS (2025). Org. Gabriel Muxfeld, 2025.

Com base nos dados do Gráfico 4, pode-se afirmar que a porção Norte A tem maior proporção de desemprego e de não trabalho (situação mais crítica de ausência de ocupação). E a porção Norte B tem informalidade um pouco maior, o que pode indicar maior inserção ocupacional, porém com maior precarização. Mas em ambos, a fração em mercado formal é semelhante (em torno de 17%), revelando baixa capacidade de absorção por empregos estáveis.

Esses dados referentes ao mercado de trabalho refletem a quantidade de famílias atendidas pelo CRAS em 2025 (Gráfico 5) na Região Norte - território A e B, permitindo inferir a demanda por proteção social básica e a intensidade de busca por serviços socioassistenciais em cada recorte.

Gráfico 5. Quantidade de famílias atendidas no CRAS por território A e B na Região Norte em 2025



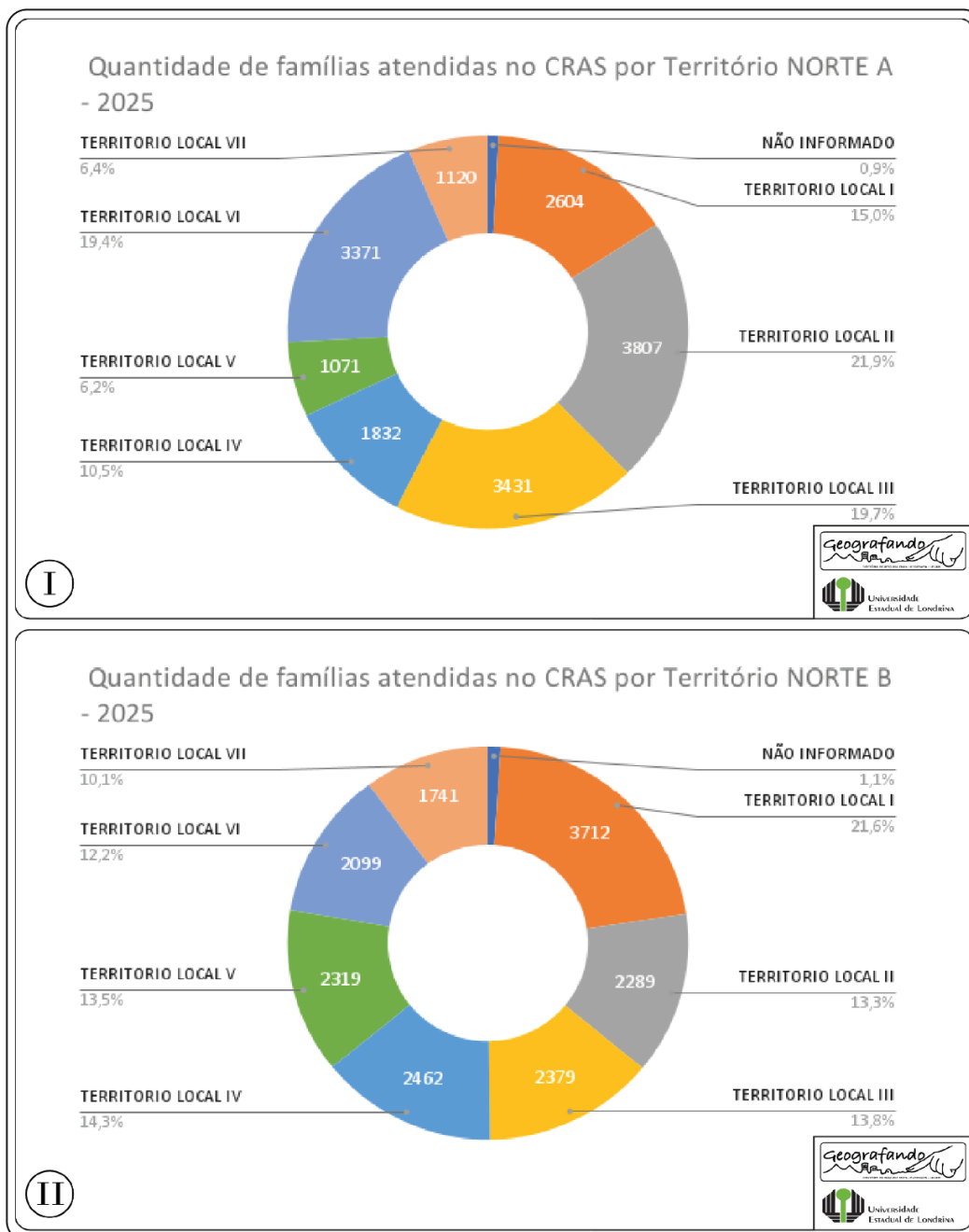
O atendimento do CRAS junto a famílias na Região Norte de Londrina em 2025, foi distribuído praticamente de forma igual entre Norte A e Norte B (50,3% e 49,7%), indicando que a demanda por proteção social básica é elevada e compartilhada pelos dois recortes territoriais.

Fonte: LONDRINA - IRSAS (2025). Org. Gabriel Muxfeld, 2025.

A distribuição na mesma proporção do atendimento do CRAS na Região Norte de Londrina reforça a leitura de que a vulnerabilidade não se restringe a pontos isolados, mas constitui uma condição territorializada que atravessa amplamente o conjunto da área analisada. Quando articulada aos gráficos de renda muito baixa e fragilidade no mercado de trabalho (Gráfico 3 e 4), o Gráfico 5 reforça um quadro coerente: a Região Norte combina restrições econômicas e ocupacionais com forte acionamento de políticas de assistência, sugerindo que parte expressiva das famílias depende de acompanhamento, benefícios e serviços da proteção social básica.

Em se tratando da distribuição das famílias atendidas no CRAS em 2025 no interior das subdivisões Norte A e Norte B, diferentemente do gráfico anterior, que mostrava apenas o equilíbrio global entre Norte A e Norte B, no Gráfico 6 é possível perceber como a demanda socioassistencial se organiza internamente em cada uma dessas áreas. O dado é importante porque revela que a vulnerabilidade não se distribui de modo homogênea: há territórios que concentram mais atendimentos e, portanto, tendem a demandar maior presença da política de assistência social.

Gráfico 6. Quantidade de famílias atendidas no CRAS no Território Norte A e Norte B em 2025



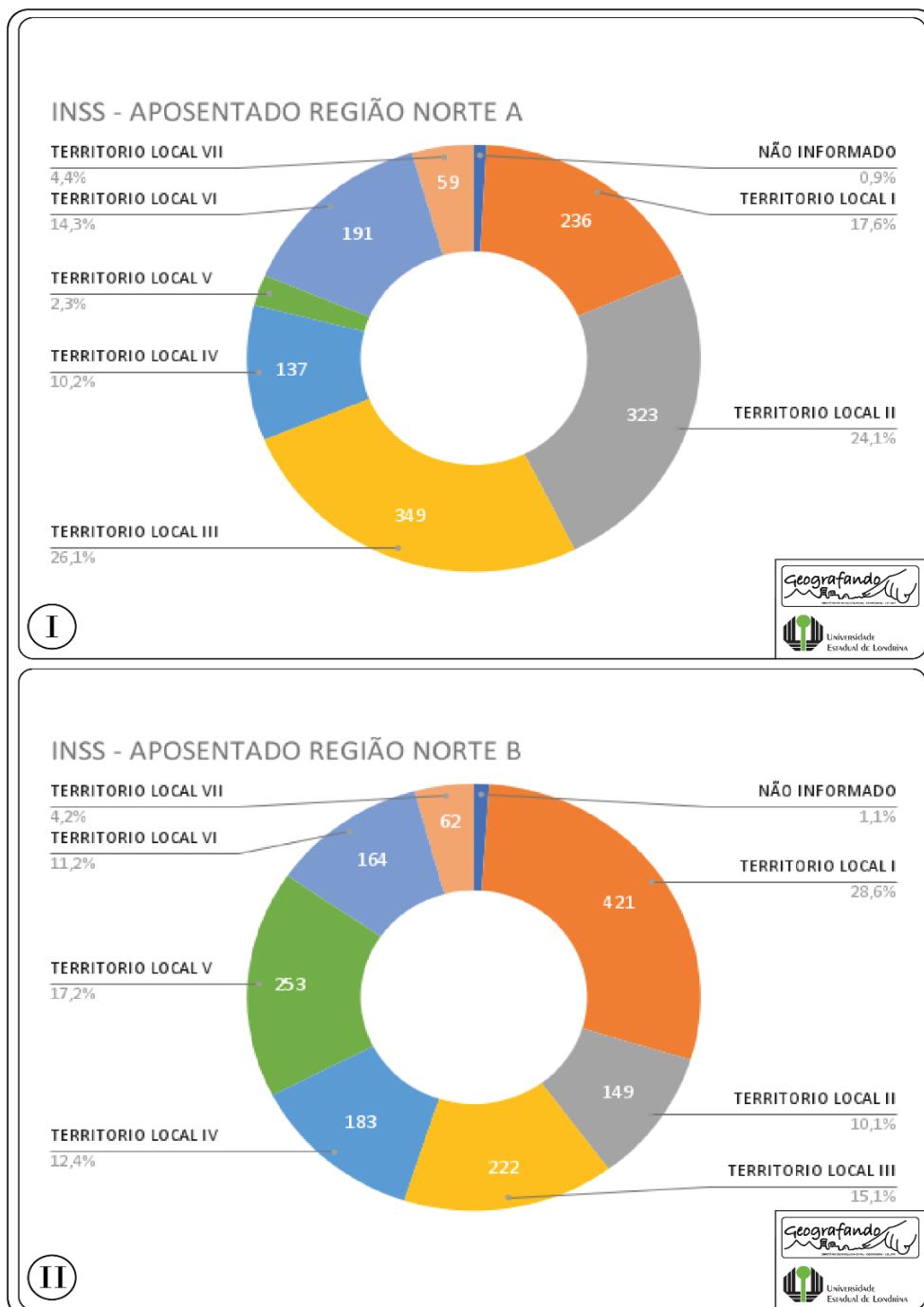
No Território Norte A, observa-se uma concentração mais forte dos atendimentos em alguns territórios específicos. O Território Local II aparece com a maior participação (3.807 famílias; 21,9%), seguido do Território Local III (3.431; 19,7%) e do Território Local VI (3.371; 19,4%). Em seguida vem o Território Local I (2.604; 15,0%). Já os Territórios IV (1.832; 10,5%), VII (cerca de 1.167; 6,7%) e V (1.071; 6,2%) apresentam participação menor, enquanto o item não informado é residual (cerca de 0,6%). No Território Norte B, observa-se uma concentração mais forte dos atendimentos em alguns territórios específicos. O Território Local II aparece com a maior participação (3.807 famílias; 21,9%), seguido do Território Local III (3.431; 19,7%) e do Território Local VI (3.371; 19,4%). Em seguida vem o Território Local I (2.604; 15,0%). Já os Territórios IV (1.832; 10,5%), VII (cerca de 1.167; 6,7%) e V (1.071; 6,2%) apresentam participação menor, enquanto o item não informado é residual (cerca de 0,6%).

Fonte: LONDRINA - IRSAS (2025). Org. Gabriel Muxfeld, 2025.

Em termos analíticos, o Gráfico 6 evidencia que, embora os territórios Norte A e Norte B tenham volumes totais de atendimento muito próximos, suas formas internas de distribuição são distintas. O Norte A parece reunir núcleos mais concentrados de atendimento, ao passo que o Norte B apresenta uma demanda mais capilarizada entre vários territórios locais. Esse dado é relevante porque permite qualificar a leitura da vulnerabilidade territorial: não basta saber quantas famílias são atendidas, mas também onde essa demanda se concentra, pois isso orienta o planejamento de ações, a alocação de equipes, a ampliação de cobertura e a priorização de políticas públicas nos pontos de maior pressão socioassistencial.

O Gráfico 7 apresenta a distribuição dos aposentados pelo INSS em 2025 nos territórios Norte A e Norte B de Londrina, permitindo observar não apenas o volume de beneficiários, mas também sua dispersão territorial interna. Trata-se de um indicador relevante para o Atlas porque a presença de aposentados pode sinalizar, ao mesmo tempo, envelhecimento populacional, estabilidade relativa de renda em determinados domicílios e maior demanda por serviços públicos vinculados à saúde, mobilidade, acessibilidade e proteção social.

Gráfico 7. Aposentados pelo INSS na Região Norte de Londrina - territórios Norte A e Norte B em 2025



No Norte A, o gráfico indica uma concentração mais expressiva de aposentados em alguns territórios locais. O Território Local III aparece com o maior quantitativo (363), seguido do Território Local I (236) e do Território Local II (323). Em seguida vêm os Territórios VI (191) e V (137), enquanto o Território VII apresenta valor mais reduzido (29). Há ainda um contingente não informado (59), que, embora minoritário, sugere a necessidade de cautela no uso do dado. No Norte B, a distribuição também apresenta diferenciações internas, mas com destaque ainda mais claro para o Território Local I, que reúne o maior número de aposentados (421). Na sequência aparecem os Territórios V (251), III (222), VI (183), IV (164) e II (149). O Território VII registra apenas 40 aposentados, além de 68 casos não informados.

Fonte: LONDRINA - IRSAS (2025). Org. Gabriel Muxfeld, 2025.

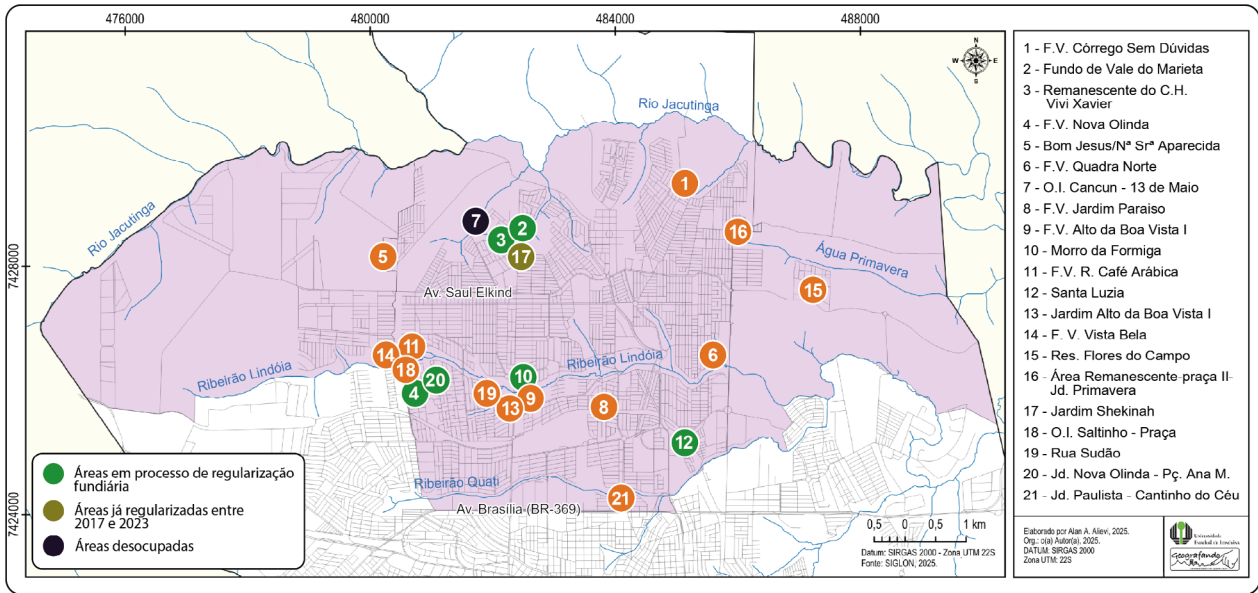
Essa distribuição aponta para uma presença mais concentrada de aposentados nos territórios centrais do recorte Norte A, com menor participação nas áreas extremas ou menos densas do ponto de vista do registro. Comparativamente ao Norte A, o Norte B demonstra concentração mais forte em um território específico, mas também mantém presença relevante de aposentados distribuídos entre vários outros territórios, sugerindo um padrão territorial relativamente diversificado.

Esses dados indicam diferenças internas na organização socioespacial da população idosa e aposentada, revelando áreas com maior densidade de moradores em idade mais avançada e, possivelmente, maior demanda por serviços de saúde, assistência social, mobilidade e equipamentos públicos voltados ao envelhecimento.

3.2 Os territórios vulneráveis vivido das famílias na Região Norte de Londrina

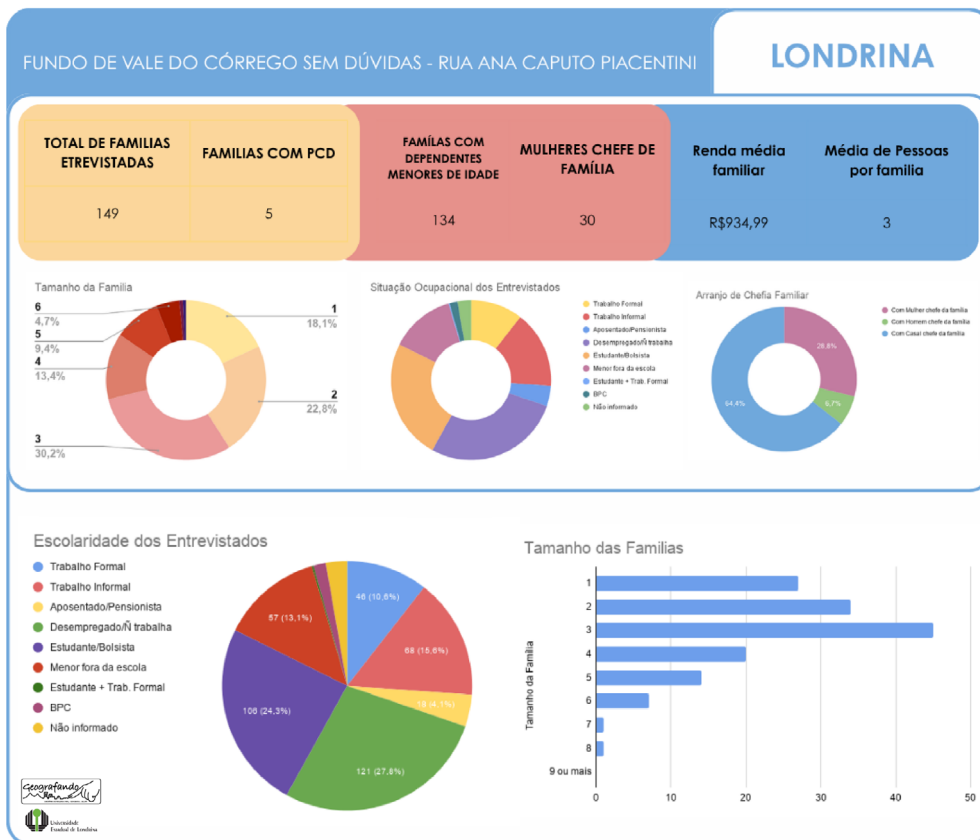
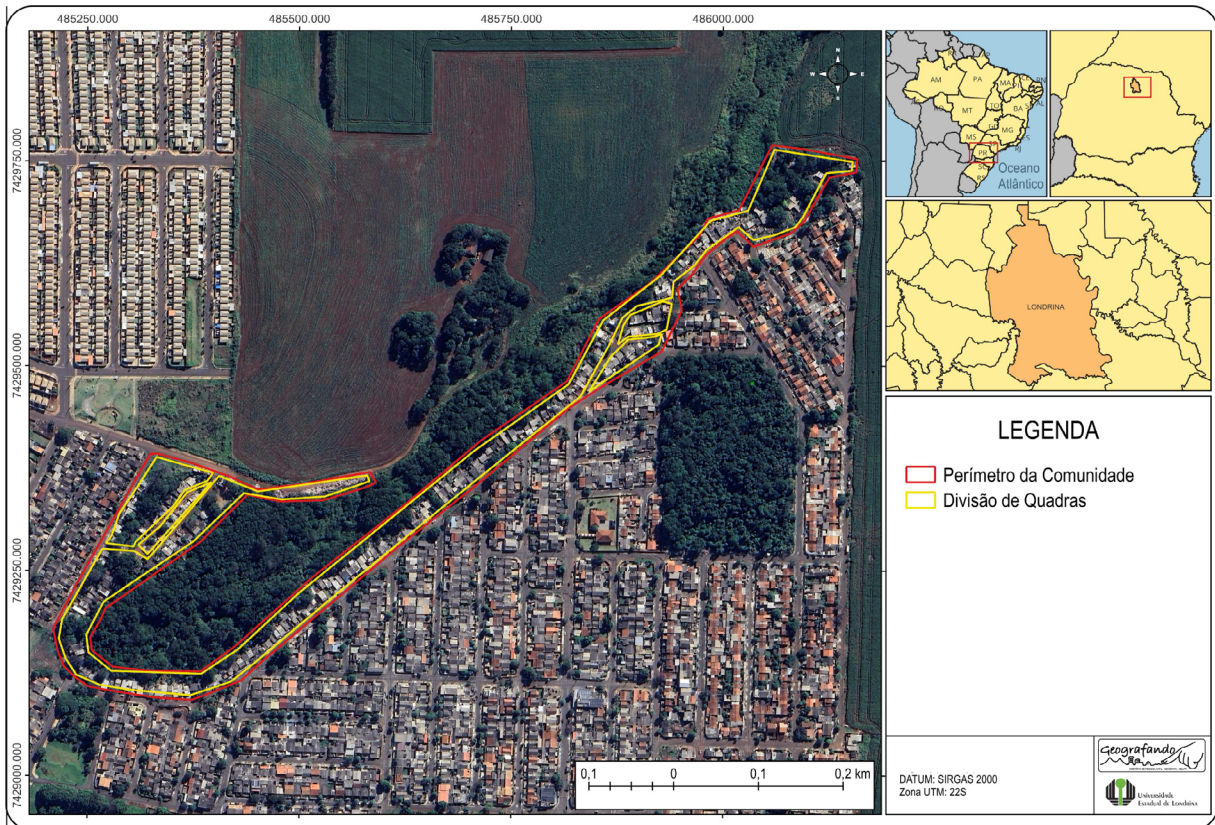
O mapa temático dos Territórios Vulneráveis na Região Norte de Londrina (Figura 20), apresenta a delimitação espacial da área de estudo com 19 áreas de territórios vulneráveis. Os pontos numerados representam cada território vulnerável e estão organizados por categorias, indicadas na legenda por cores: áreas em processo de regularização, áreas já regularizadas entre 2017 e 2023 e áreas desocupadas. Essa classificação indica a diversidade de situações jurídico-urbanísticas, ou seja, parte dos assentamentos encontra-se em tramitação de regularização, outra parte teve regularização concluída recentemente e há registro de área que já foi desocupada, permitindo interpretar o mapa como retrato dinâmico de políticas públicas, conflitos e reordenamentos no território.

Figura 20. Mapa Territórios vulneráveis na Região Norte



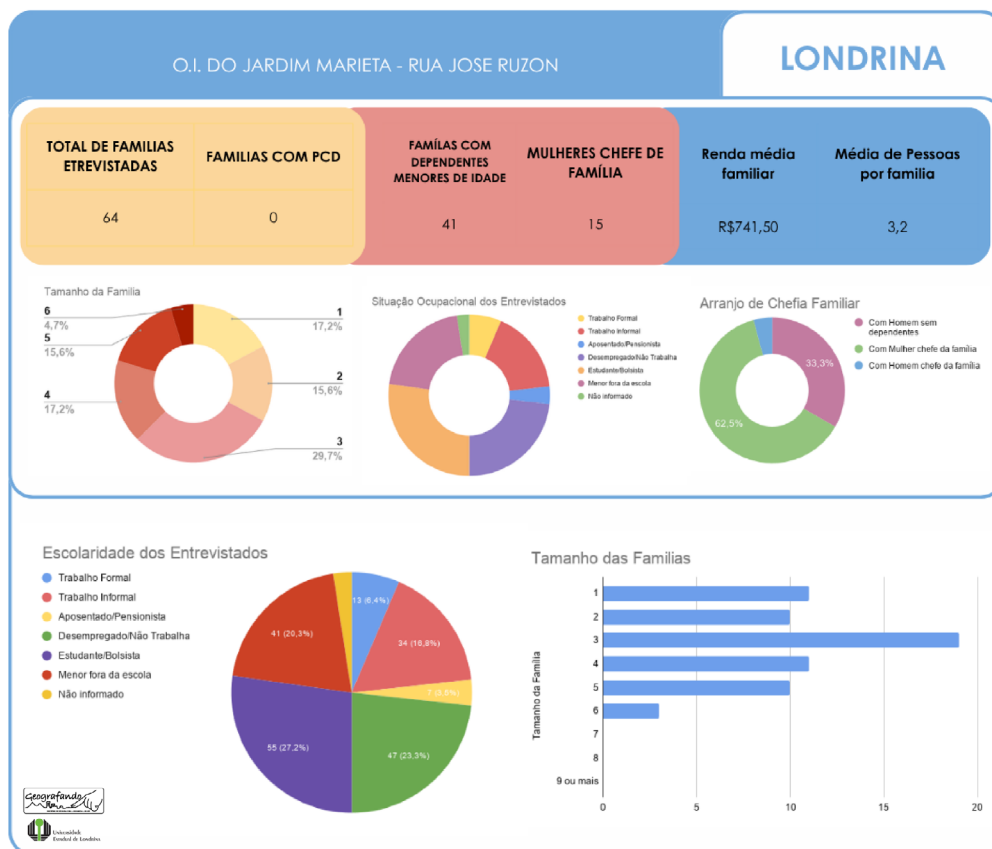
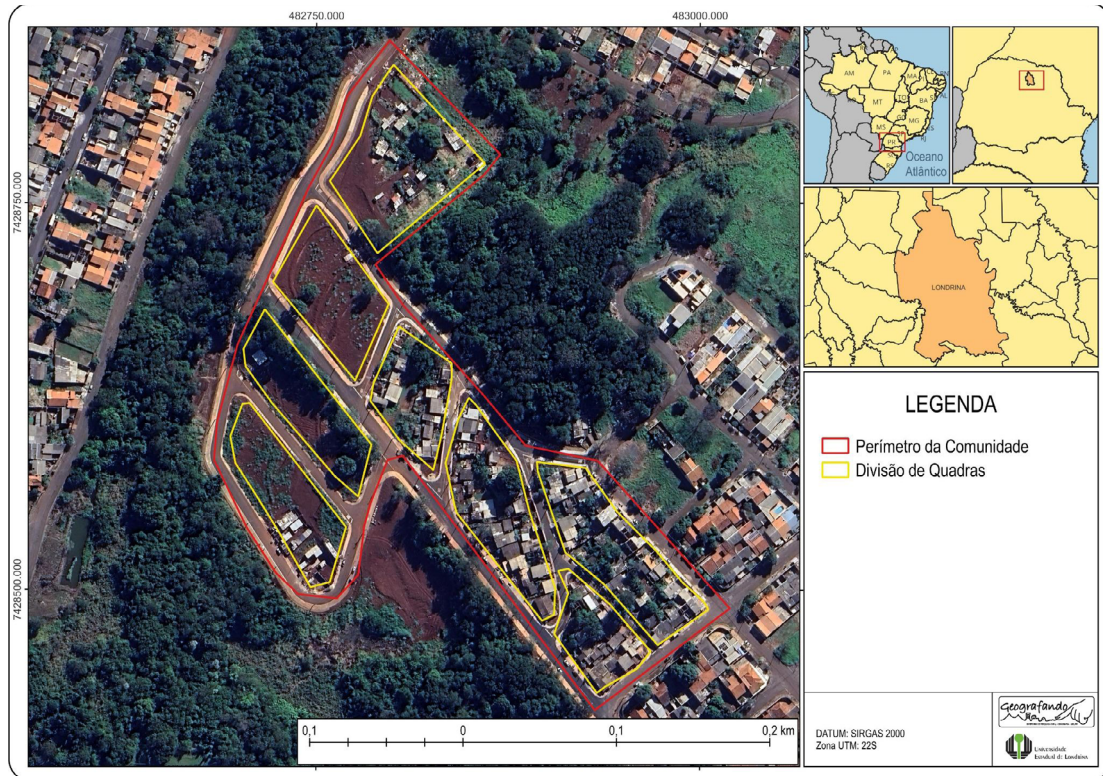
Fonte: Londrina - Cohab, dezembro de 2023. Elaborado por Alan Alves Alievi, 2025.

Figura 21. O território vulnerável Córrego Sem Dúvida em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos



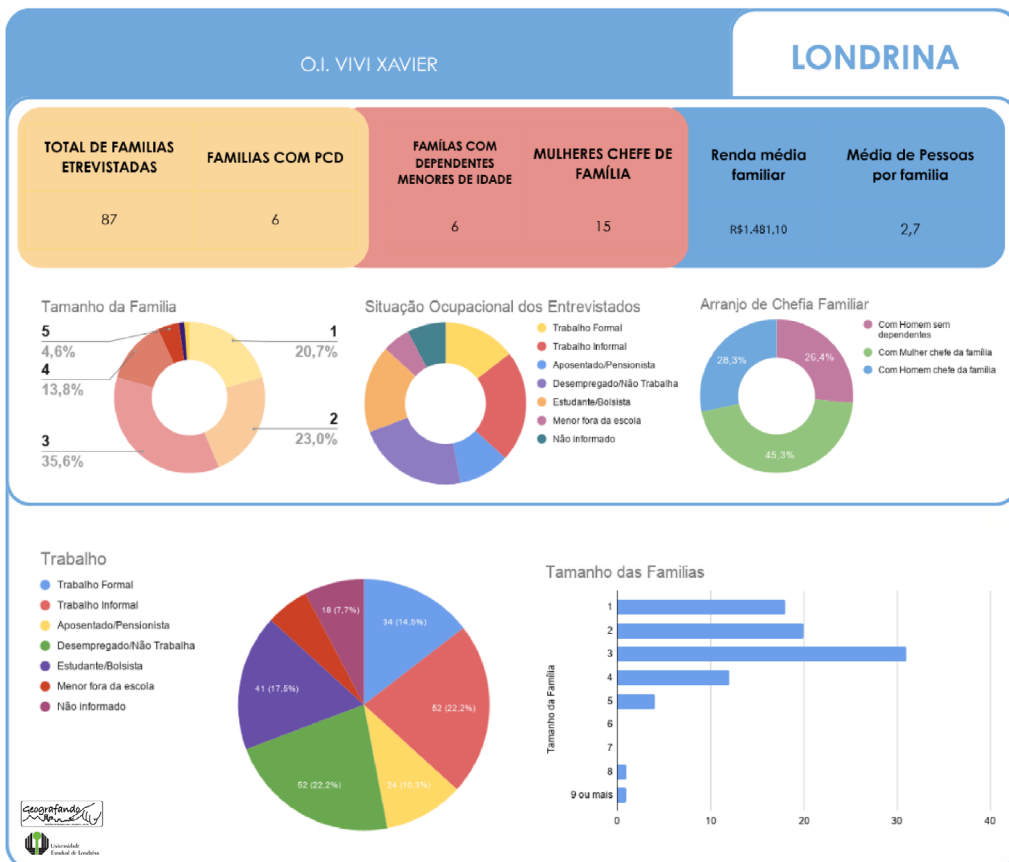
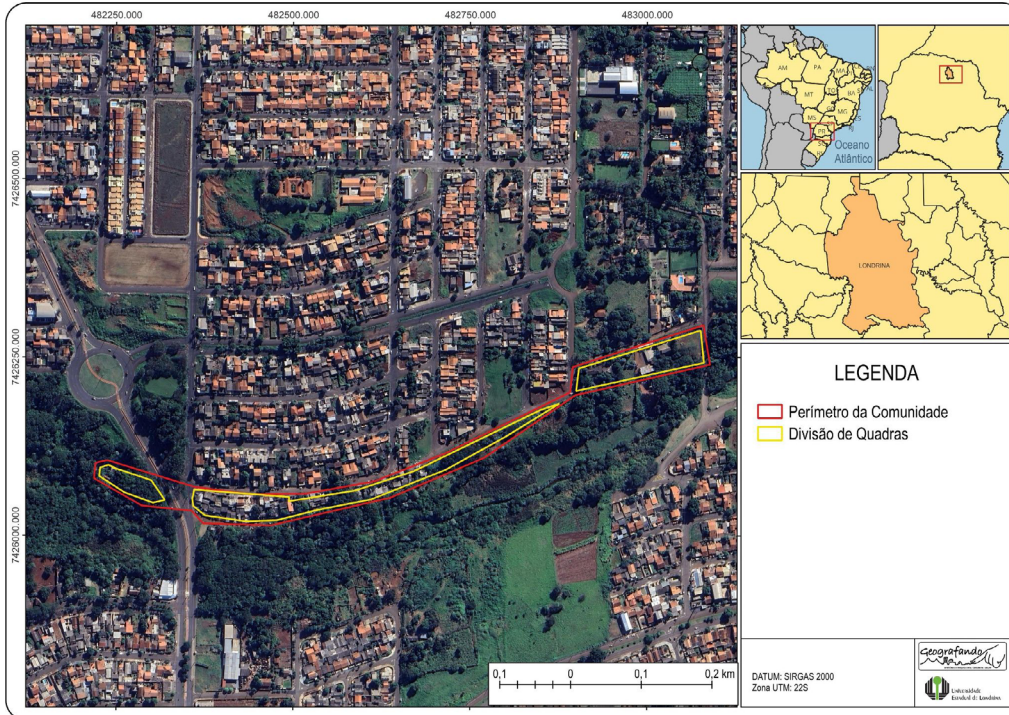
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab de Londrina, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 22. O território vulnerável Fundo de Vale Marieta Residencial Prof.^a Marieta em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos



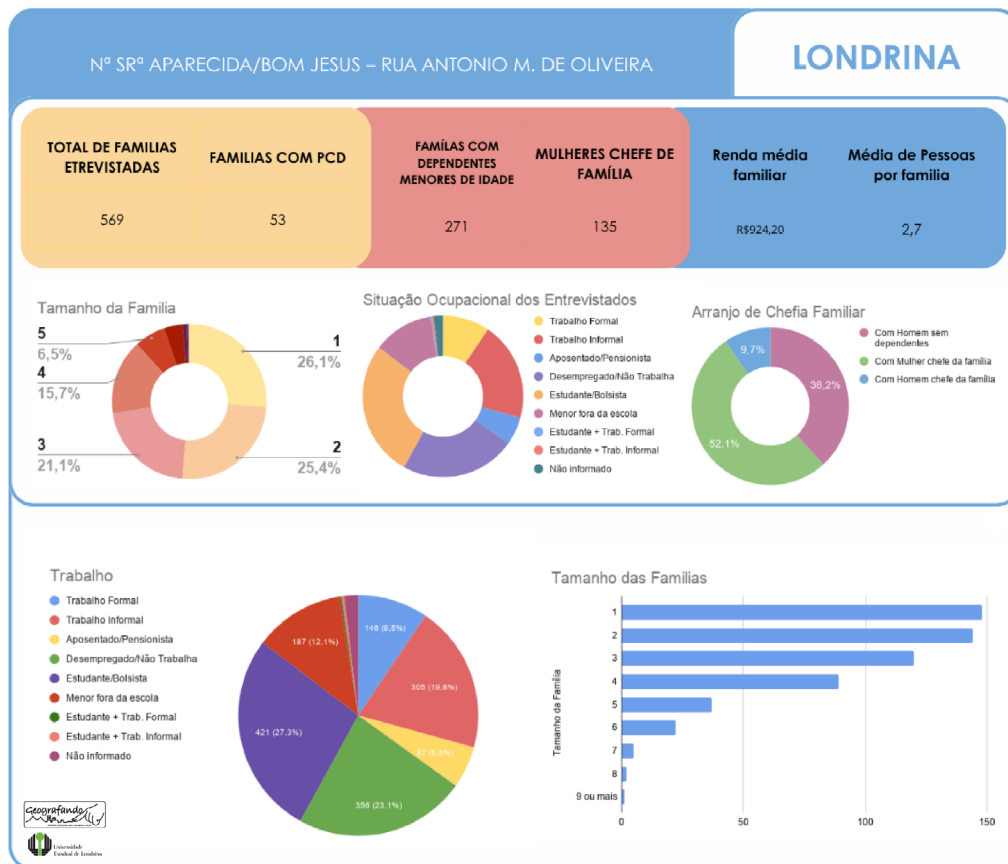
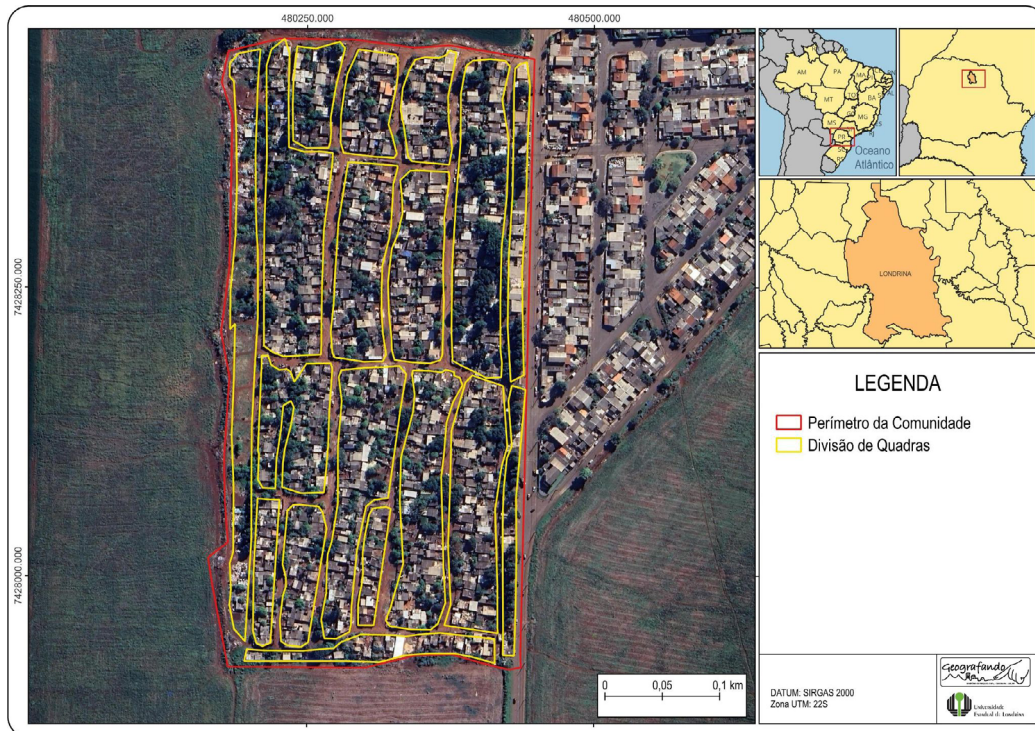
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab de Londrina, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 23. O território vulnerável Remanescente do Conjunto Habitacional Vivi Xavier em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos



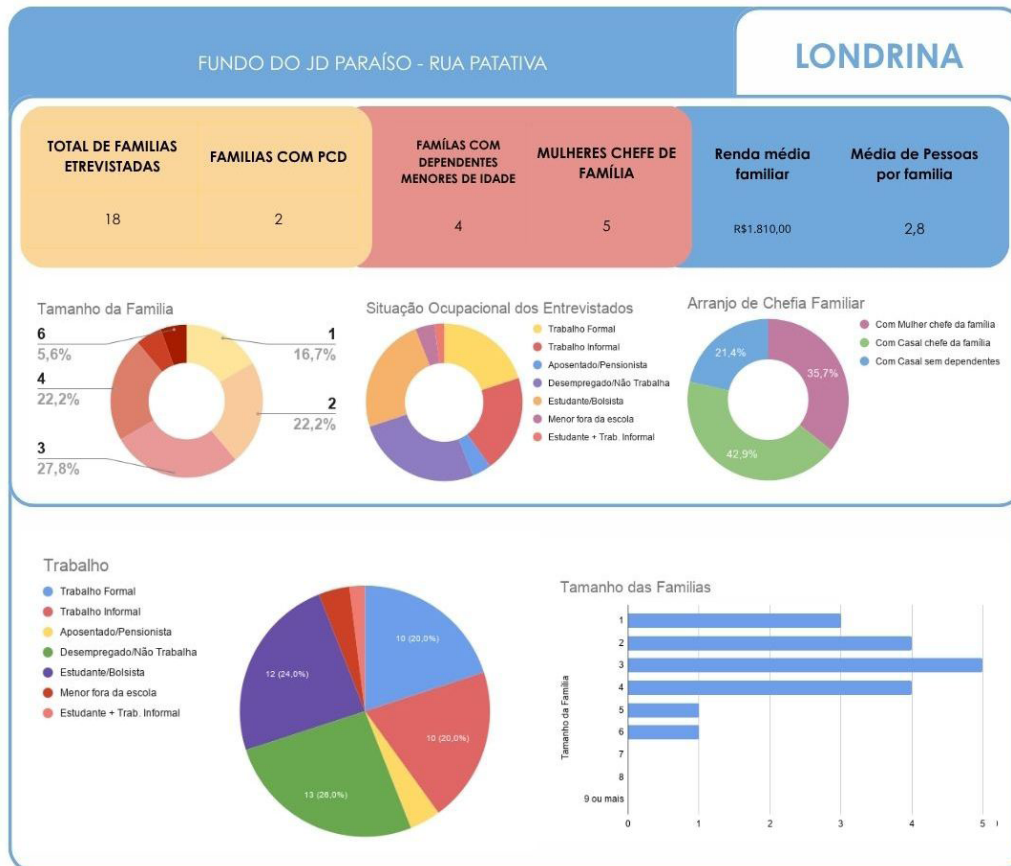
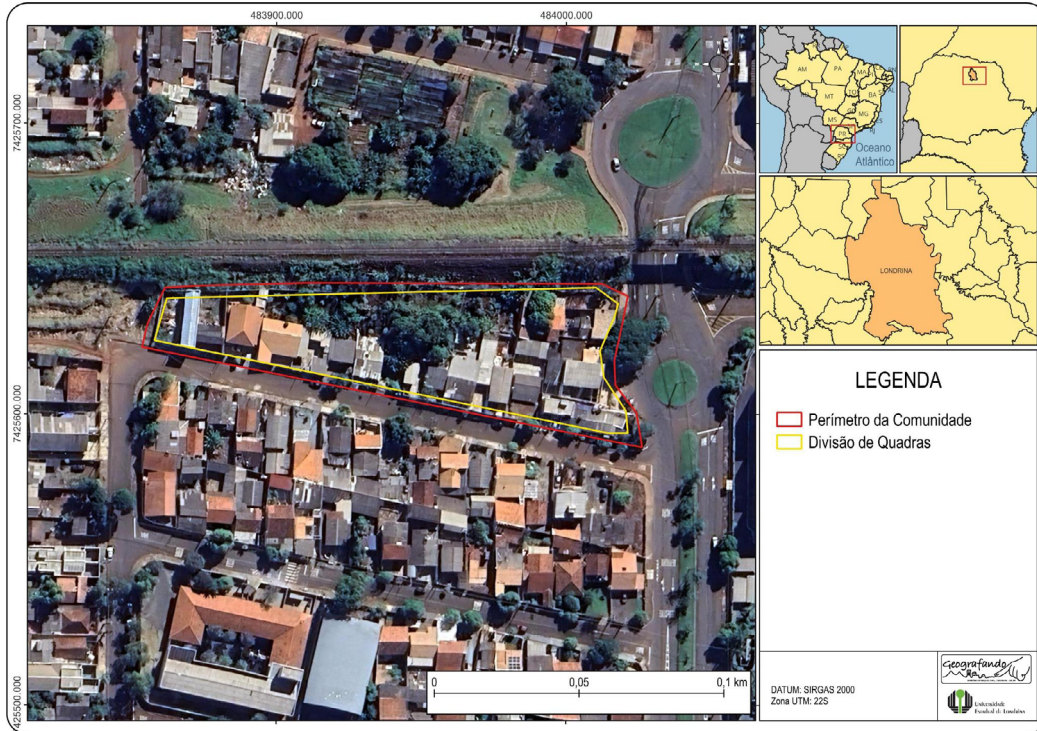
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 24. O território vulnerável N^a Sr.^a Aparecida/Aparecidinha em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos



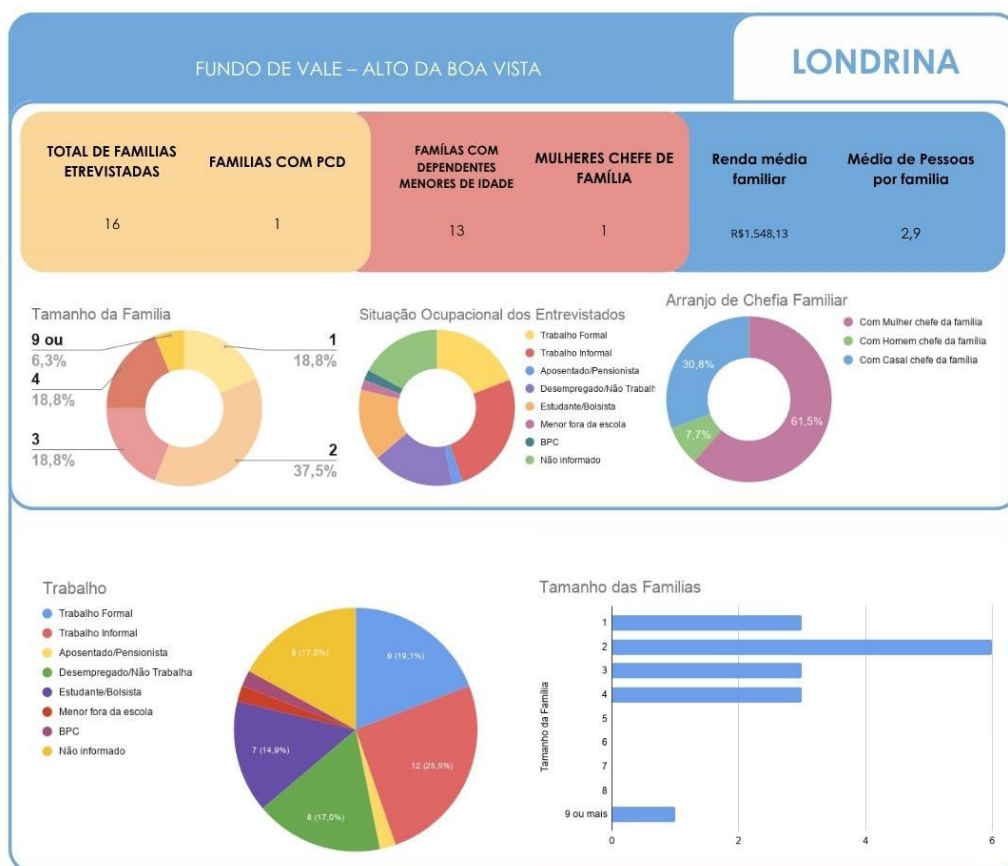
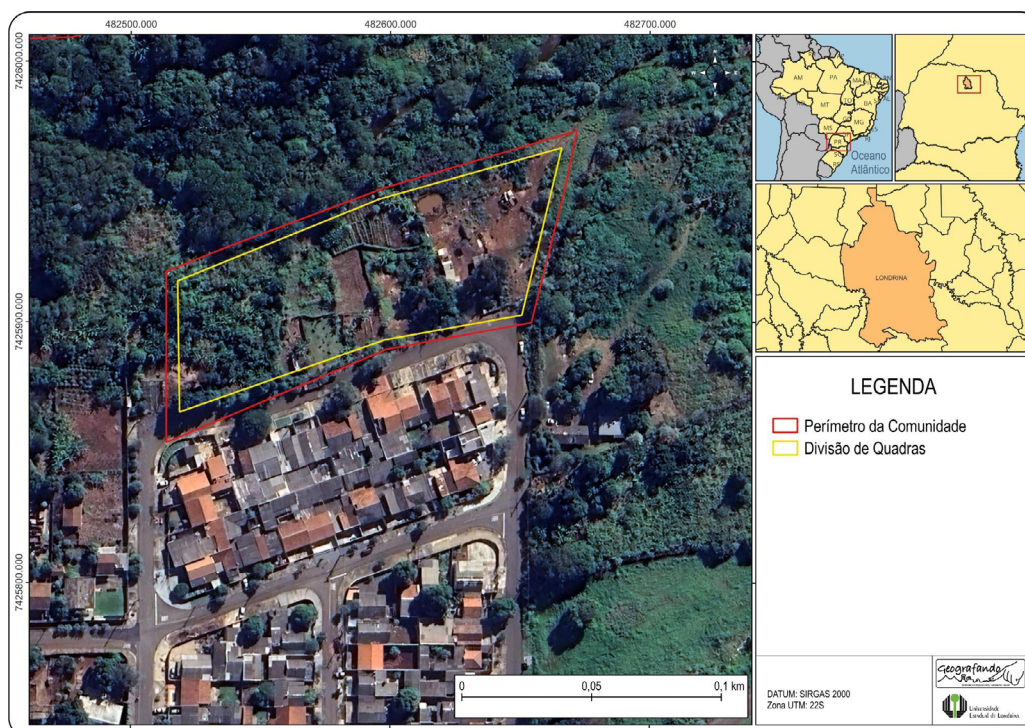
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 25. O território vulnerável Jardim Paraíso em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos



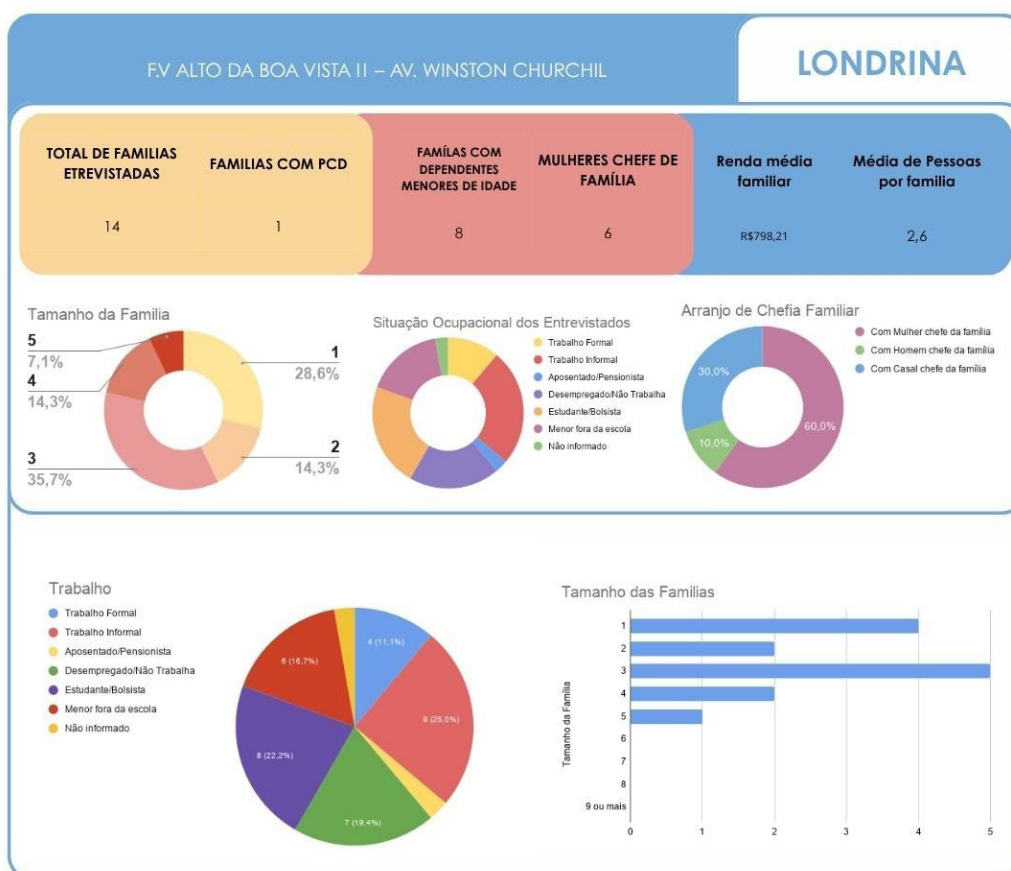
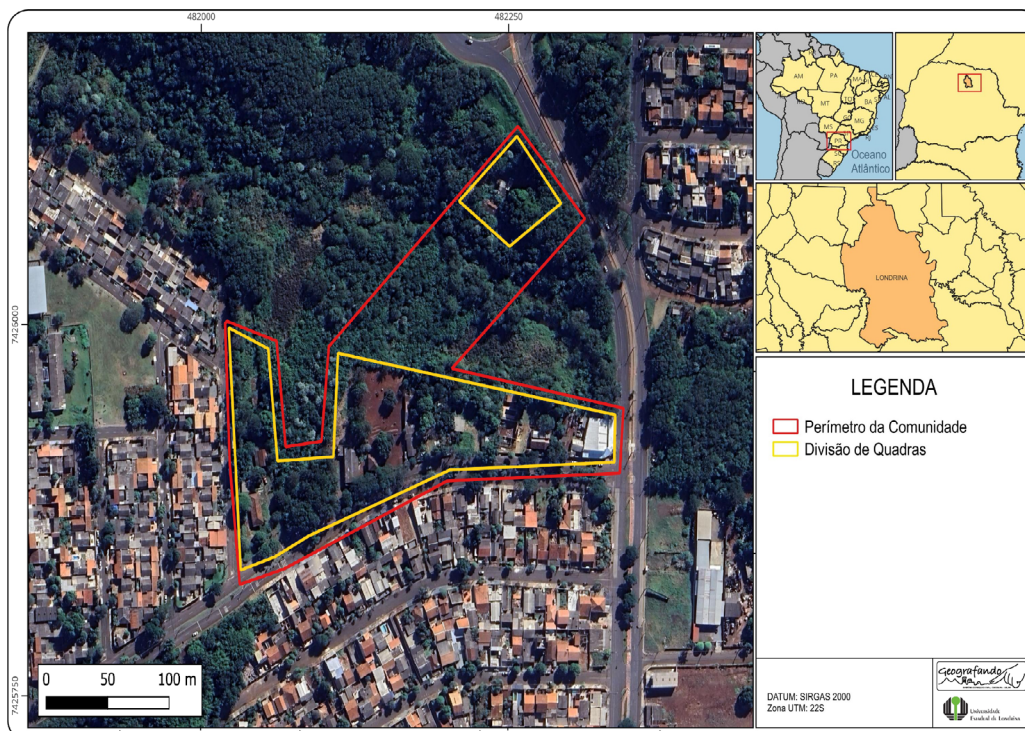
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 26. O território vulnerável Fundo de Vale Alto da Boa Vista I em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos



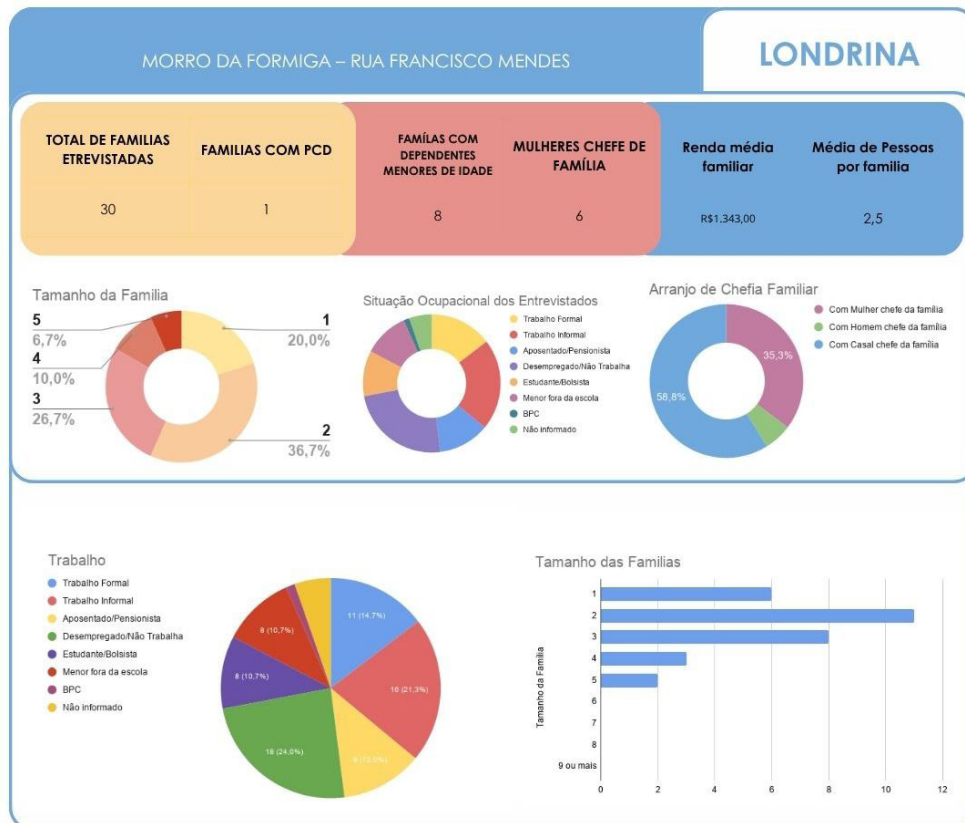
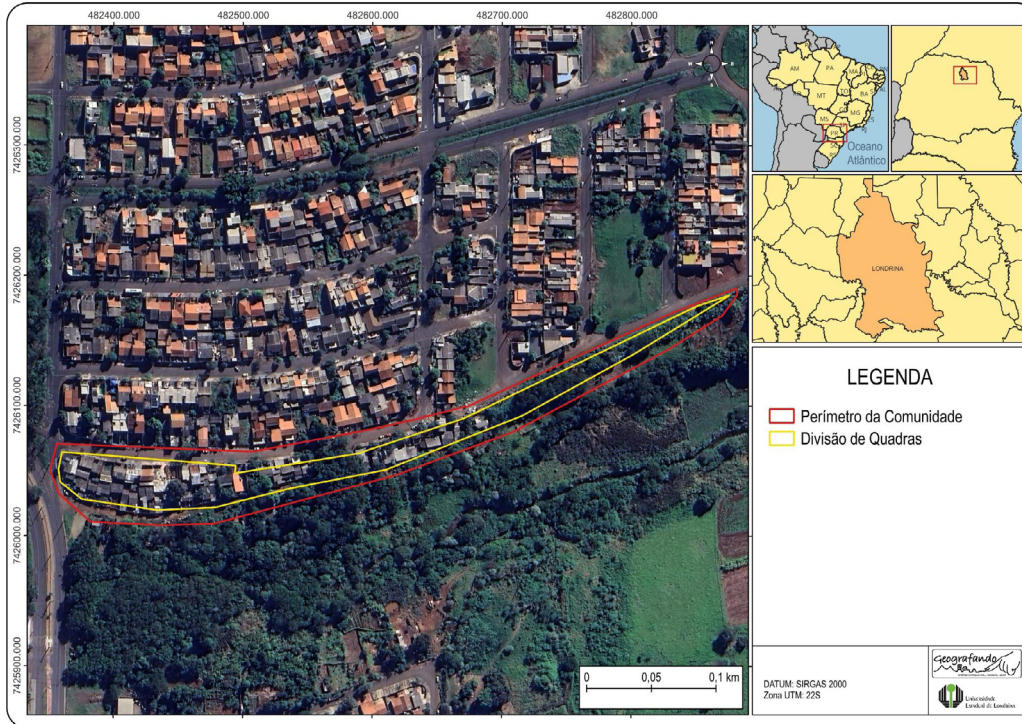
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 27. O território vulnerável Fundo de Vale Alto da Boa Vista II – Pinheiros Norte em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos



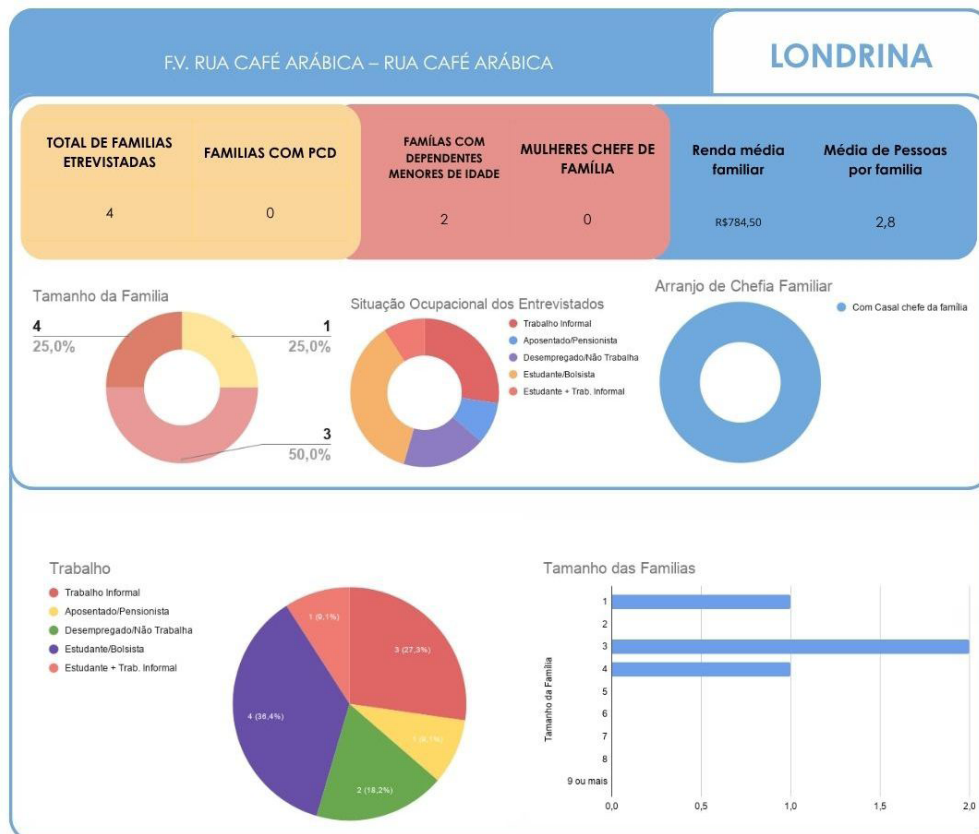
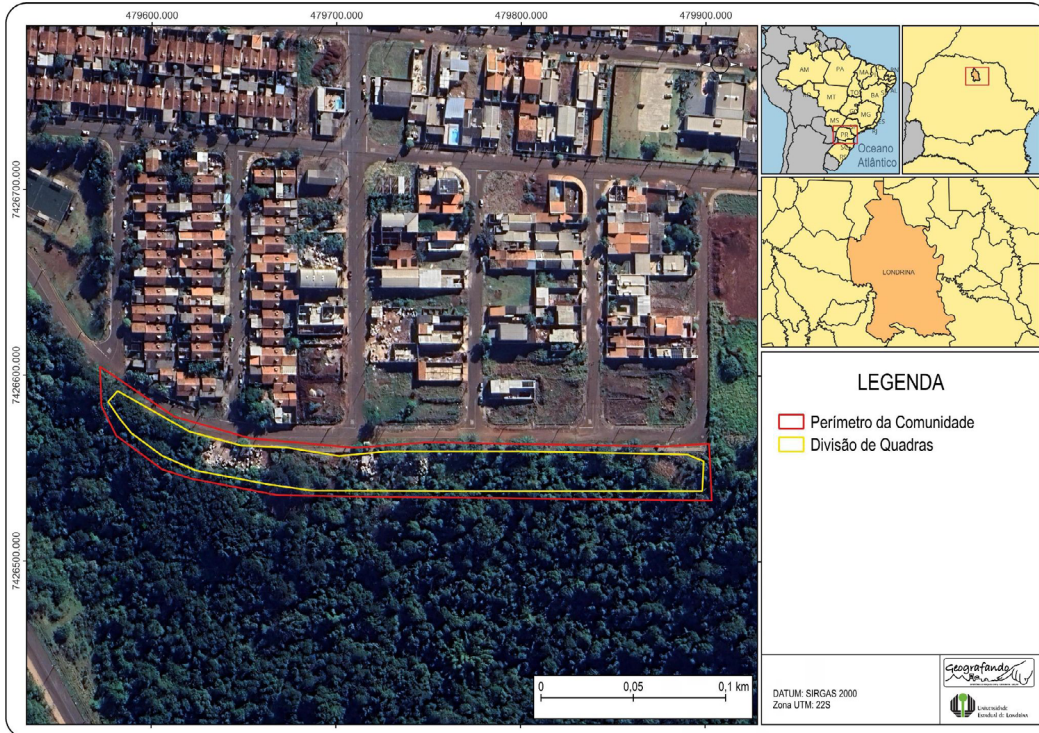
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 28. O território vulnerável Morro da Formiga Remanescente do Jd. Alto da Boa Vista em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos



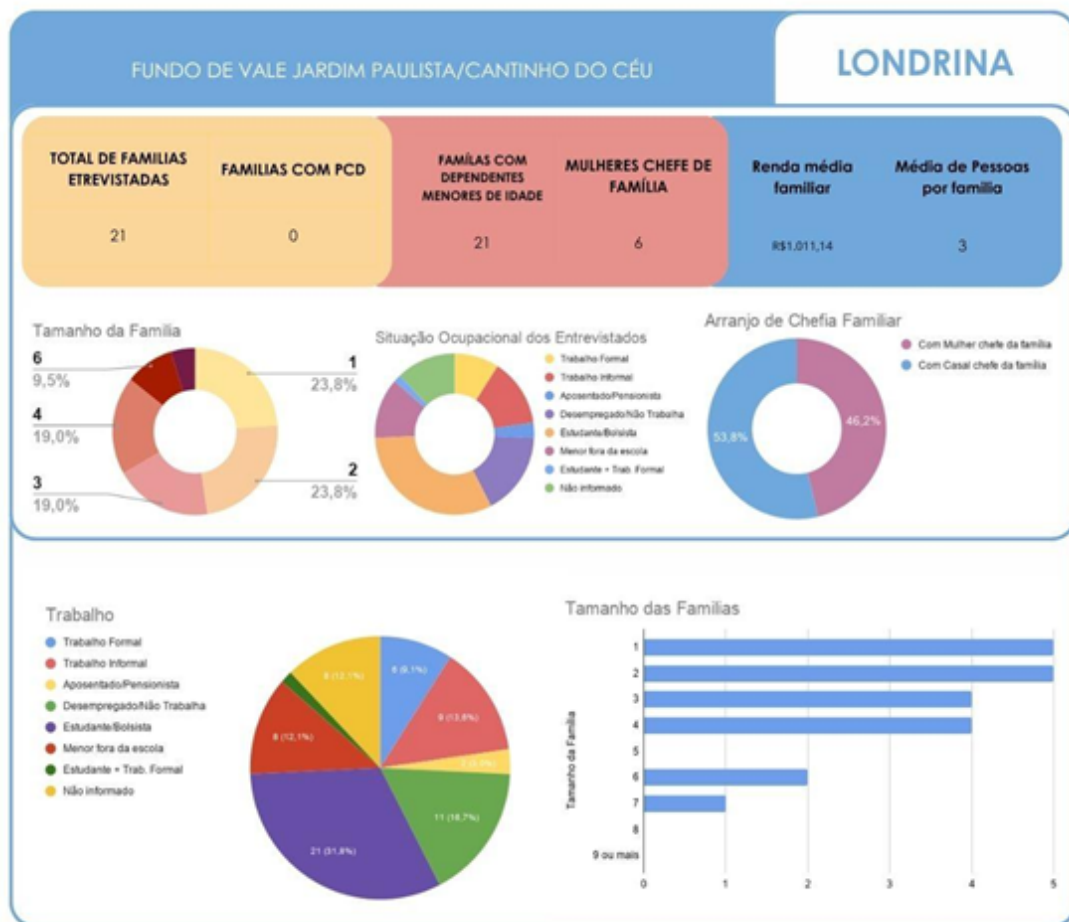
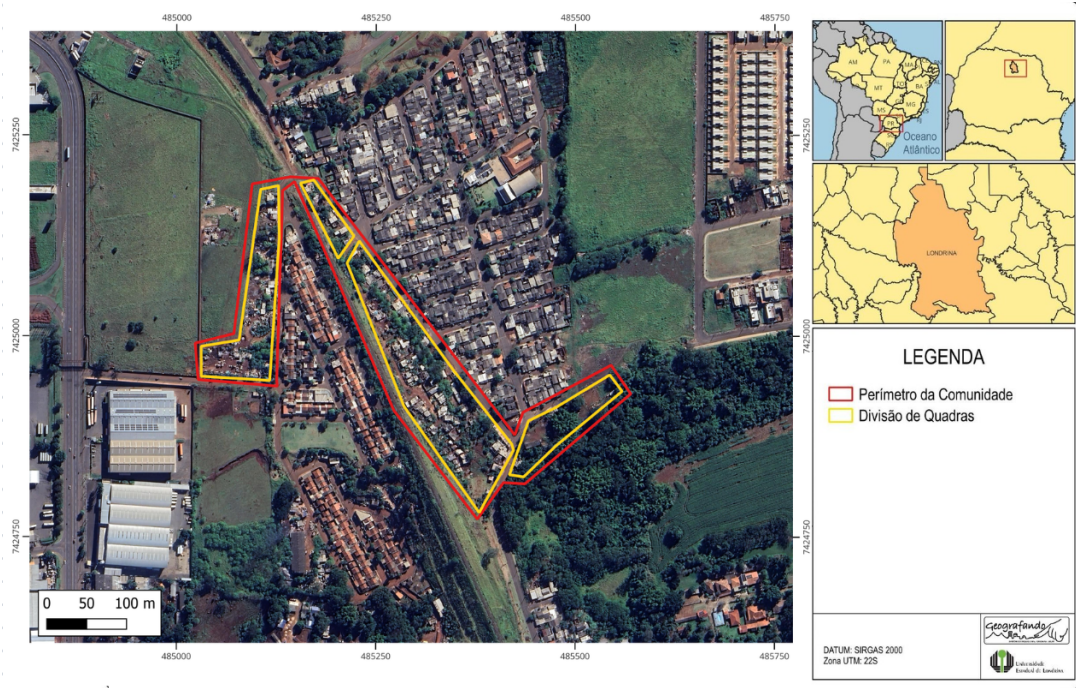
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 29. O território vulnerável Fundo de Vale do Café Arábica Norte– Pinheiros Norte em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos



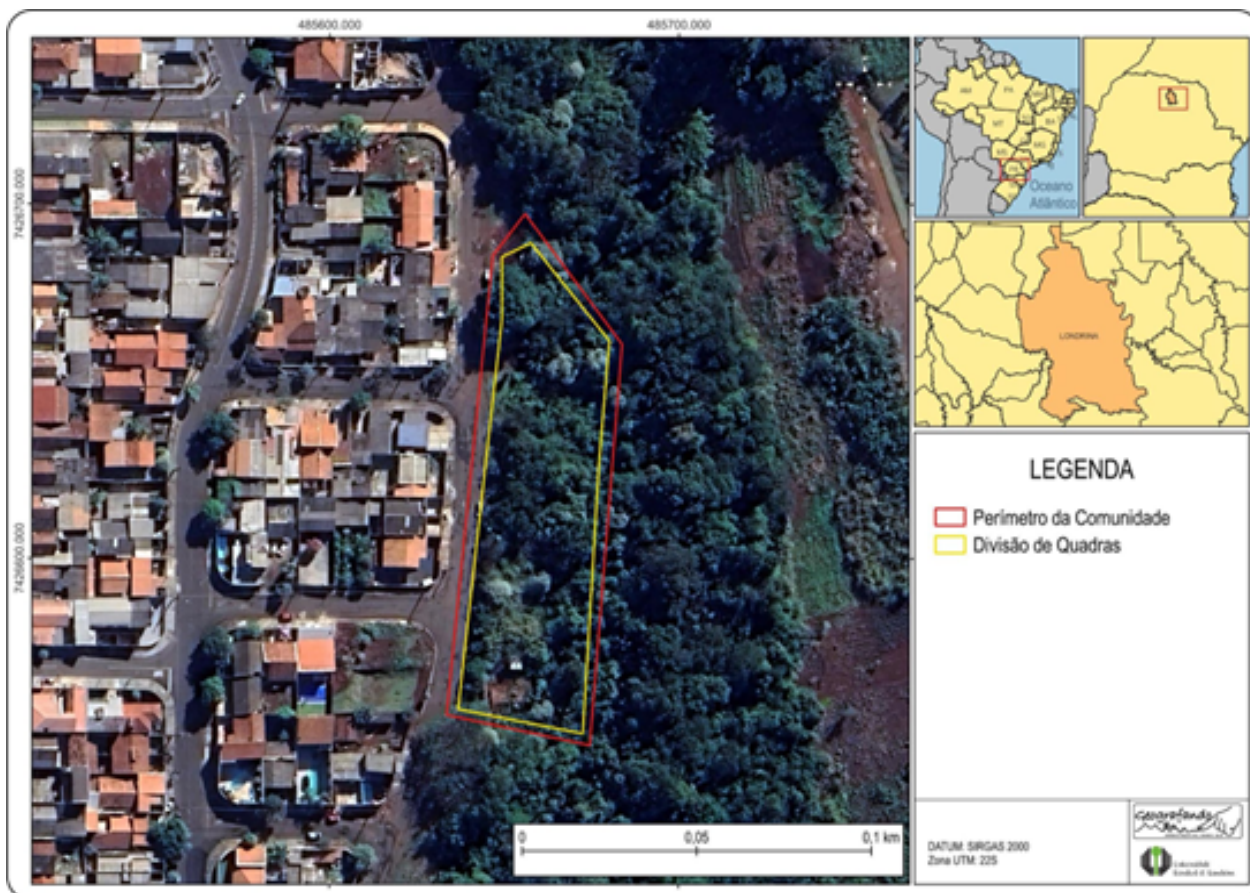
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 30. O território vulnerável Fundo de Vale Jardim Paulista/Cantinho do Céu em Londrina: perímetro aproximado



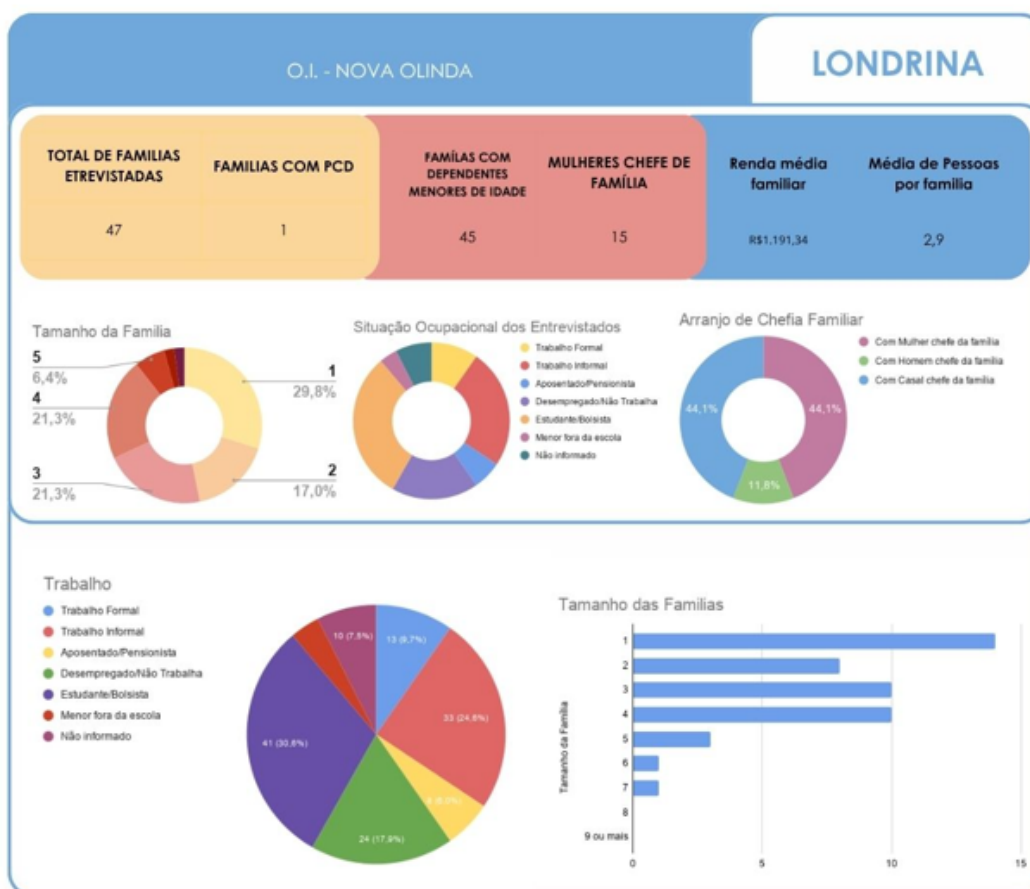
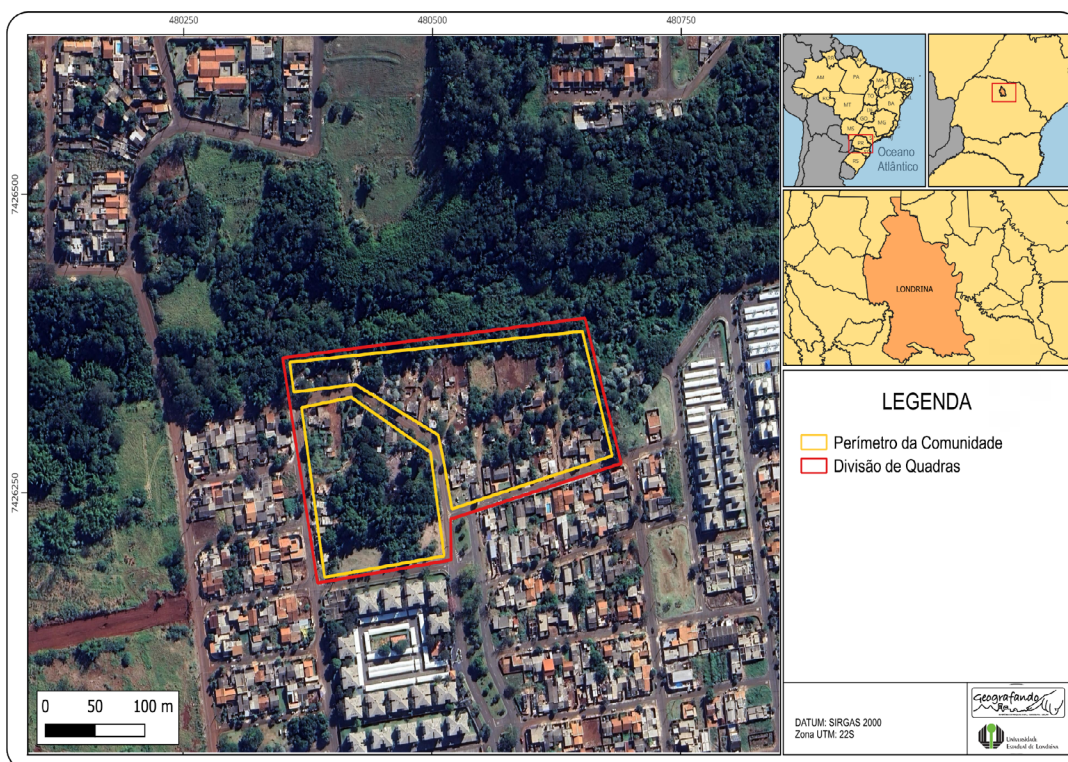
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025 e dados da Cohab, dezembro de 2023. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 31. O território vulnerável Fundo de Vale Jardim Quadra Norte em Londrina: perímetro aproximado



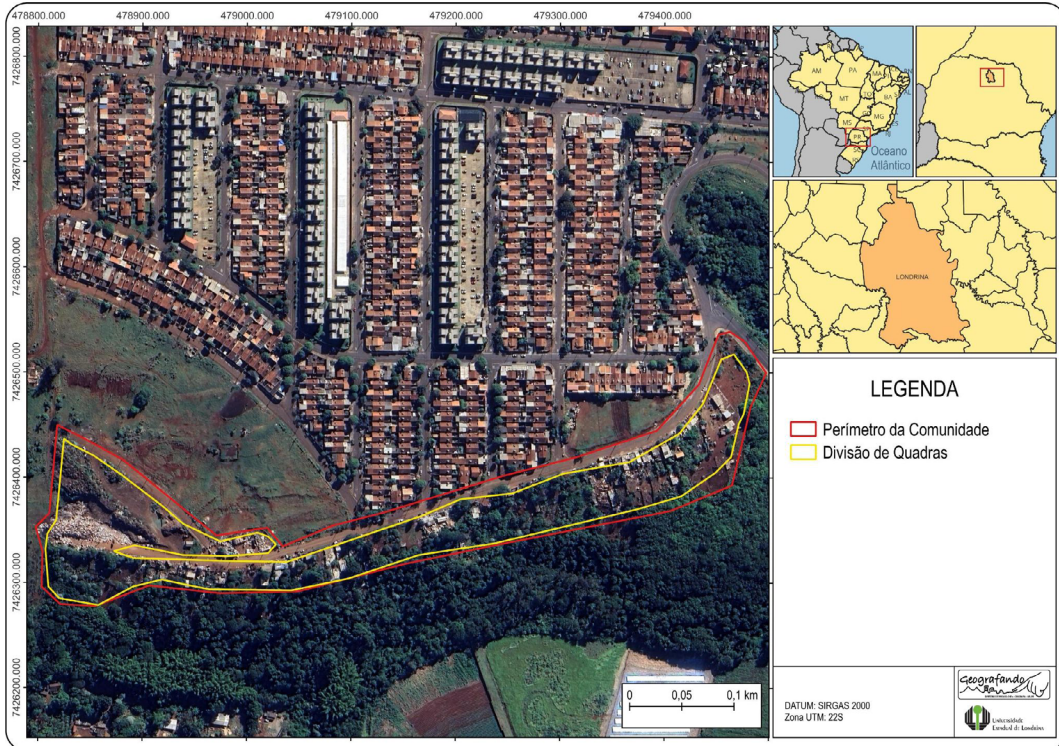
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.
OBS: Não há dados disponíveis.

Figura 32. O território vulnerável Fundo de Vale Fundo de vale Nova Olinda/ Barcelona em Londrina: perímetro aproximado



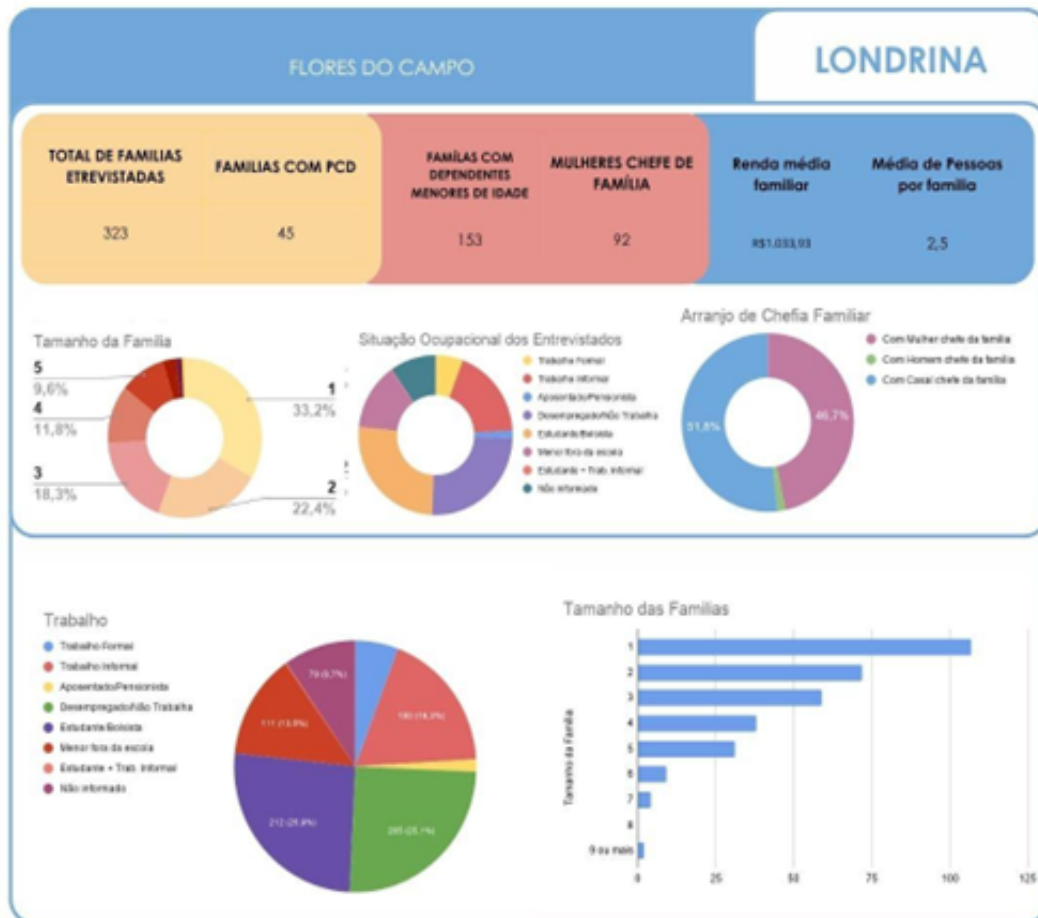
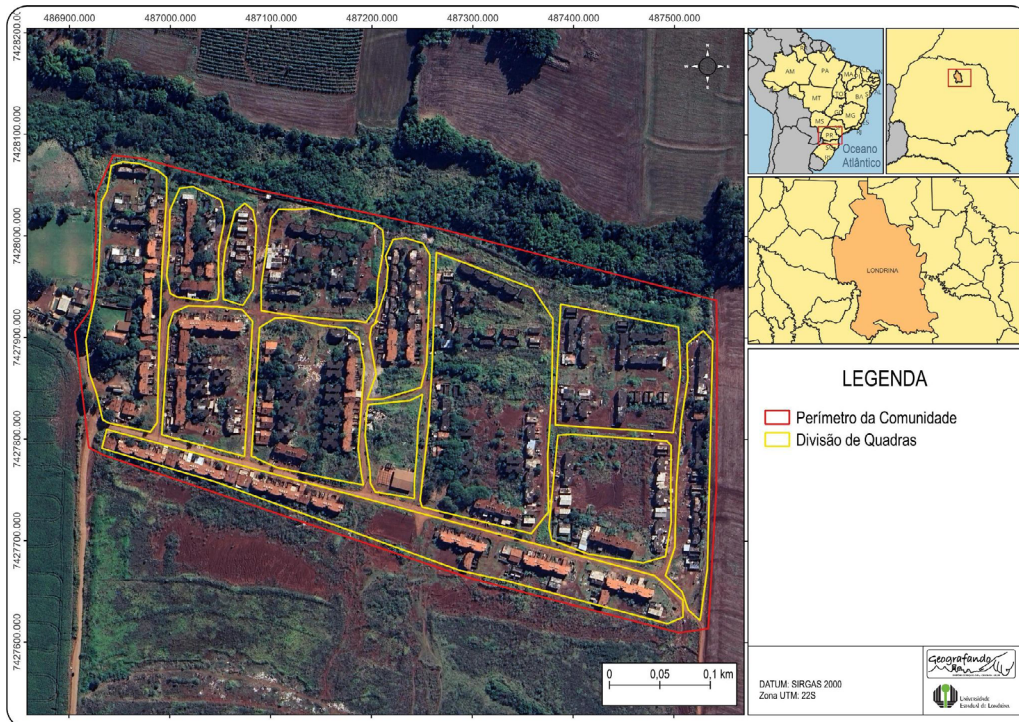
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 33. O território vulnerável Fundo de Vale Vista Bela em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos Londrina



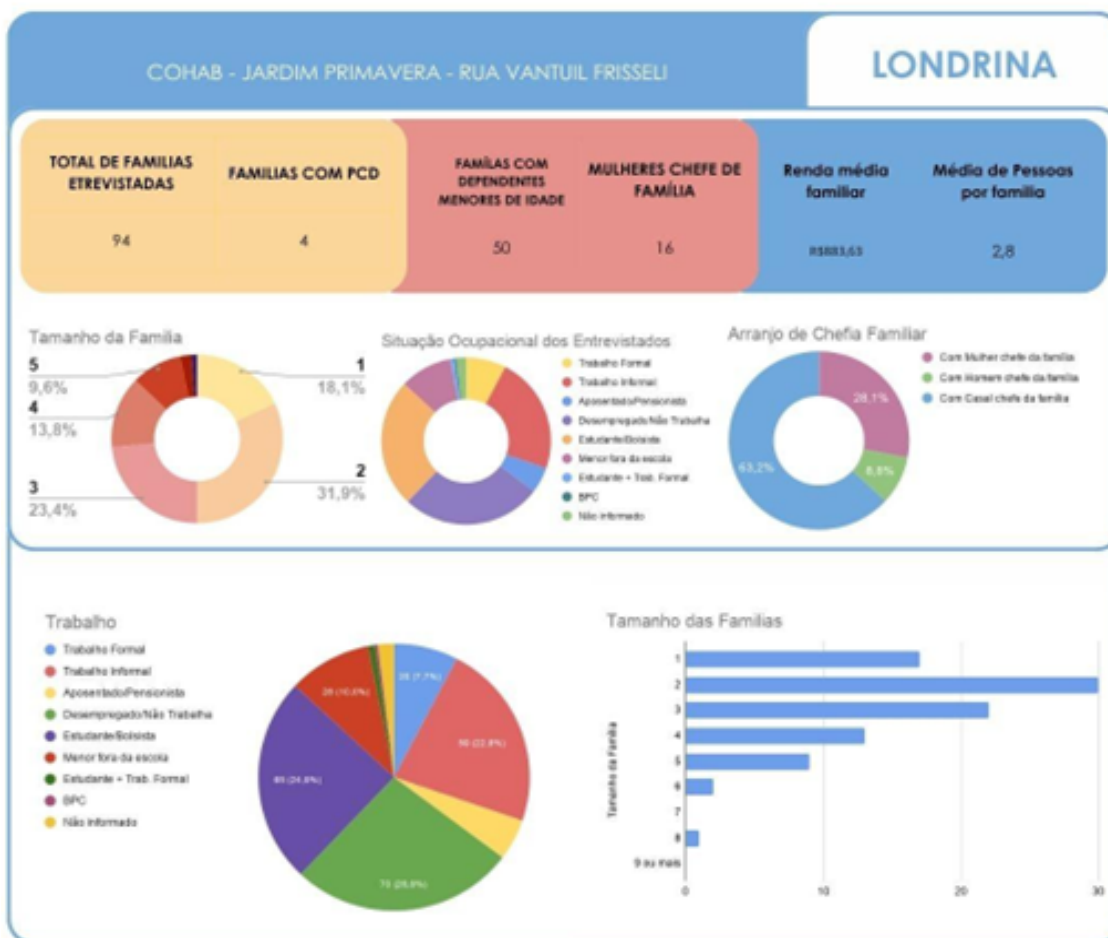
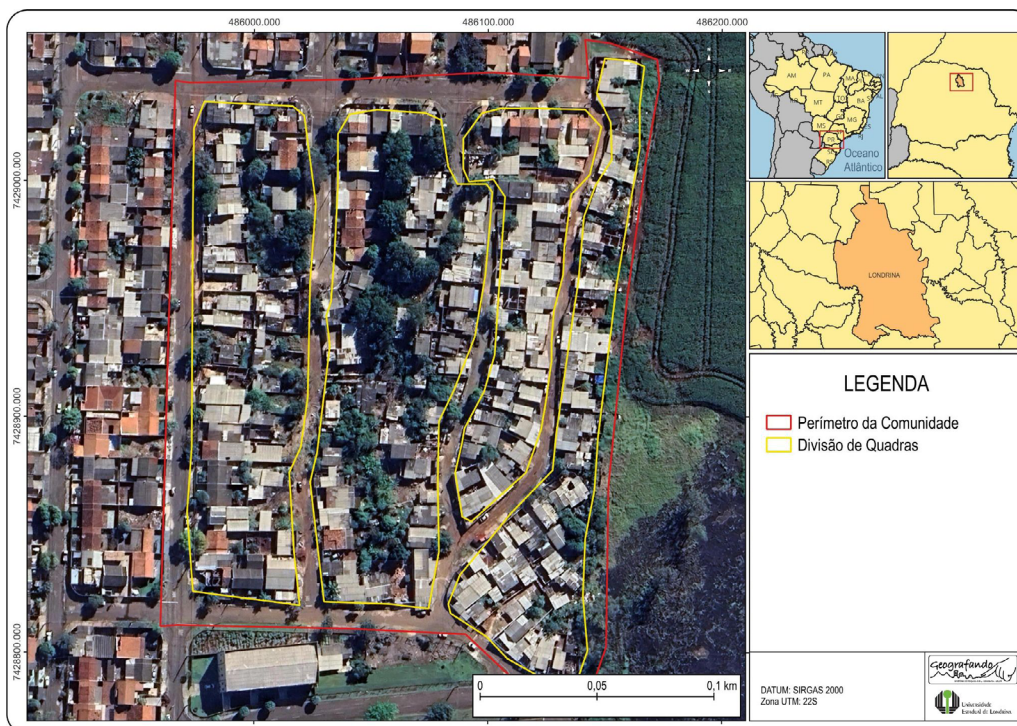
Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 34. O território vulnerável Residencial Flores do Campo em Londrina: perímetro aproximado e dados socioeconômicos Londrina



Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

Figura 35. O território vulnerável Fundo de Vale Área Remanescente – Praça II Jd. Primavera em Londrina: perímetro aproximado



Fonte: Levantamentos a partir do Google Earth, 2025. Elaborado por Gabriel Muxfeld, 2025.

CAPÍTULO 4

O SENTIR CRAVADO NO TERRITÓRIO

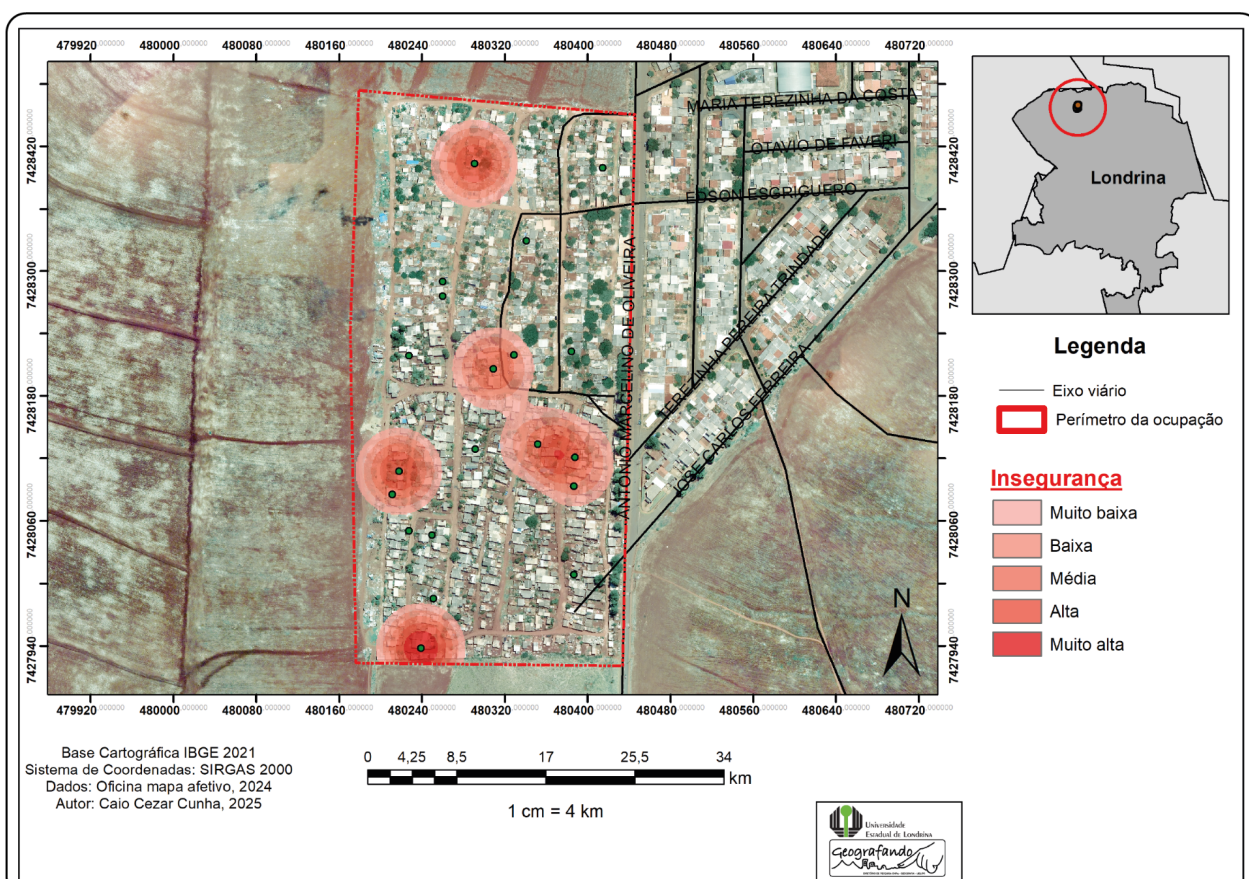
Caio Cezar Cunha
Ideni Terezinha Antonello
Doi: 10.48209/978-65-5417-710-4



4.1 Sonhar com as mãos: o território vivido entre o sentir e a ação transformadora

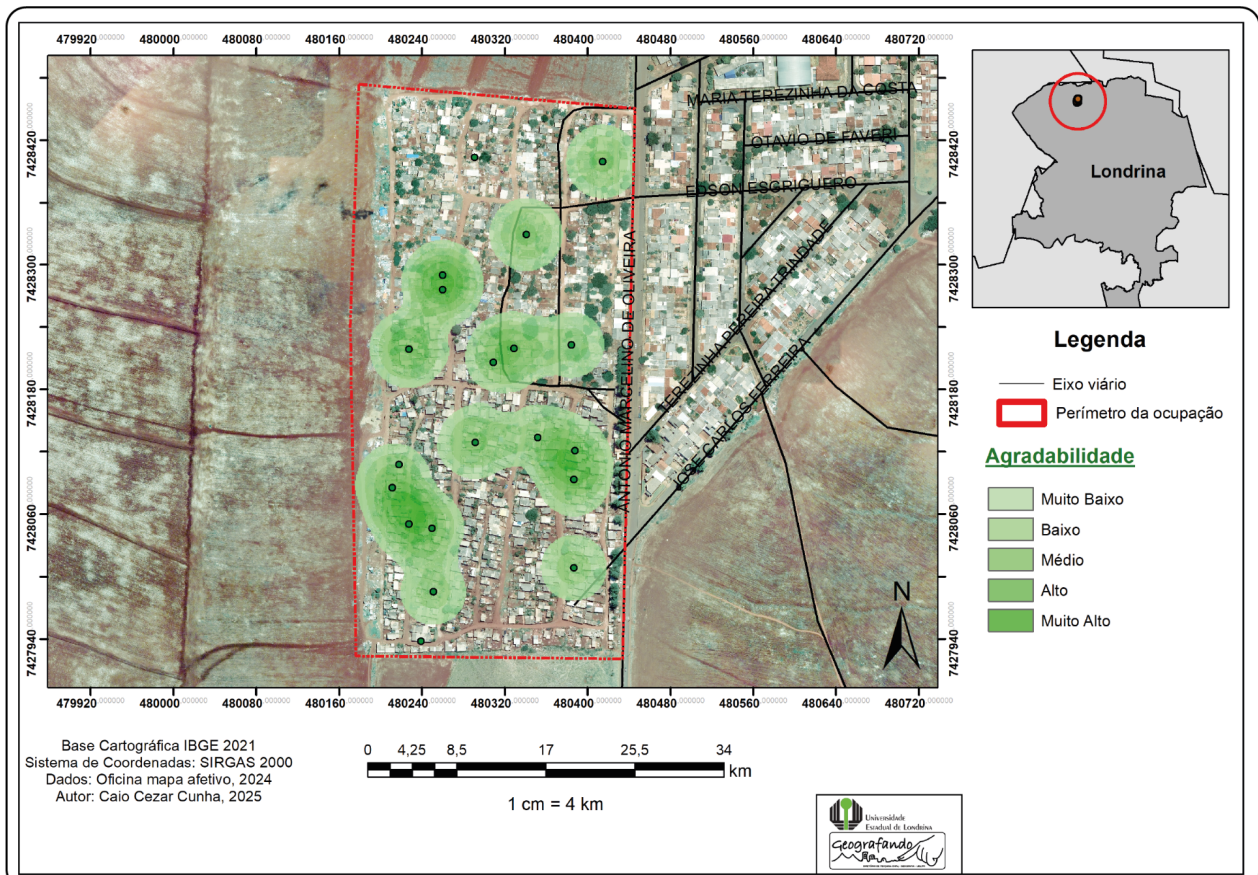
4.1.1 - A Experiência Vivida: Território Vulnerável Nossa Senhora Aparecida – Aparecidinha

Figura 36. Mapa afetivo - Insegurança Aparecidinha



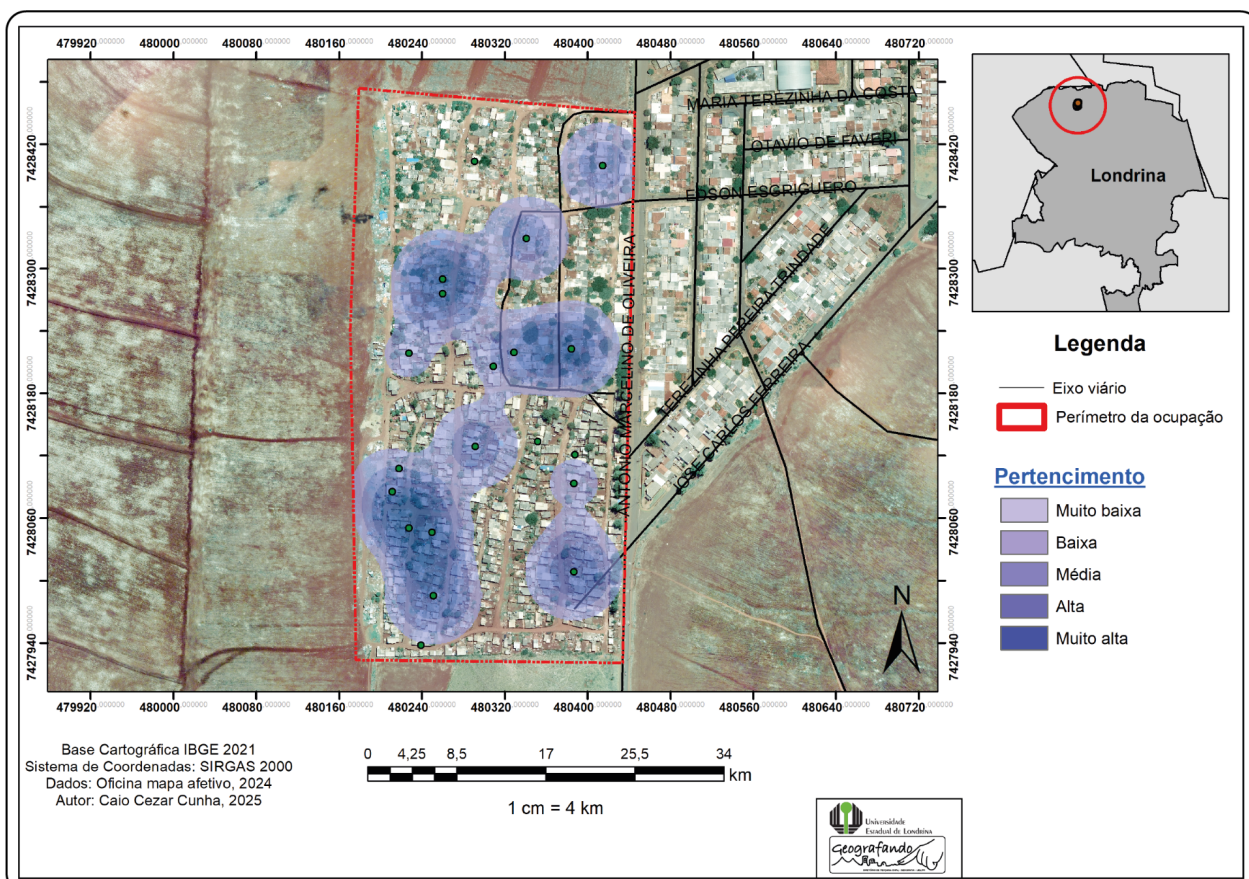
Observa-se a presença de múltiplos núcleos de insegurança distribuídos no interior do perímetro ocupado, com concentrações especialmente na porção central e nas áreas periféricas internas da ocupação. A distribuição difusa indica que a insegurança não está restrita a um único ponto específico, mas constitui um atributo estrutural do território vivido. Essa espacialização sugere uma experiência cotidiana marcada pela sensação de vulnerabilidade territorial. A presença de áreas rurais ou vazios urbanos no entorno pode contribuir para essa percepção, reforçando sensações de isolamento, baixa assistência e fragilidade socioespacial.

Figura 37. Mapa afetivo - Agradabilidade Aparecidinha



Apesar da presença significativa de insegurança, observa-se também a existência de múltiplos núcleos de agradabilidade distribuídos no interior do território. Esses núcleos coincidem com áreas residenciais consolidadas pelo tempo de existência, indicando que o espaço doméstico e o convívio comunitário constituem importantes fontes de bem-estar. Essa configuração revela que, mesmo em territórios vulneráveis, existem espaços de proteção simbólica e emocional que sustentam o vínculo territorial.

Figura 38. Mapa afetivo - Pertencimento Aparecidinha



O mapa de pertencimento revela núcleos intensos distribuídos em todo o território ocupado, com destaque para a área central e sudoeste. Essa configuração indica forte vínculo identitário com o território, sugerindo que o tempo de permanência, as relações sociais e a experiência cotidiana contribuíram para a construção de territorialidades consolidadas. Mesmo diante de condições de precariedade, as pessoas reconhecem o território como espaço de vida e identidade.

Figura 39. Mapa afetivo - Insegurança / Pertencimento Aparecidinha



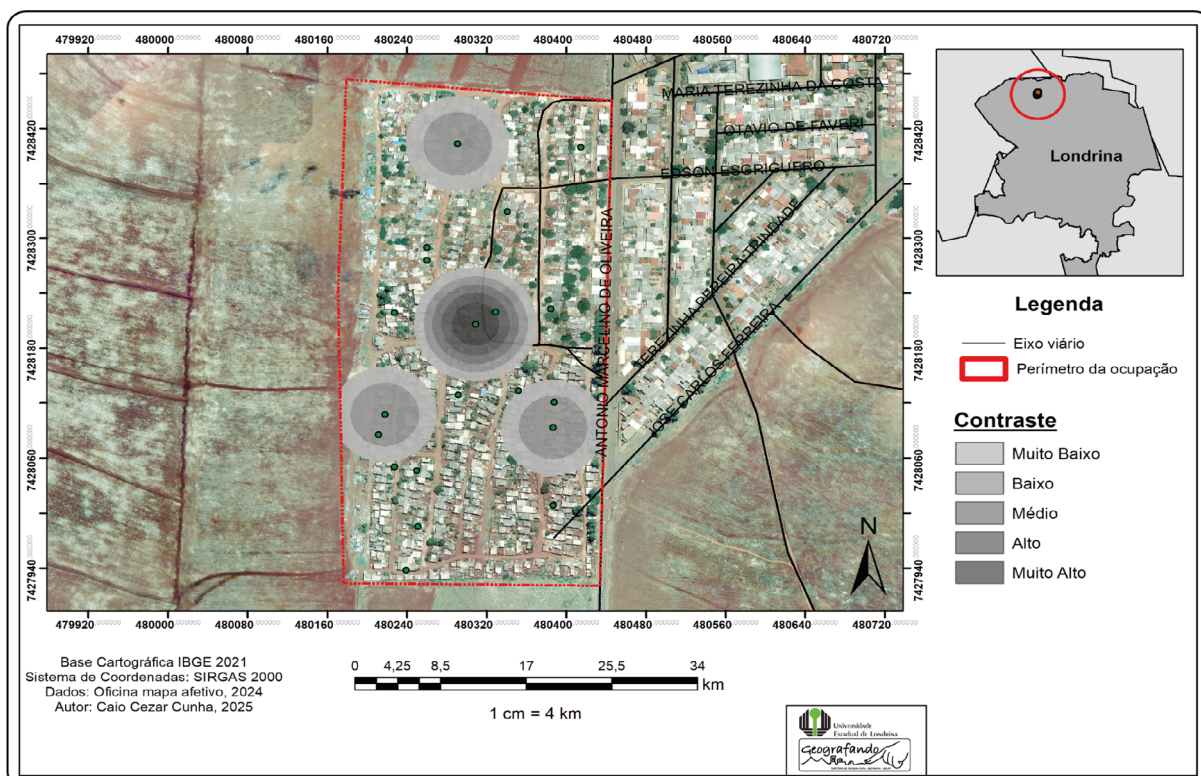
A análise integrada (Insegurança/Pertencimento) revela uma territorialidade marcada por ambivalência afetiva em que coexistem simultaneamente:

Elementos despotencializadores: insegurança estrutural; percepção de desigualdade.

Elementos potencializadores: forte pertencimento territorial; presença de núcleos de agradabilidade.

Essa configuração caracteriza um território vulnerável, mas não fragilizado do ponto de vista identitário. O pertencimento emerge como elemento central de resistência territorial, compensando parcialmente os efeitos despotencializadores da insegurança e do contraste.

Figura 40. Mapa afetivo Contraste Aparecidinha



O mapa de contraste revela núcleos concentrados principalmente na região central do território. Esse padrão indica a percepção de desigualdades territoriais e limitações estruturais, provavelmente associadas a: precariedade urbana; ausência de serviços e infraestrutura adequada. O contraste evidencia a consciência territorial da vulnerabilidade e revela uma territorialidade marcada pela coexistência de afetos potencializadores e despotencializadores, com predominância de vulnerabilidades estruturais associadas às condições de vida enraizadas na identidade e pertencimento em conflito à precariedade urbana e social. Palavras-síntese predominantes: medo; perigo; violência; vulnerabilidade; minha casa; comunidade; moradia.

Palavras Finais ...

O território Nossa Senhora Aparecida apresenta características típicas de territórios em processo de consolidação socioterritorial, nos quais a precariedade estrutural convive com territorialidades fortemente constituídas.

A presença simultânea de insegurança e pertencimento indica que a vulnerabilidade territorial não elimina os vínculos identitários, mas os reorganiza.

Esse padrão revela a existência de capital territorial simbólico significativo, elemento fundamental para gestão de políticas públicas baseadas em fortalecimento comunitário.

Figura 41. Sonhar com as mãos dos moradores da Nossa Senhora Aparecida - Aparecidinha



Fonte: Desenhos produzidos nas oficinas de cartografia, 2024. Org. Os autores, 2026.

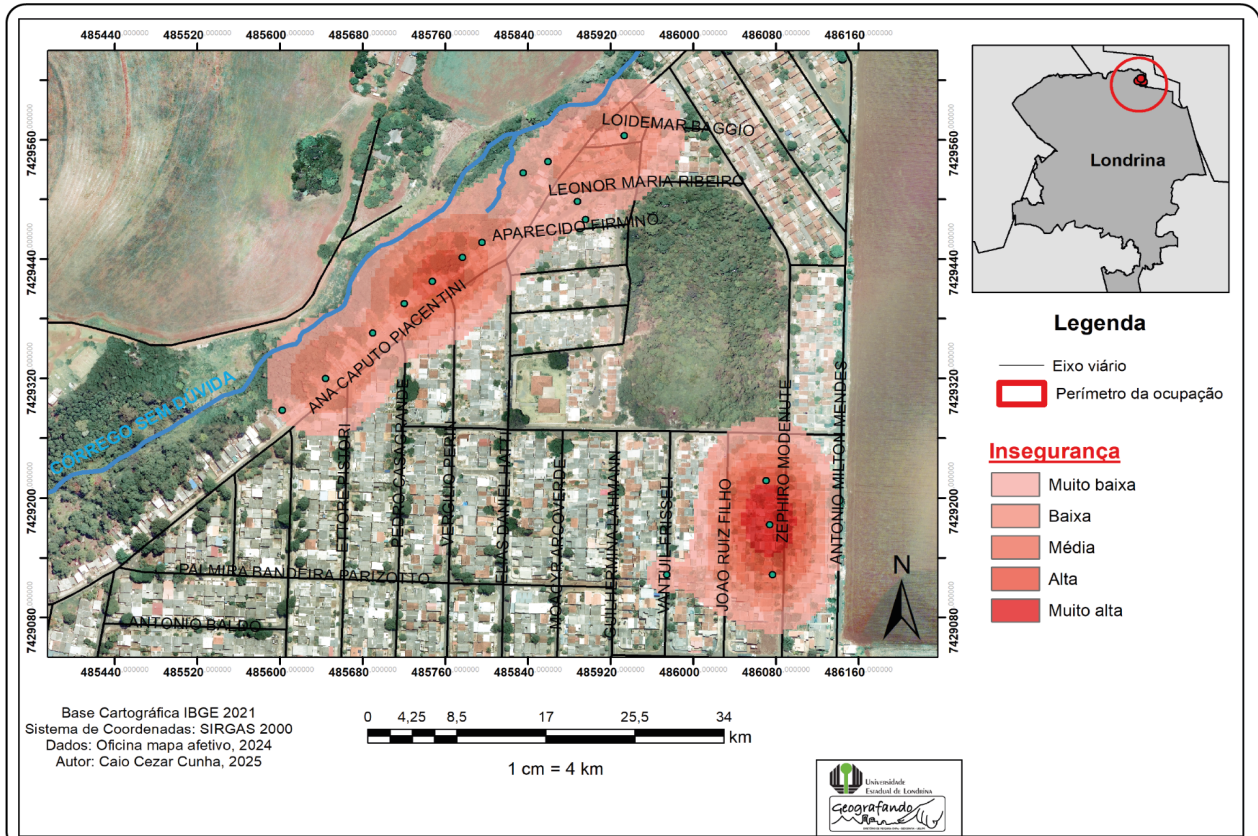
Figura 42. Território real Aparecidinha



Fonte: Trabalho de campo (2024,2025).

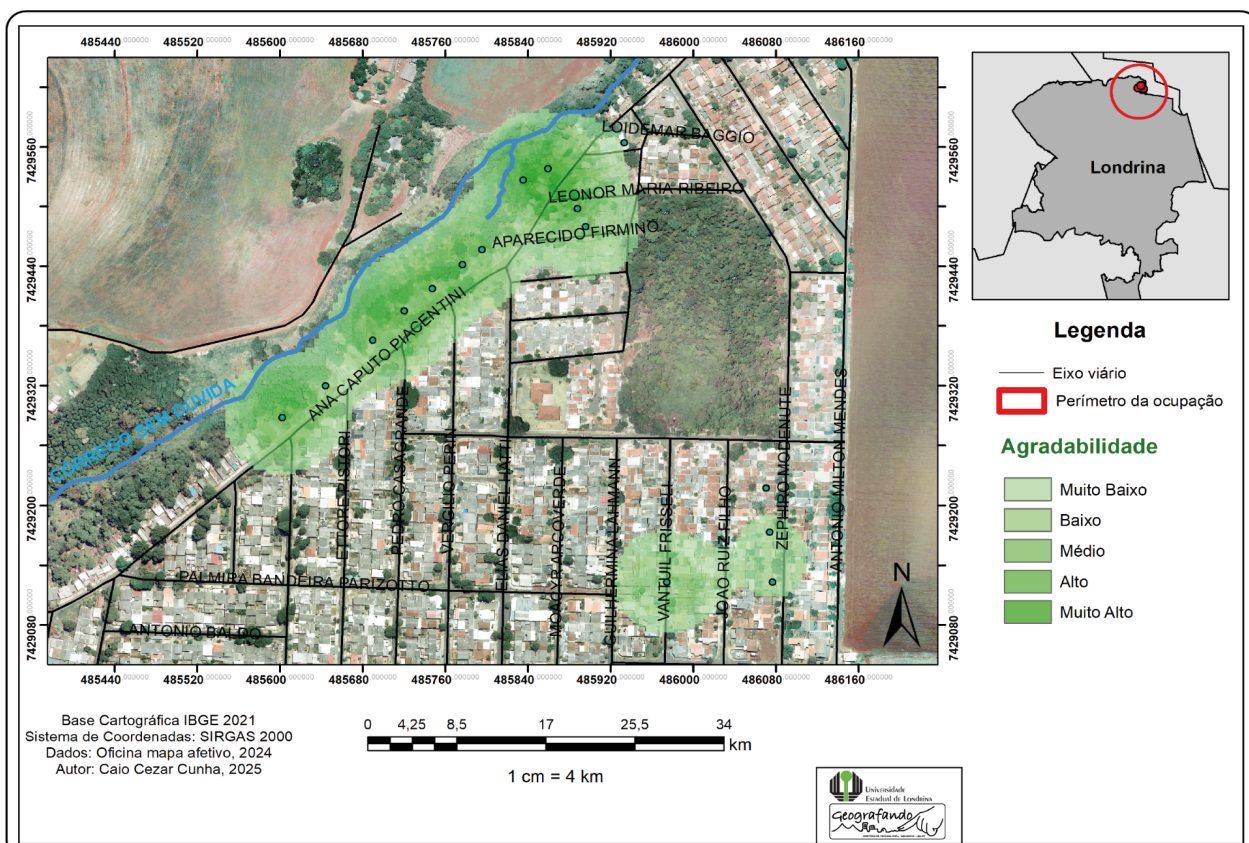
4.1.2 A Experiência Viva: Território Vulnerável Córrego Sem Dúvida

Figura 43. Mapa afetivo - Insegurança - Córrego sem Dúvida



O mapa afetivo de insegurança apresenta núcleos distribuídos ao longo da área ocupada, com maior intensidade nas porções de encosta do córrego e a sudeste do território. A distribuição espacial indica que a insegurança constitui uma dimensão estruturante da experiência cotidiana dos moradores, não estando restrita a um único ponto específico, mas associada ao conjunto das condições territoriais.

Figura 44. Mapa afetivo - Agradabilidade Córrego sem Dúvida

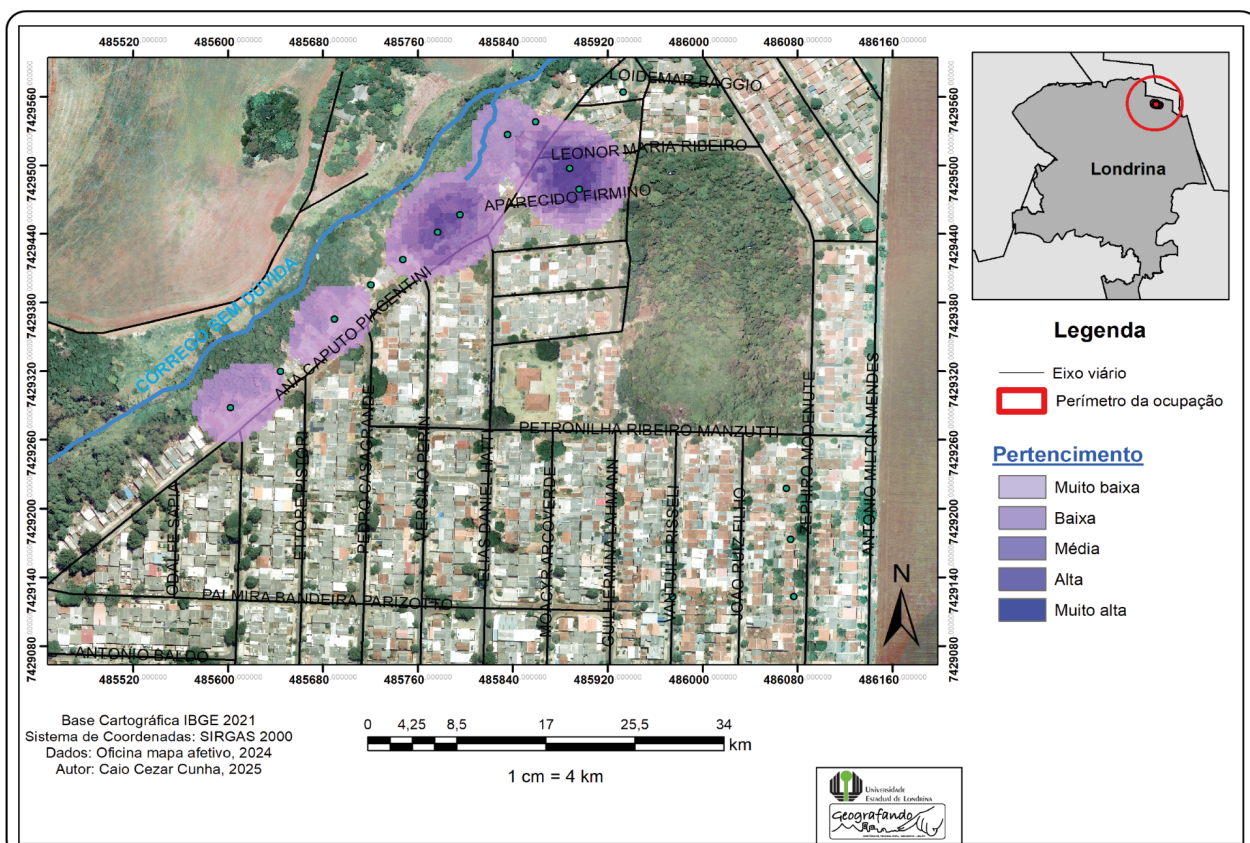


O mapa de agradabilidade revela núcleos distribuídos no interior da área ocupada, associados principalmente aos espaços de moradia e convivência cotidiana. Esses núcleos indicam que, mesmo em um contexto de vulnerabilidade constatado pela variável de insegurança, o território abriga espaços que produzem sensações de conforto, segurança relativa e estabilidade emocional.

A agradabilidade está diretamente associada à experiência do habitar e às relações sociais construídas no território, e não a elementos ambientais específicos.

Essa dimensão revela a capacidade das pessoas de produzir vínculos positivos com o território, mesmo diante de condições adversas.

Figura 45. Mapa afetivo - Pertencimento Córrego sem Dúvida

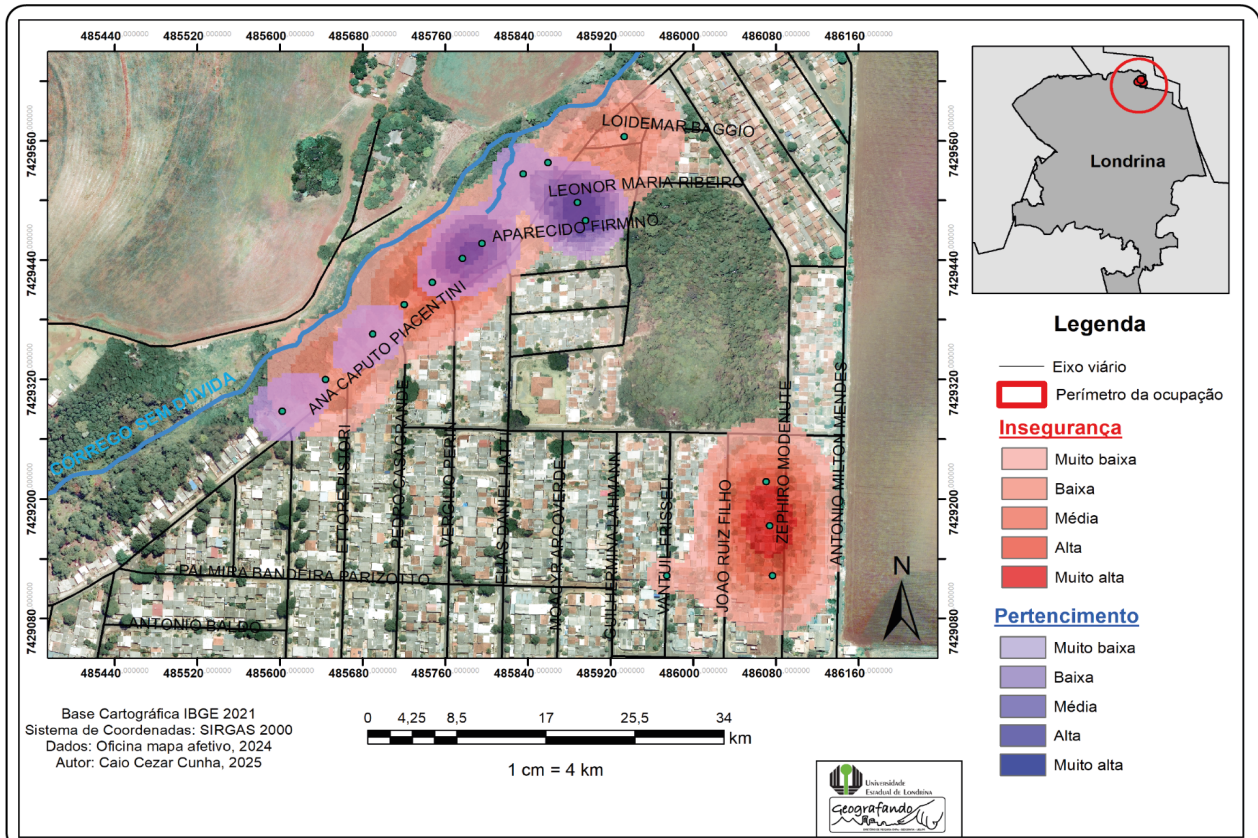


O mapa de pertencimento apresenta pontos distribuídos ao longo do território ocupado, com maior intensidade nas áreas residenciais mais antigas. Esse padrão revela a existência de vínculos territoriais consolidados, construídos a partir da experiência cotidiana e das relações sociais estabelecidas no território.

O pertencimento emerge como um dos principais elementos da estima territorial potencializadora dos vínculos e capacidade de resiliência, indicando que os moradores reconhecem o território como espaço legítimo de vida, identidade e reprodução social.

Mesmo diante das vulnerabilidades indicadas, o território é percebido como espaço de pertencimento e referência existencial.

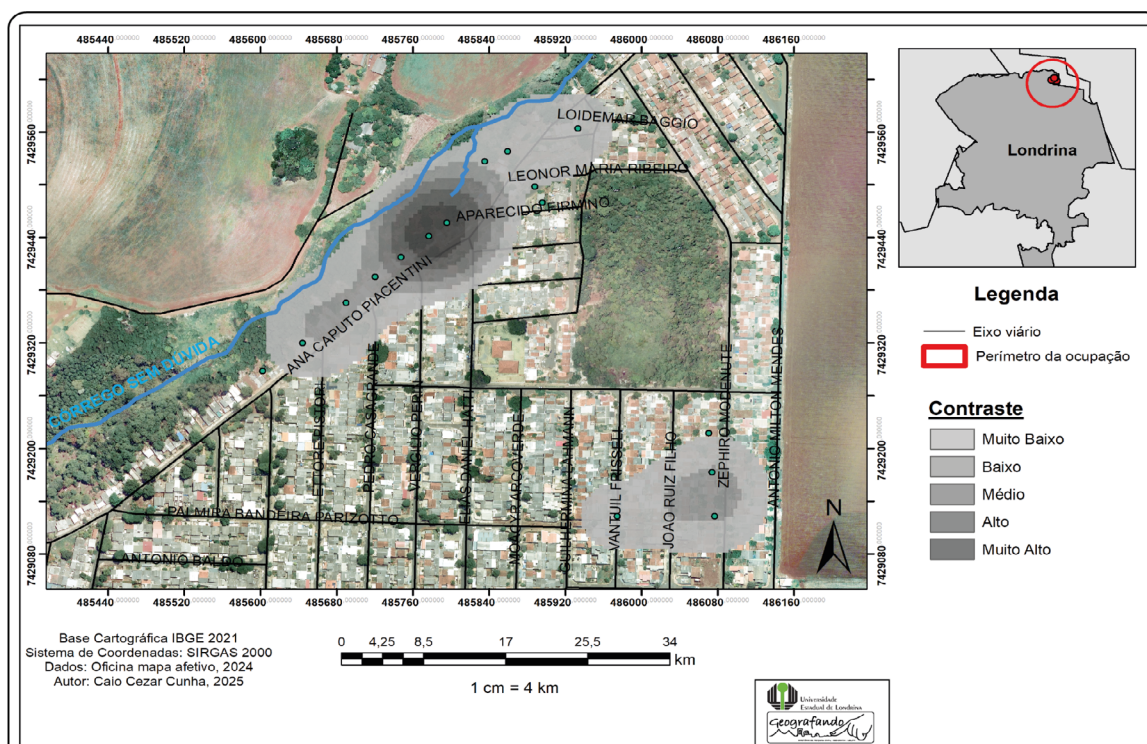
Figura 46. Mapa afetivo - Insegurança / Pertencimento Córrego sem Dúvida



No território Córrego Sem Dúvida utilizou-se a análise integrada entre Insegurança e Pertencimento pois foram as variáveis que apresentaram grande distinção em um mesmo território. Deixando evidente a coexistência espacial entre a percepção da estima potencializadora com a variável Pertencimento e a fragilidade com a variável de Insegurança caracterizado pela estima despotealizadora dos vínculos e riscos sociais nesse território. Essa sobreposição constitui um elemento central para a compreensão da territorialidade afetiva, pois demonstra que o território é simultaneamente percebido como espaço de vulnerabilidade e espaço de identidade. Essa coexistência revela que, mesmo em condições degradantes, os moradores desenvolvem vínculos territoriais que sustentam sua permanência no território.

Assim, como observado no território Nossa Senhora Aparecidinha, o pertencimento emerge como elemento central de resistência territorial, compensando parcialmente os efeitos despotealizadores das condições de vulnerabilidade constatadas.

Figura 47. Mapa afetivo - Contraste Córrego sem Dúvida



A existência entre núcleos de insegurança e pertencimento no interior do território apresenta a espacialidade denominada de contraste. Essa sobreposição constitui um elemento central para a compreensão da territorialidade afetiva, pois demonstra que o território é simultaneamente percebido como espaço de vulnerabilidade e espaço de identidade.

Esse cenário revela que, mais uma vez, as condições identitárias das pessoas com o território é a principal estima que sustenta a permanência e a manutenção da reprodução social em contextos de vulnerabilidade socioestruturais.

Essa configuração caracteriza uma territorialidade em que forças potencializadoras e despotencializadoras coexistem e estruturam a experiência territorial.

Palavras-síntese predominantes: comunidade; convivência; insegurança; violência; perigo.

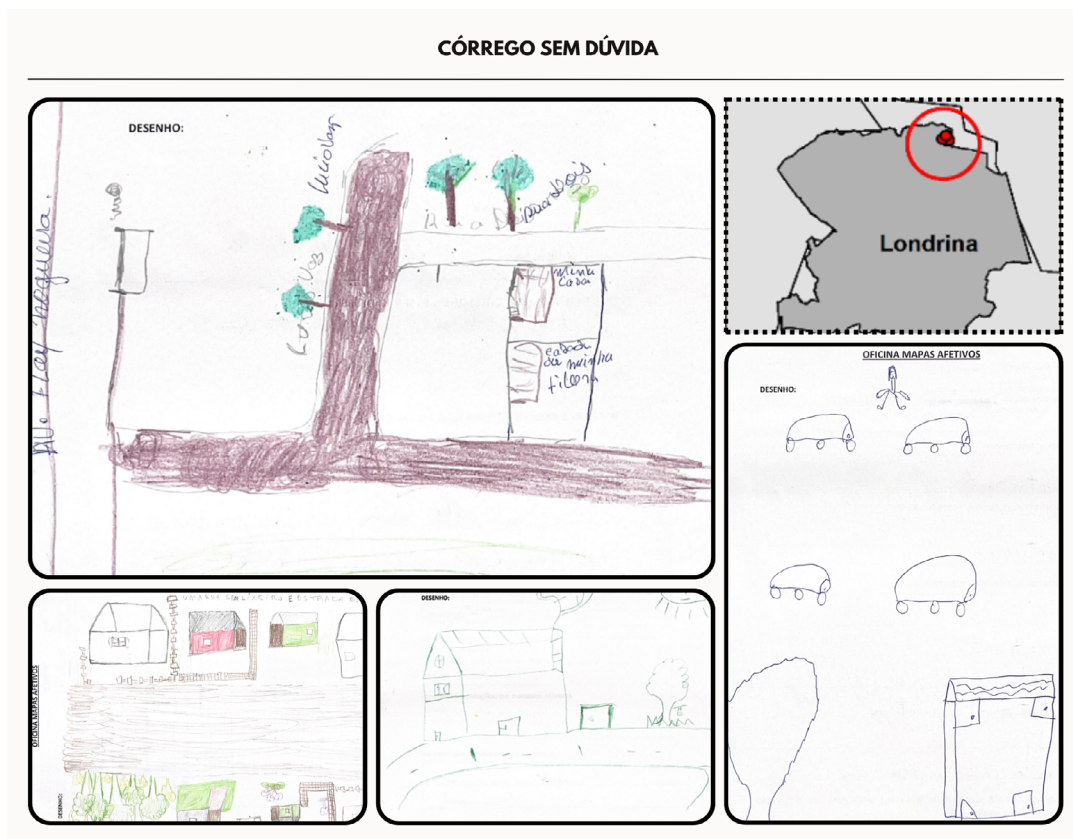
Palavras Finais ...

O Córrego sem Dúvida apresenta características precisas de territórios vulneráveis urbanos, marcado por precariedade infraestrutural, fragilidade socioespacial e percepção de exclusão territorial.

As vulnerabilidades observadas são semelhantes às identificadas nos territórios do Aparecidinha, indicando a existência de um padrão estrutural de vulnerabilidade associado aos processos de ocupação urbana precária. Apesar dessas condições, o território apresenta vínculos territoriais consolidados, evidenciando a presença de territorialidades potencializadoras que sustentam a permanência dos moradores. Esse contexto revela a importância do

reconhecimento das territorialidades existentes como elemento estratégico para a formulação de novas possibilidades de gestão do território.

Figura 48. Sonhar com as mãos dos moradores do Córrego Sem Dúvida



Fonte: Desenhos produzidos nas oficinas de cartografia, 2025. Org. Os autores, 2026.

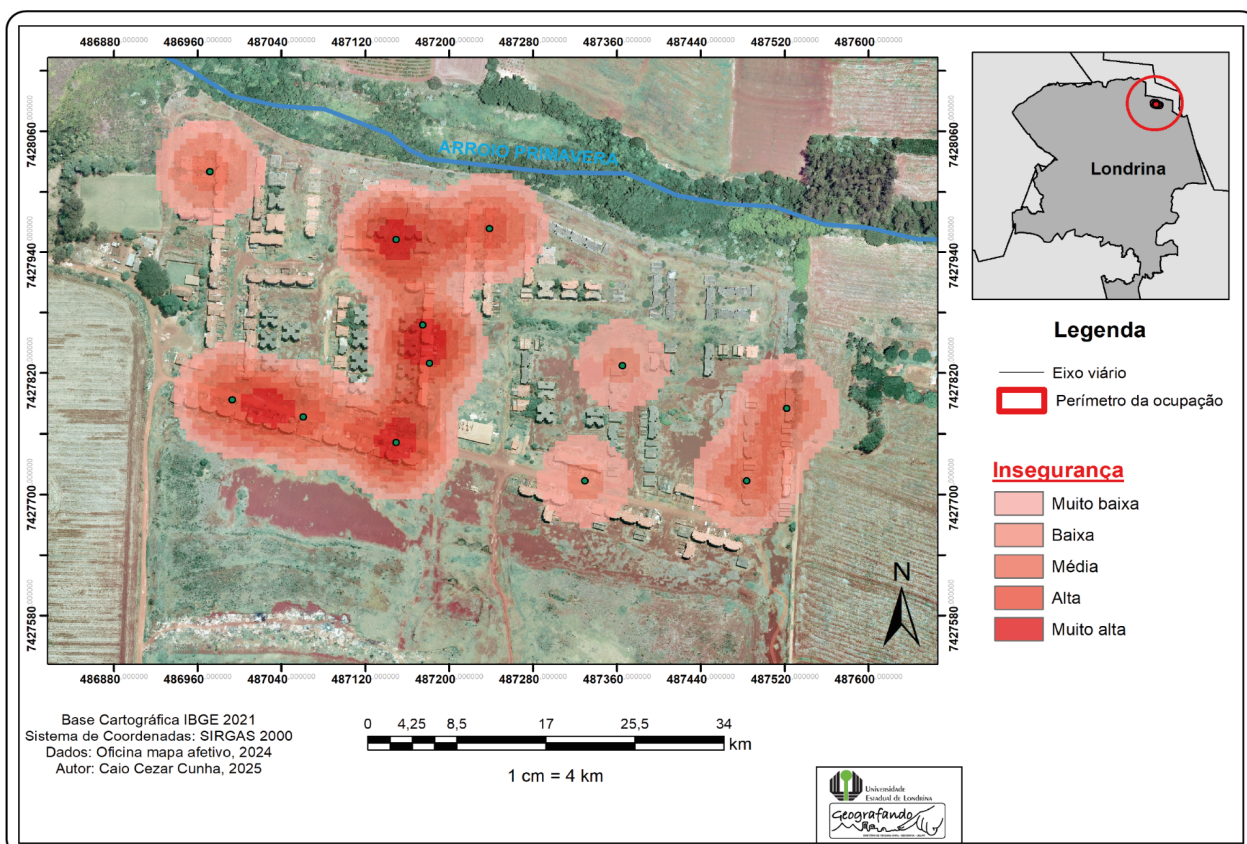
Figura 49. Território real Córrego Sem Dúvida



Fonte: Trabalho de campo (2025)

4.1.3 A Experiência Viva: Território Vulnerável Flores do Campo

Figura 50. Mapa afetivo - Insegurança Flores do Campo



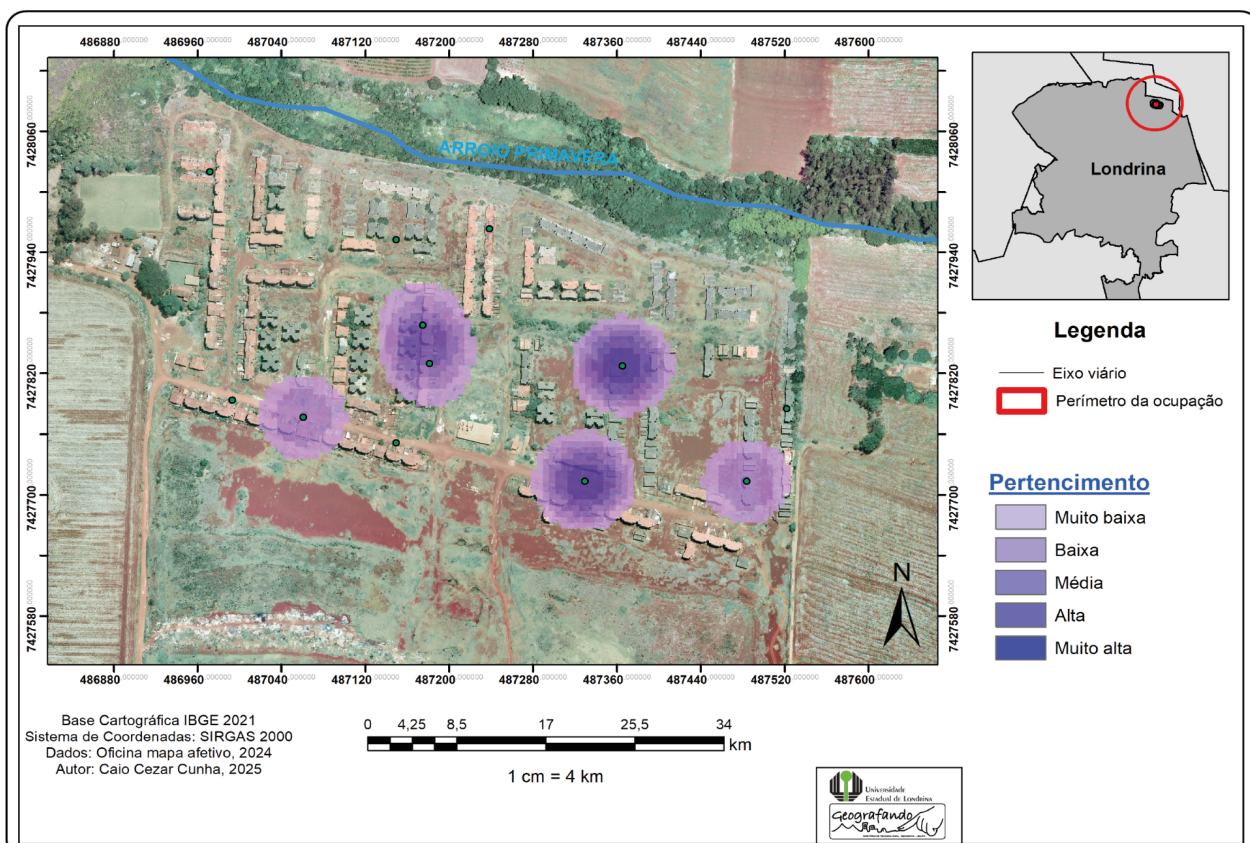
O mapa afetivo de insegurança apresenta núcleos distribuídos em toda a área ocupada, com maior intensidade nas porções centrais e nas áreas periféricas internas do território. A distribuição espacial da insegurança revela que essa percepção constitui uma dimensão estruturante da experiência cotidiana dos moradores, associada às condições nos territórios de moradores predominantemente imigrantes venezuelanos. A insegurança, nesse contexto, revela aspectos relacionados à escassez de serviços públicos e a incerteza dos vínculos territoriais com as habitações. Consta-se uma condição territorial generalizada em todas as áreas do mapa.

Figura 51. Mapa afetivo - Agradabilidade Flores do Campo



O mapa afetivo de agradabilidade revela pontos distribuídos no interior da área ocupada, mas com pouca frequência, ou seja, com baixa relação a elementos afetivos de agradabilidade. Esses locais indicam a agradabilidade territorial, mesmo com baixa frequência, a área resiste representando um espaço de proteção, estabilidade e convivência social entre os moradores.

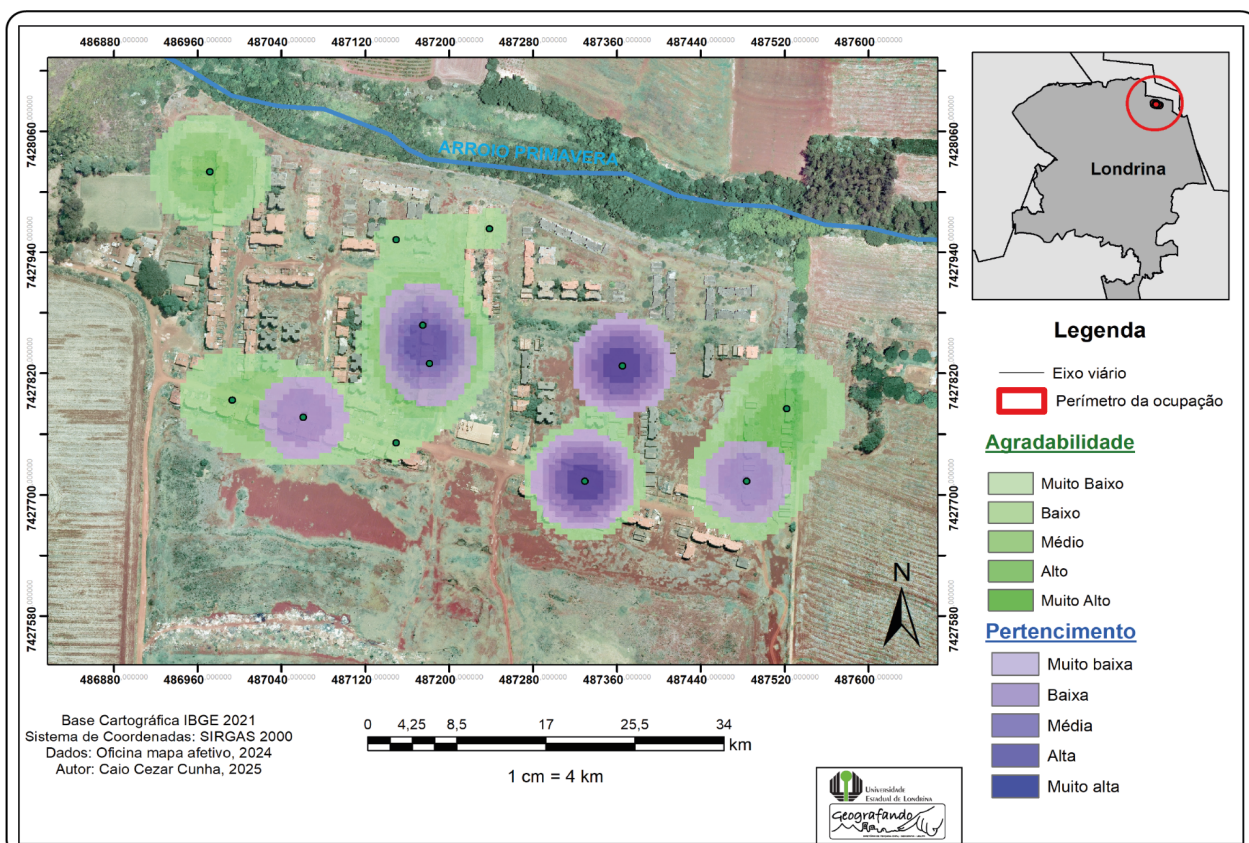
Figura 52. Mapa afetivo - Pertencimento Flores do Campo



O mapa de pertencimento evidencia núcleos bem definidos distribuídos pontualmente na área ocupada, a variável Pertencimento expressa o reconhecimento do território como parte constitutiva da trajetória de vida dos moradores, evidenciando a formação de territorialidades enraizadas.

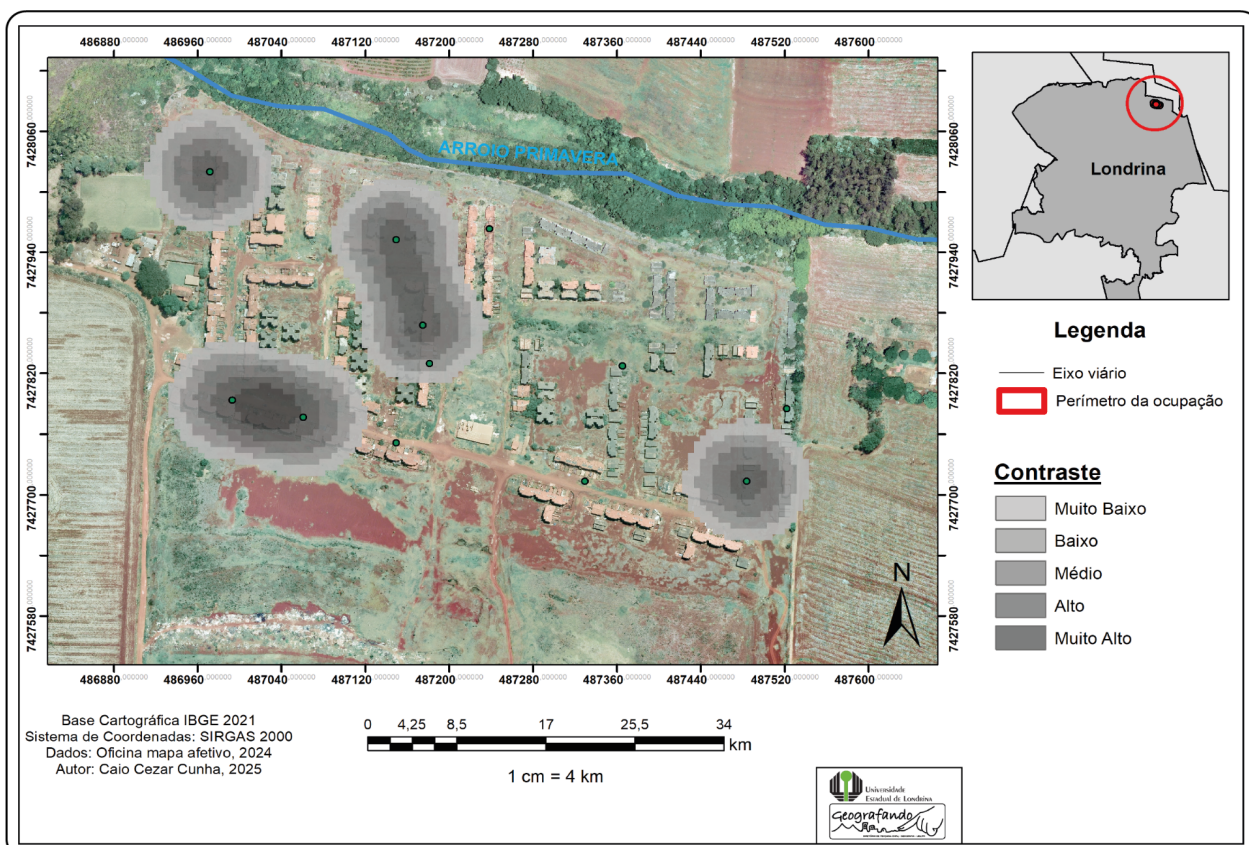
Em relação às outras variáveis, é possível notar que uma quantidade menor de moradores elencou essa categoria (quantidade de pontos no mapa), no entanto, esse pequeno número representou grande frequência, ou seja, alta relação a sentimentos de pertença o que pode ser relacionado a moradores mais antigos e que criaram vínculos sociais mais sólidos no território. Esse padrão demonstra que o território não é percebido apenas como espaço de moradia, mas como espaço de referência social e construção identitária.

Figura 53. Mapa afetivo - Agradabilidade / Pertencimento Flores do Campo



A análise integrada dessas duas dimensões revela uma sobreposição significativa entre os núcleos de agradabilidade e pertencimento. Essa configuração indica que os afetos positivos estão diretamente associados à experiência cotidiana do habitar e às relações sociais estabelecidas no território. O restante dos pontos que não se encontram sobrepostos, na maioria dos casos, relacionam-se aos moradores mais recentes no território, tendo em vista, uma constante rotatividade dos moradores, em função da condição de migrantes deles, sendo 56,36% das pessoas venezuelanos.

Figura 54. Mapa afetivo - Contraste Flores do Campo



As condições de precariedade urbana influenciam diretamente a percepção territorial, produzindo afetos associados à Insegurança e ao Contraste. Ao mesmo tempo, os moradores desenvolvem vínculos significativos com o território, sustentados pelas relações sociais e pela experiência cotidiana. Essa configuração evidencia que, embora o território apresente poucos aspectos positivos de estímulos potencializadores, ele constitui também um espaço de contradições. A Insegurança e o Pertencimento produzem a percepção do Contraste confirmando que o espaço social é atravessado por sentimentos negativos relacionados à vulnerabilidade socioestrutural, mas também sentimentos positivos de pertença que constroem e mantêm os vínculos nesse território. Palavras-síntese dominantes: precariedade; medo; abandono; minha moradia.

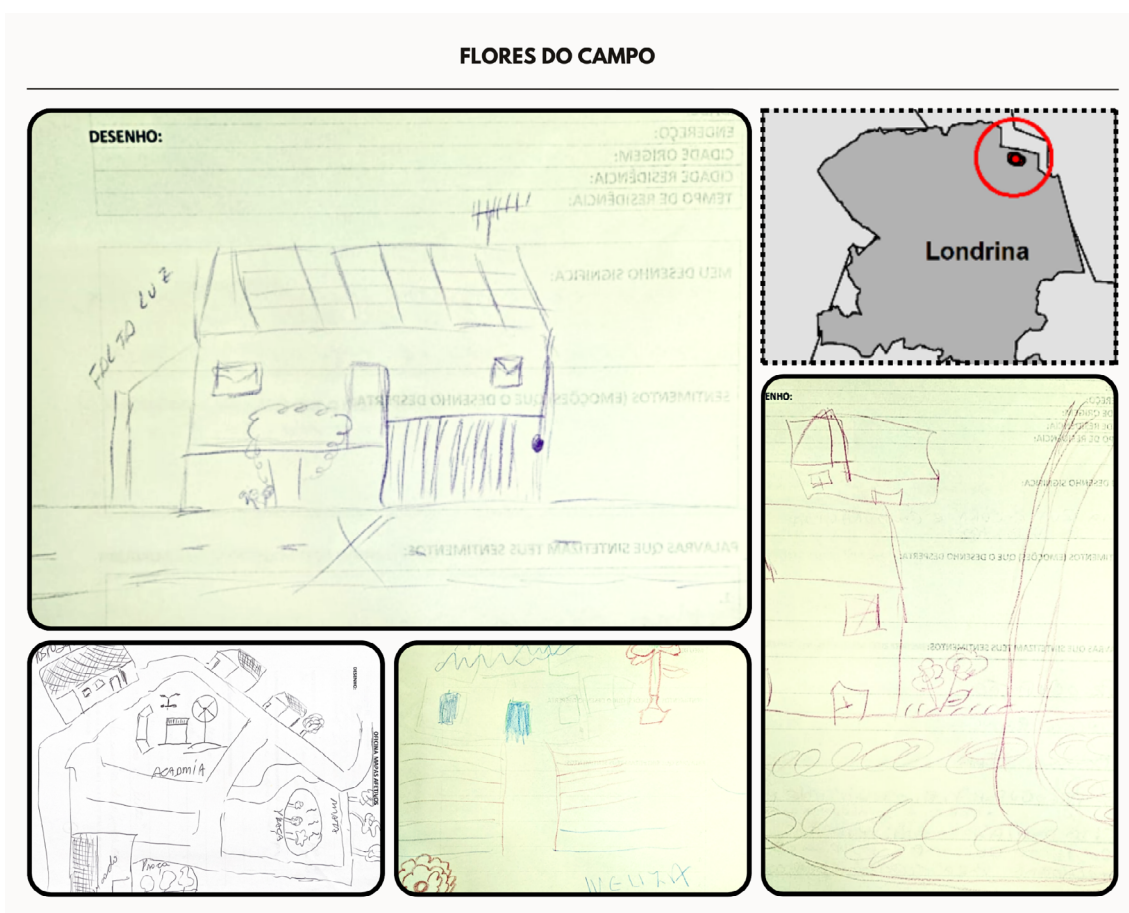
Palavras Finais ...

O território Flores do Campo expressa uma territorialidade marcada pelas contradições próprias dos espaços urbanos em condição de vulnerabilidade, nesse caso, somado à especificidade da presença de migrantes neste território, como foi possível perceber na variável Contraste.

As limitações estruturais influenciam diretamente a experiência territorial, produzindo percepções associadas à insegurança e à desigualdade

socioespacial. Por outro lado, o território constitui um espaço de construção de vínculos sociais e de consolidação de territorialidades, evidenciando a capacidade dos moradores de produzir referências territoriais mesmo em contextos precários. Essa configuração reforça a importância de políticas públicas orientadas por uma compreensão territorial sensível às dimensões objetivas e subjetivas da vulnerabilidade.

Figura 55. Sonhar com as mãos dos moradores do Flores do Campo



Fonte: Desenhos produzidos nas oficinas de cartografia, 2025. Org. Os autores, 2026.

Figura 56. Território real Flores do Campo



Fonte: Trabalho de campo (2025)

4.2. Um olhar a partir da afetividade

A análise dos mapas afetivos dos territórios Nossa Senhora Aparecida, Córrego sem Dúvida e Flores do Campo revela a existência de um padrão territorial comum em áreas de ocupação, caracterizado pela coexistência entre vulnerabilidades estruturais e vínculos territoriais consolidados.

Nos três territórios, a insegurança emerge como um dos principais elementos despotencializadores da estima territorial, associada à precariedade das condições urbanas, fragilidade infraestrutural e percepção de exposição social. Essa dimensão não se apresenta como fenômeno isolado, mas como componente integrado à experiência cotidiana dos moradores, refletindo a condição de vulnerabilidade socioespacial desses contextos.

A consciência territorial também se manifesta de forma recorrente, evidenciando a percepção de desigualdade e exclusão em relação a outras áreas da cidade. Essa consciência revela o reconhecimento, por parte dos moradores, das limitações estruturais que caracterizam seus espaços de vida em relação a outras áreas da cidade.

Os três territórios apresentam fortes manifestações de pertencimento, indicando a existência de vínculos territoriais significativos construídos a partir da experiência, das relações sociais e da permanência no território. O espaço da moradia assume papel central na construção de afetos potencializadores, constituindo-se como referência de identidade.

A agradabilidade, embora mais pontual, também se associa diretamente à dimensão do habitar e à convivência comunitária, evidenciando a capacidade dos moradores de produzir significados positivos mesmo em contextos adversos.

Enfim, os três territórios apresentam uma estima territorial complexa, marcada pela presença simultânea de fatores despotencializadores, relacionados às condições estruturais de vulnerabilidade, e fatores potencializadores, vinculados aos vínculos sociais e territoriais estabelecidos pelos moradores.

Esse padrão evidencia que, embora as condições objetivas do território influenciam negativamente a experiência territorial, a presença de territorialidades consolidadas constitui um importante elemento de resistência e reprodução social, reforçando a importância da incorporação das dimensões subjetivas na análise e gestão dos territórios vulneráveis.

SOBRE OS AUTORES



Sandra Maria Almeida Cordeiro: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (1979). Pós doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Campus de Foz do Iguaçu. Professora titular da graduação e Pós graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

E-mail: sandracordeiro@uel.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4499153992012945>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2064-4068>



Ideni Terezinha Antonello: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria Pós-doutoramento (2015) no IGOT- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/Universidade de Lisboa/Portugal (Bolsista CAPES Processo 1660/14-4). Atualmente é Professora Associada do curso de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Pesquisadora CNPq - Bolsista de PQ2.

E-mail antonello@uel.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4011164128230924>

Orcid: orcid.org/0000-0002-6147-4731



Isabelle Teixeira Bertini: Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2014), Mestrado em Geografia (2023) e Especialização em Ensino de Geografia (2019) pela mesma Universidade. Atualmente, é doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, com período de sanduíche realizado por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), pertencente a Universidade de Lisboa-Portugal (Bolsista CAPES).

E-mail isabelle.bertini@uel.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6347100211040052>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1419-7655>

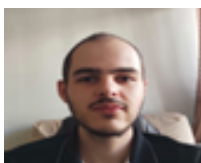


Caio Cezar Cunha: Realizou pós-doutoramento em Geografia na Universidade Estadual de Londrina (2023 - 2025). Doutor pelo programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2022) . Possui mestrado em Geografia e graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Estadual de Londrina (turma de 2011). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em cartografia, geoprocessamento, território e participação popular. Estagiou na Gerência de Gestão da Informação da Secretaria de Assistência Social na Prefeitura de Londrina atuando na área de Geoprocessamento e gestão do território (2013 - 2016) e no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território na Universidade de Coimbra (2017).

E-mail caiocezar.cunha@uel.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6067197662297453>

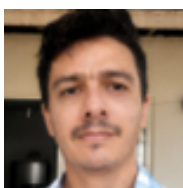
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4277-0199>



Gabriel Muxfeldt: Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018) e em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2024). Atualmente é mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (início em 2025), com bolsa de mestrado concedida pela CAPES (Processo nº 003/2025).

E-mail gabriel.muxfeldt@uel.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1673461169355665>

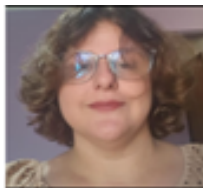


Alan Alves Alievi: Doutor em Geografia (2017) pela Universidade Estadual de Londrina /UEL, Mestre em Geografia (2011) pela UEL, Licenciado em Geografia (2007) pela UEL e especialista em geoprocessamento (2019) pela PUC de Minas Gerais. Professor na rede pública de ensino básico do Paraná.

E-mail: akala@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9940086723504263>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1168-9398>



Léia Aparecida Veiga: Realizou estágio de Pós-Doutoramento junto ao Programa de Geografia (2018) da Universidade Estadual de Londrina/UEL, doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá/UEM, mestrado em Geografia, meio ambiente e desenvolvimento (2007) pela UEL, especialização em Ciências da Terra e análise ambiental (2004) pela UEL e licenciada em Geografia pela UEL em 2002. Professora no Programa de Geografia (mestrado/doutorado) da UEL.

E-mail: leia.veiga@uel.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9940086723504263>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7870-293X>

ATLAS DOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS DE LONDRINA-PR

VOLUME I - REGIÃO NORTE



www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952